

HISTÓRIA MODERNA

Prof. Fabiano Dauwe



Indaial – 2008

1ª Edição



Copyright © UNIASSELVI 2008

Elaboração:

Prof. Fabiano Dauwe

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri
UNIASSELVI – Indaial.

909

D244c Dauwe, Fabiano.

Caderno de estudos : história moderna / Fabiano Dauwe,
Centro Universitário Leonardo Da Vinci. – Indaial :UNIASSELVI, 2008.

xii ; 180 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7830-037-1

1. História mundial. 2. História moderna. 3. Idade moderna –
Modernidade. I. Centro Universitário Leonardo Da Vinci. *Núcleo de
Ensino a Distância*. II. Título.

APRESENTAÇÃO

Olá, prezado acadêmico!

Iniciamos agora os estudos de História Moderna. Este é o momento de compreender como a sociedade europeia, recém-saída da Idade Média, veio a se tornar tão poderosa e autossuficiente durante cerca de 400 anos. Grande parte do nosso mundo foi forjada neste momento, portanto, precisamos dedicar bastante atenção a esses estudos, se quisermos compreender, com clareza, o mundo em que vivemos.

Falaremos muito de política, religião e economia, temas que podem nem sempre ser do seu agrado, mas são temas essenciais, e é muito importante que você os compreenda bem. É importante também que você analise esses temas com objetividade e empatia, deixando temporariamente de lado as suas crenças pessoais para compreender como as pessoas daquela época viviam; este é um exercício fundamental para um historiador, pois, do contrário, ele pode se tornar preconceituoso com os que viveram no passado, tentando atribuir a eles defeitos ou virtudes que não fariam sentido naquela época.

A primeira unidade trata do desenvolvimento da modernidade. Para compreendermos isso, precisamos, inicialmente, entender o próprio significado do termo moderno; a seguir, estudaremos essa transformação em seus mais variados aspectos, culminando com o Renascimento Artístico, que foi a expressão mais exuberante da nova mentalidade moderna.

A segunda unidade trata do desenvolvimento da cultura moderna. A Reforma Protestante e a Contrarreforma, os Estados Nacionais e a economia mercantilista serão nossos objetos de estudo neste momento. Por fim, a Unidade 3 tratará das transformações que a cultura e a sociedade europeias passaram a partir do século XVII, com transformações técnicas e científicas que abriram espaço para o Iluminismo, a Revolução Industrial e os grandes movimentos políticos do final do século XVIII – a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

Por fim, nunca é demais ressaltar que o estudo de um período tão longo e tão complexo não se esgota nas cento e tantas páginas deste Caderno de Estudos. É importante que você busque o máximo de conhecimento a respeito do que tratamos aqui, para que sua formação possa ser a mais completa possível. Leia os livros recomendados, estabeleça relações entre eventos, tente encontrar a maior quantidade possível de explicações para cada coisa, vá sempre além do que você tem até agora. Lembre-se de que o seu sucesso só depende de você!

Fabiano Dauwe



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, tablet ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo layout, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveite o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



Olá acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você e dinamizar ainda mais os seus estudos, a Uniasselvi disponibiliza materiais que possuem o código QR Code, que é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de QR Code. Depois, é só aproveitar mais essa facilidade para aprimorar seus estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades. ✓✓



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE. ✓✓



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso. ✓✓



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas. ✓✓



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE! ✓✓



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – AS ORIGENS DA IDADE MODERNA	1
UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO À HISTÓRIA MODERNA	3
1 INTRODUÇÃO	3
2 SOBRE O CONCEITO DE MODERNIDADE	4
2.1 O QUE SIGNIFICA “MODERNO”?.....	4
2.2 A “IDADE MODERNA”	5
2.3 O ILUMINISMO E A NOÇÃO DE “MODERNIDADE”	5
2.4 O “MODERNISMO” DO SÉCULO XX.....	6
3 CARACTERÍSTICAS DA MODERNIDADE	7
3.1 O TRIUNFO DA RAZÃO	8
3.2 A MODERNIDADE COMO EMANCIPAÇÃO.....	8
4 O REVERSO DA MODERNIDADE	9
4.1 A MODERNIDADE COMO DOMINAÇÃO	10
4.2 A MODERNIDADE E “A INVENÇÃO DA EUROPA”	11
RESUMO DO TÓPICO 1	12
AUTOATIVIDADE	13
UNIDADE 2 – O RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO	15
1 INTRODUÇÃO	15
2 O CONCEITO DE RENASCIMENTO	15
2.1 O RENASCIMENTO COMO PERÍODO HISTÓRICO.....	16
2.1.1 Rupturas e permanências	17
3 O RENASCIMENTO COMERCIAL	18
3.1 AS CRUZADAS E A ABERTURA DO COMÉRCIO.....	18
3.2 UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO	19
3.2.1 O Renascimento urbano.....	20
3.3 UMA NOVA LÓGICA ECONÔMICA	20
3.3.1 Os banqueiros e a usura.....	21
3.4 A PESTE E AS REVOLTAS CAMPONESAS.....	22
3.5 AS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO	23
4 A ALIANÇA ENTRE REI E BURGUESIA	24
LEITURA COMPLEMENTAR	27
RESUMO DO TÓPICO 2	28
AUTOATIVIDADE	29
TÓPICO 3 – O RENASCIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO	31
1 INTRODUÇÃO	31
2 ORIGENS CULTURAIS DO RENASCIMENTO ARTÍSTICO	32
2.1 O RENASCIMENTO CULTURAL DO SÉCULO XII.....	32
2.2 O ESCOLASTICISMO	33
2.3 O HUMANISMO	34
2.4 AS INOVAÇÕES TÉCNICAS: NAVEGAÇÕES E IMPRENSA	35

3 A POLÍTICA E A RELIGIÃO DO RENASCIMENTO.....	36
3.1 A POLÍTICA DA IGREJA: PODER E CORRUPÇÃO	36
3.1.1 O Papado de Avignon e o Grande Cisma do Ocidente.....	37
3.1.2 O comércio da fé: simonias e nepotismo.....	38
3.2 A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS.....	39
3.3 AS REPÚBLICAS ITALIANAS	40
3.3.1 Os Médici em Florença e o mecenato	40
4 O RENASCIMENTO ARTÍSTICO.....	41
4.1 O RENASCIMENTO ITALIANO	41
4.1.1 O <i>Trecento</i>	41
4.1.2 O <i>Quattrocento</i>	43
4.1.3 O <i>Cinquecento</i>	43
4.2 O RENASCIMENTO NO NORTE DA EUROPA.....	44
4.2.1 Os Países-Baixos.....	44
4.2.2 A Inglaterra.....	45
4.3 O RENASCIMENTO NA PENÍNSULA IBÉRICA	46
LEITURA COMPLEMENTAR I	47
LEITURA COMPLEMENTAR II.....	48
RESUMO DO TÓPICO 3.....	50
AUTOATIVIDADE	51
UNIDADE 2 – A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA MODERNA.....	53
TÓPICO 1 – A REFORMA RELIGIOSA E A CONTRARREFORMA	55
1 INTRODUÇÃO.....	55
2 OS PRECURSORES DA REFORMA: JOHN WYCLIF E JAN HUS	56
3 LUTERO E O SURGIMENTO DO PROTESTANTISMO	58
3.1 AS CRÍTICAS DE LUTERO: AS 95 TESES	58
3.2 A DOCTRINA RELIGIOSA LUTERANA	60
3.3 A TRADUÇÃO DA BÍBLIA.....	61
3.4 AS GUERRAS RELIGIOSAS	61
4 O CALVINISMO.....	62
4.1 A PREDESTINAÇÃO ABSOLUTA	62
4.2 A ÉTICA CALVINISTA.....	63
4.3 O CALVINISMO E O CAPITALISMO.....	64
4.4 A DIFUSÃO DO CALVINISMO	65
5 A REFORMA CATÓLICA	65
5.1 O CONCÍLIO DE TRENTO.....	66
5.2 A INQUISIÇÃO E O <i>ÍNDEx</i>	66
RESUMO DO TÓPICO 1.....	69
AUTOATIVIDADE	70
TÓPICO 2 – AS MONARQUIAS IBÉRICAS E A EXPANSÃO MARÍTIMA	71
1 INTRODUÇÃO.....	71
2 AS MONARQUIAS IBÉRICAS	71
3 A FORMAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS	72
3.1 A REVOLUÇÃO DE AVIS.....	73
3.2 A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA	73
3.2.1 A Exploração do Oriente	74

3.3 O SEBASTIANISMO	74
3.4 A UNIÃO IBÉRICA	75
3.5 A RESTAURAÇÃO	76
4 A MONARQUIA ESPANHOLA	77
4.1 A RECONQUISTA ESPANHOLA	77
4.2 OS REIS CATÓLICOS.....	77
4.3 O APOGEU DA MONARQUIA ESPANHOLA	78
4.4 O FIM DOS HABSBURGOS.....	80
5 A EXPLORAÇÃO DA AMÉRICA.....	81
RESUMO DO TÓPICO 2.....	84
AUTOATIVIDADE	85
TÓPICO 3 – O ABSOLUTISMO DO DIREITO DIVINO	87
1 INTRODUÇÃO.....	87
2 O ABSOLUTISMO	87
2.1 O PROBLEMA DOS CONCEITOS.....	88
2.2 O DIREITO DIVINO DOS REIS.....	89
2.3 A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS MODERNOS.....	89
3 O ANTIGO REGIME FRANCÊS	89
3.1 A GUERRA DOS CEM ANOS	90
3.2 OS ESTADOS GERAIS	91
3.3 OS CONFLITOS RELIGIOSOS	91
3.4 A CONSOLIDAÇÃO DO ABSOLUTISMO: LUÍS XIII.....	92
3.5 O APOGEU DO ABSOLUTISMO: LUÍS XIV	93
3.6 A CRISE DO ABSOLUTISMO: LUÍS XV E LUÍS XVI.....	94
4 O ESTADO INGLÊS.....	95
4.1 A LIMITAÇÃO DO PODER REAL	95
4.2 A GUERRA DAS DUAS ROSAS.....	95
4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO ABSOLUTISMO.....	96
4.3.1 Período Elisabetano	96
4.3.2 A Dinastia Stuart.....	97
4.3.3 O direito Divino dos Reis	97
4.4 AS REVOLUÇÕES INGLÊSAS	97
LEITURA COMPLEMENTAR.....	99
RESUMO DO TÓPICO 3.....	101
AUTOATIVIDADE	102
TÓPICO 4 – A ECONOMIA MODERNA	103
1 INTRODUÇÃO.....	103
2 A ECONOMIA COLONIAL: O MERCANTILISMO	103
2.1 O METALISMO E A REVOLUÇÃO DOS PREÇOS.....	104
2.2 O COLONIALISMO	106
2.2.1 O Sistema de <i>Plantation</i>	106
2.2.2 O extrativismo: peles e pau-brasil.....	108
2.3 AS COLONIZAÇÕES.....	108
2.3.1 A América do Norte	109
RESUMO DO TÓPICO 4.....	111
AUTOATIVIDADE	112

UNIDADE 3 – A ERA DAS REVOLUÇÕES.....	113
TÓPICO 1 – A REVOLUÇÃO FILOSÓFICA E CIENTÍFICA.....	115
1 INTRODUÇÃO.....	115
2 AS ORIGENS ANTIGA E MEDIEVAL.....	115
2.1 A COSMOLOGIA ARISTOTÉLICO-PTOLEMAICA.....	116
2.2 A MEDICINA ANTIGA E MEDIEVAL.....	117
3 A CIÊNCIA MODERNA.....	117
3.1 OS PRECURSORES DO MÉTODO CIENTÍFICO.....	118
3.2 O MODELO HELIOCÊNTRICO.....	118
3.3 O JULGAMENTO DE GALILEU.....	120
3.4 O ÁPICE DA REVOLUÇÃO CIENTÍFICA: NEWTON.....	122
4 A FILOSOFIA DA REVOLUÇÃO CIENTÍFICA.....	122
4.1 A MATEMATIZAÇÃO DA NATUREZA.....	122
4.2 O EMPIRISMO.....	124
4.3 A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO.....	124
4.4 O DESENCANTAMENTO DO MUNDO.....	125
RESUMO DO TÓPICO 1.....	127
AUTOATIVIDADE.....	128
TÓPICO 2 – O ILUMINISMO E O DESPOTISMO ESCLARECIDO.....	129
1 INTRODUÇÃO.....	129
2 O CONTEXTO DO ILUMINISMO.....	130
2.1 UMA ÉPOCA DE PROSPERIDADE.....	130
2.2 OS EFEITOS DA REVOLUÇÃO CIENTÍFICA.....	131
2.3 O EMPIRISMO INGLÊS.....	131
3 O PENSAMENTO ILUMINISTA.....	132
3.1 RAZÃO E LIBERDADE.....	133
3.2 O ENCICLOPÉDICO.....	134
3.3 O LIBERALISMO.....	135
3.3.1 O liberalismo político.....	136
3.3.2 O liberalismo econômico.....	137
4 O DESPOTISMO ESCLARECIDO.....	139
RESUMO DO TÓPICO 2.....	141
AUTOATIVIDADE.....	142
TÓPICO 3 – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	143
1 INTRODUÇÃO.....	143
2 AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	144
2.1 O PIONEIRISMO EUROPEU E INGLÊS.....	144
2.2 A POLÍTICA INGLESA NO SÉCULO XVIII.....	145
2.3 A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	145
2.3.1 O Cercamento dos campos.....	146
2.3.2 Os Efeitos do Colonialismo.....	147
2.4 AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS.....	147
2.5 OS RECURSOS NATURAIS.....	148
3 AS PRIMEIRAS INDÚSTRIAS.....	149
3.1 O PROLETARIADO.....	149
3.2 OS PROTESTOS CONTRA AS TRANSFORMAÇÕES.....	150

4 AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO	150
RESUMO DO TÓPICO 3.....	152
AUTOATIVIDADE	153
TÓPICO 4 – AS REVOLUÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XVIII	155
1 INTRODUÇÃO	155
2 A INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS	156
2.1 A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS INGLESAS	156
2.1.1 As Treze Colônias	158
2.2 A CRISE DO SISTEMA COLONIAL	158
2.2.1 Os Atos de navegação	159
2.2.2 As ideias iluministas	159
2.2.3 O ideal republicano	160
2.2.4 A confrontação com a Inglaterra	160
2.2.5 A Lei do Chá e o Boston <i>Tea Party</i>	161
2.3 AS LEIS INTOLERÁVEIS E A INDEPENDÊNCIA	161
2.3.1 A Guerra de Independência	162
2.4 A ORGANIZAÇÃO DO PAÍS E A CONSTITUIÇÃO	162
3 A REVOLUÇÃO FRANCESA	163
3.1 A CRISE DO ANTIGO REGIME FRANCÊS	164
3.2 OS ESTADOS-GERAIS DE 1789	165
3.3 A CONSTITUINTE E A QUEDA DA BASTILHA	167
3.4 A FRANÇA REVOLUCIONÁRIA	168
3.4.1 A Execução do Rei e a Guerra contra a Prússia.....	168
3.4.2 A República Francesa.....	168
3.5 OS JACOBINOS E O TERROR	169
3.6 O DIRETÓRIO E O 18 BRUMÁRIO	170
LEITURA COMPLEMENTAR I.....	171
LEITURA COMPLEMENTAR II.....	174
RESUMO DO TÓPICO 4.....	176
AUTOATIVIDADE	178
REFERÊNCIAS.....	179

AS ORIGENS DA IDADE MODERNA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- compreender o conceito de modernidade e os diversos sentidos que teve ao longo do tempo, bem como as contradições que esse termo encerra;
- descrever o processo de decadência do mundo feudal e o surgimento da economia mercantil na Europa;
- relacionar as origens do Renascimento cultural e artístico europeu com a redescoberta do acervo greco-romano preservado pelos muçulmanos;
- identificar os elementos principais da arte e da cultura renascentista, seus períodos, seus principais expoentes e sua relevância cultural.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está organizada em três tópicos, sendo que, em cada um deles, você encontrará atividades para uma maior compreensão das informações apresentadas.

TÓPICO 1 – INTRODUÇÃO À HISTÓRIA MODERNA

TÓPICO 2 – O RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO

TÓPICO 3 – O RENASCIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO



INTRODUÇÃO À HISTÓRIA MODERNA

1 INTRODUÇÃO

O período histórico compreendido entre os séculos XV e XVIII é conhecido pelos historiadores como Idade Moderna. Este período de quatro séculos testemunhou, dentre outros fenômenos, a consolidação do capitalismo mercantil, a descoberta de um enorme continente e a exploração do mundo, o surgimento dos Estados Nacionais, o triunfo do racionalismo e do antropocentrismo. Grande parte das estruturas que movem o mundo que conhecemos hoje foi criada nesse momento – o que inclui o nosso próprio país. Por isso, é um período fundamental para o nosso entendimento da realidade.

Mas, estudar História Moderna não é uma tarefa simples. É um período que marcou a transformação da cultura e da sociedade medieval para a que hoje conhecemos, a Idade Moderna, que só poderá ser bem entendida se conhecermos esses dois períodos que ela delimita. Além disso, não podemos falar em “Idade Moderna” como uma coisa só: cada região a ser estudada teve um desenvolvimento diferente e, por isso, as generalizações são perigosas.



Prezado acadêmico, para um bom entendimento de História Moderna é preciso que você tenha em mente os principais pontos referentes à História Medieval. Se, em algum momento de seus estudos deste Caderno de História Moderna, você sentir essa necessidade, não hesite: retorne ao caderno de História Medieval, especialmente à Unidade 3.

2 SOBRE O CONCEITO DE MODERNIDADE

Para realizarmos adequadamente nossos estudos de História Moderna, precisamos saber com clareza o que, afinal, estamos estudando. Idade Moderna é um termo que foi criado para se representar um período histórico definido, que se entendia ser bastante diferente dos períodos anteriores, a ponto de merecer uma denominação específica. Na época em que esse termo foi criado, havia três períodos históricos: Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna. Posteriormente, entendeu-se que uma nova era, a Idade Contemporânea, deveria ser acrescentada à periodização original.

Os termos Idade Antiga e Idade Média, como se pode perceber, foram criados tomando-se como referencial a própria época que se vivia: a Idade Moderna. São termos que se referem à distância em relação aos “tempos atuais”. Já o termo Moderna, no entanto, não tem esse sentido: é uma palavra nova, que contém um significado em si mesma e não serve apenas como referência para períodos posteriores. É um termo que, em vez disso, resume as características principais da época que descreve. Em outras palavras, na Idade Antiga não viviam “pessoas antigas”, e o termo “medieval” claramente não era usado na própria Idade Média; mas, na Idade Moderna, a mentalidade e as pessoas eram, de fato, modernas. Porém, o que esse termo significa?

2.1 O QUE SIGNIFICA “MODERNO”?

A palavra “moderno” é tão comum para nós que, muitas vezes, nem nos damos conta do seu significado. Mas, é um termo mais complexo do que parece e tem vários sentidos, às vezes contraditórios. Mesmo quando usada para representar um período histórico, a palavra se refere a períodos diferentes, de acordo com quem a usa. Vamos tentar entender os vários sentidos para poder compreender melhor essa aparente contradição.

O historiador francês Jacques Le Goff estudou a fundo o sentido do termo “moderno”, e mostrou como ele é ambíguo. Normalmente, entendemos “moderno” em oposição a “antigo”. Neste sentido, o moderno pode ser o “recente”. O novo período que se inicia, ao mesmo tempo em que rejeita a segurança e a tradição do “antigo”, rompe com o passado. O termo surgiu, com este sentido, no século V, quando ruiu o Império Romano e toda a sociedade que ele simbolizava. Durante a Idade Média, o antigo era uma referência ao Antigo Testamento, uma lei que, apesar de ultrapassada, forjou a tradição dos novos tempos e foi elaborada por homens inspirados por Deus. No Renascimento, mais ambiguidade: o período antigo passou a ser a Era Clássica greco-romana – o modelo de perfeição cultural, a única que valia a pena imitar –, mas o moderno passou a ser visto também em oposição ao período anterior, a Idade Média, entendida como uma época a ser superada. Nesse sentido, a Idade Média, oposta à moderna, não era antiga, e sim velha. Como se vê, o termo moderno carrega uma enorme contradição de sentidos e, em todas as épocas em que ele foi usado, isso apareceu de uma forma ou de outra.



SUGESTÃO DE LEITURA

Para acompanhar essa discussão mais a fundo, leia a obra de: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994. Le Goff discute, neste livro, uma série de conceitos-chave para a História, como Antigo/Moderno, Passado/Presente, Progresso/Reação, Decadência etc.

2.2 A “IDADE MODERNA”

O termo “Idade Moderna” foi criado no século XVI, para dar nome ao novo período histórico que se entendia que a Europa estaria atravessando. Francesco Petrarca criou, em 1341, a distinção entre a época antiga (greco-romana) e a época nova, o seu próprio período (separados por um longo período de obscuridade, a Idade das Trevas). A partir do século XVI, a época nova passou a ser chamada de moderna. A Idade Moderna representava, assim, o momento em que a Europa despertava de sua “longa noite de mil anos” e dava os primeiros passos para conquistar o mundo. Desta forma, o termo “moderno” ganhava um sentido de transformação e de recuperação das antigas tradições, em oposição aos tempos medievais. Ganhava, também, como veremos em seguida, sentidos mais incômodos, reflexo das enormes contradições desse período histórico.

2.3 O ILUMINISMO E A NOÇÃO DE “MODERNIDADE”

Já o conceito de “modernidade” é ligeiramente diferente deste e precisa ser entendido sob o contexto do Iluminismo e da prosperidade do norte europeu do século XIX. Para os filósofos que louvavam o racionalismo, como Kant e os iluministas franceses, a modernidade era o progresso, só possível de ser obtido através do uso pleno da razão, ou seja, o esclarecimento ou a ilustração. Kant (1985, p. 100) definiu esse conceito como “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”, o que dava à modernidade um sentido de busca progressiva da autonomia individual, condição essencial para o homem se tornar consciente de si. No século XIX, sobretudo no período Vitoriano (1837-1901), auge do poder econômico e político da Grã-Bretanha –, a ideia de que o progresso econômico europeu demonstrava a superioridade de sua civilização parecia evidente; o conceito de modernidade foi adaptado, então, para representar os mais elevados valores dessa sociedade – a glorificação da beleza (surge nessa época a noção atual de moda), a fruição dos prazeres, a futilidade e o esnobismo.



SUGESTÃO DE LEITURA

Uma das melhores críticas a essa sociedade vitoriana fútil e esnobe, feita por um de seus grandes conhecedores, é o clássico **O Retrato de Dorian Gray** (1891), do escritor inglês Oscar Wilde (1854-1900).

Ainda no século XIX, os países do sul da Europa – Itália, Portugal e, principalmente, Espanha – foram sutilmente excluídos do rol dos “modernos”, na visão dos estudiosos do norte. Isso se deu principalmente por dois motivos: de um lado, pela perda de poder econômico e político que essa região, anteriormente a mais poderosa do continente, havia sofrido desde o século XVII; de outro, pela ideia iluminista de que a Igreja Católica, ao interferir diretamente na vida da comunidade, diminuía a possibilidade de expressão e de desenvolvimento dos indivíduos e colocava entraves ao progresso científico.

2.4 O “MODERNISMO” DO SÉCULO XX

Em parte por causa dessa oposição entre o pensamento científico e a Igreja, o conceito de modernidade adquiriu, no século XX, um sentido de renovação e de destruição dos modos antigos e retrógrados em toda a sociedade. Embora o Modernismo seja mais conhecido como uma forma de expressão artística que rompia com os modelos acadêmicos, o termo surgiu no seio da própria Igreja Católica, como um movimento de renovação interna. Embora combatido com veemência pelo papado desde o seu surgimento, o movimento acabou gerando efeitos renovadores a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965).



Concílio Vaticano II - Concílio é uma assembleia, convocada pelo papa, de todos os Cardeais e Bispos da Igreja Católica para discutir assuntos doutrinários e dogmáticos. Até agora foram 21, em toda a história da Igreja. Dentre os Concílios mais importantes, estão o de Niceia (325 d.C.), o primeiro, que definiu os dogmas centrais e a estrutura política da Igreja; o de Trento (1545-1563), que reorganizou a Igreja Católica em reação à Reforma Protestante, e o Concílio Vaticano II (1962-1965), que tratou de renovar a Igreja Católica e adaptá-la aos novos tempos.

No entanto, o modernismo ganhou ainda outro sentido no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. A partir do momento em que os Estados Unidos se consolidaram como a grande superpotência capitalista, o modo de vida americano e a sua expressão política passaram a ser considerados como o símbolo máximo da modernidade. Assim, os valores norte-americanos de direito à liberdade e à busca da felicidade individual passaram a ser valorizados, com todas as consequências – e as contradições – que eles trazem. A acumulação capitalista, a inovação tecnológica incessante, o consumismo e a cultura de massa, todos devidamente racionalizados e justificados, passaram a representar o ideal a ser perseguido. E, mais uma vez, a “Era Moderna” foi entendida como o período histórico e o processo que levaram a sociedade a chegar exatamente àquele ponto.



Prezado acadêmico, você deve ter percebido que o conceito de “moderno” ou “modernidade” costuma ser positivo em todas essas épocas. Uma das grandes características da modernidade é a profunda confiança que o “homem moderno” tem em si e nas suas capacidades... Foram poucos os momentos, desde o Renascimento, em que essa confiança foi abalada – a maioria deles, no século XX.

3 CARACTERÍSTICAS DA MODERNIDADE

Diante de tudo isso, podemos perceber que existe uma certa coerência nos sentidos de modernidade que foram desenvolvidos ao longo do tempo. Há sempre uma valorização de determinados aspectos antigos e uma rejeição de outros; poderíamos dizer que há sempre uma tomada de posição em relação ao passado, com base em critérios que, embora mudem a cada momento, faziam muito sentido dentro do período histórico em que foram estabelecidos. Esses critérios são importantes para nós porque costumam ser usados para explicar não apenas o processo de construção da “modernidade”, desde o final da Idade Média, mas também a própria época em que cada um deles foi elaborado. De certa forma, estaremos nos remetendo a todos eles quando estivermos pensando nos sentidos da Idade Moderna e quando selecionarmos os eventos históricos relevantes para a explicação desse período. Vamos agora olhar brevemente para algumas das características da modernidade. Durante os estudos desta disciplina, essas questões serão tratadas com mais detalhes.

3.1 O TRIUNFO DA RAZÃO

Um dos aspectos centrais da modernidade é o recurso incessante à razão. A razão é, de fato, um dos eixos norteadores de todas as atitudes dos homens e mulheres da era moderna, ainda que nem sempre essas atitudes sejam justificáveis. As primeiras manifestações do racionalismo moderno ocorreram dentro do pensamento religioso, a partir dos séculos XII-XIII. Nessa época, a fé pura e simples passou a ser considerada insuficiente para justificar a religião: era necessário baseá-la na razão. Com o tempo, o racionalismo passou a outros domínios do conhecimento e deu origem a um método completamente racional e experimental de investigação da natureza: a ciência. A nova racionalidade científica mais tarde se rebelou contra a própria religião a ponto de, no Iluminismo, grande parte dos principais pensadores serem ateus ou pelo menos anticlericais. Atualmente, essas questões ainda estão muito presentes, como no confronto que parece haver entre ciência e religião.



Prezado acadêmico, estudaremos um pouco mais sobre a razão na Idade Moderna no Tópico 3 desta Unidade (sobre o Renascimento Cultural) e nos Tópicos sobre a Revolução Científica do século XVII e sobre o Iluminismo, na Unidade 3.

3.2 A MODERNIDADE COMO EMANCIPAÇÃO

O homem moderno precisa recorrer à razão para viver e progredir sempre, por sua própria conta e risco. Como vimos há pouco, o filósofo Immanuel Kant (1724-1804) conclamava as pessoas a saírem de sua imaturidade. Discutiremos isso com mais detalhes no tópico sobre o Iluminismo. Por enquanto, basta-nos perceber que a noção de progresso e de aprimoramento individual contínuos é novidade que surgiu nesse período; era uma noção desconhecida para os homens medievais, e mesmo entre os romanos. Com o desenvolvimento do pensamento moderno, essa noção foi se difundindo pela Europa, especialmente nas regiões ao norte, onde se tornou preceito moral a ser obedecido. Como veremos na próxima Unidade, especialmente entre os países de religião protestante, a noção de progresso individual passou a ser uma norma de conduta incontestável.



Prezado acadêmico, na Unidade 3 há um tópico que aborda “O Iluminismo e o Despotismo Esclarecido”, em que foi colocado um trecho em que Kant desenvolve essas ideias. Quando você for estudar o tópico sobre Reforma Religiosa e Contrarreforma, fica aqui uma sugestão de atividade: leia esse trecho de Kant e depois retorne à discussão deste primeiro tópico! Tente estabelecer relações entre os dados e entre os contextos, tente perceber o autor do texto dentro de sua época e sua cultura. Perceba o quanto de ética protestante há na argumentação kantiana. Informe-se, discuta, elabore suas ideias; você só tem a ganhar!

Não precisamos ir muito a fundo no pensamento de um filósofo alemão ou na ética protestante para percebermos isso; podemos encontrar esse convite à emancipação nas teorias do liberalismo político e econômico (que também serão vistas com detalhes nos próximos tópicos). A noção de que a livre iniciativa é sempre mais capaz de resolver os problemas do que organizações que desejam controlar a realidade (como o Estado e a Igreja) exige que cada indivíduo cuide de seus próprios interesses de forma consciente; este é um exemplo claro dessa visão de modernidade.

4 O REVERSO DA MODERNIDADE

Os conceitos expostos até aqui foram elaborados por pensadores europeus, com a intenção de compreender e justificar conceitualmente a sociedade em que viviam. São, portanto, conceitos originados “de dentro” da modernidade, criados geralmente por entusiastas da época em que viveram. No entanto, embora sejam úteis para se compreender esse progresso, esses conceitos não dão conta de explicar toda a história. A modernidade, época de tanto progresso para os europeus, foi também uma época de dominação e exploração para os demais povos do mundo. E foi em grande parte devido a essa exploração que a prosperidade europeia foi possível. Os conceitos europeus de modernidade simplesmente não percebem esse outro lado, bem ao contrário: criam a ilusão de uma era de progressos contínuos e universais, que levaria a humanidade ao bem-estar definitivo. Em suma, o conceito de modernidade é, em última análise, uma mitificação da história, com um caráter fortemente eurocêntrico, que termina por encobrir a violenta opressão que os exploradores oriundos desse continente exerceram sobre o restante do mundo.

4.1 A MODERNIDADE COMO DOMINAÇÃO

Quando os europeus partiram para a conquista do mundo, nos séculos XV e XVI, ainda carregavam consigo o espírito combativo que havia motivado as Cruzadas, alguns séculos antes. Portugueses e espanhóis entendiam a conquista de outras terras como uma continuação da Reconquista sobre os muçulmanos na Península Ibérica e, como veremos oportunamente, foi precisamente assim que a colonização da América Latina se efetuou. A conquista de um novo mundo era também a vitória sobre os infiéis e uma afirmação do poder da Igreja Católica sobre os movimentos protestantes, que lhe haviam retirado o controle de boa parte da Europa.

Ao chegarem às novas terras, os europeus estavam, então, mais preocupados em converter os nativos às suas próprias crenças (ou matá-los, se não conseguissem) do que em entendê-los em suas especificidades culturais. Havia pouco lugar, dentro do pensamento pós-medieval europeu, para uma compreensão do outro e uma aceitação da diferença; os poucos europeus preocupados com os indígenas eram geralmente missionários religiosos, mas mesmo esse interesse era motivado por ideais utópicos de uma sociedade perfeita nos conceitos europeus ou pela necessidade de descobrir como fazer dos indígenas bons cristãos (e bons súditos). O resultado foi a aniquilação dos nativos americanos, não apenas no sentido físico mas, para os que restaram, também no cultural. Após esse verdadeiro genocídio, os povos do Novo Mundo ficaram em um limbo: não eram adaptados o suficiente à cultura europeia para serem considerados modernos, mas haviam perdido as referências tradicionais, e não eram mais indígenas.

Como o pensamento europeu interpretou e justificou esse massacre? Inicialmente, duvidou-se de que os indígenas tivessem almas, ou seja, de que fossem humanos. Quando essa explicação foi rejeitada, os conquistadores atribuíram-se uma missão civilizadora, que seria benéfica aos indígenas por lhes garantir a possibilidade de emancipação e de progresso. Para os que se recusassem, seria necessária uma “ação pedagógica” ou uma “violência necessária” – uma “guerra justa”. Nessa visão, o colonizador europeu era inocente, e não o culpado pela violência; a culpa seria dos próprios indígenas, que se recusavam a progredir. Ou seja, a modernidade encerra em si uma monstruosa inversão de sentidos, que tenta transformar as vítimas em culpados e, ao mesmo tempo, tem horror à diferença e se recusa a aceitar o outro como ele é.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, se você deseja estudar mais a fundo os significados da colonização, leia o livro de: BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

4.2 A MODERNIDADE E “A INVENÇÃO DA EUROPA”

As discussões metodológicas sobre historiografia (a escrita da História) costumam chamar nossa atenção para algumas armadilhas em que os historiadores correm o risco de cair. Uma delas é a dos conceitos, quando corremos o risco de confundir com as coisas que eles descrevem, quando na verdade são apenas convenções e definições adotadas por conveniência, e que muitas vezes são enganosas ou mudam de significado com o tempo. O próprio conceito de modernidade é um exemplo; outro menos óbvio, e por isso mais perigoso, é o de Europa. Embora nos pareça óbvio o que esse conceito representa, não existe nada de óbvio a respeito dele. Foi um conceito inventado em um certo momento, com um certo significado, e temos que ter cuidado para não achar que esse significado sempre tenha sido o mesmo.

A ideia de Europa remete a uma identidade entre vários povos de línguas e culturas diferentes, mas que se reconhecem como semelhantes em alguns aspectos. Geralmente, esses conceitos surgem em duas situações: quando há características comuns muito marcantes entre os “iguais” ou quando há uma fronteira entre eles e os “outros” – um inimigo comum, ou pelo menos alguém que possa ser percebido como “estrangeiro” (ou bárbaro). No caso da Europa, o conceito surgiu em oposição aos muçulmanos, no final da Idade Média. Os muçulmanos dominavam quase toda a região do mar Mediterrâneo, e a relação entre eles e os cristãos há muito tempo era conflituosa. Em algumas partes do continente, os cristãos desejavam expulsá-los de “seus” territórios, em outras temiam o seu avanço (como no Império Bizantino). Mas, não havia o interesse de conhecer a cultura do “inimigo”, apesar da admiração que os europeus demonstraram pelo refinamento cultural e filosófico dos muçulmanos.

Na Idade Moderna, os europeus conseguiram finalmente afirmar-se sobre os muçulmanos e alcançar uma prosperidade comparável à de seus rivais, que foi interpretada como uma prova da sua superioridade. Essa ideia de triunfo é parte essencial da mentalidade moderna, e surgiu juntamente com os elementos que tornaram esse triunfo possível: a extrema violência contra as culturas diferentes (vistas com o mesmo ódio e desprezo que era dedicado aos muçulmanos) e o olhar autocentrado que os europeus lançaram sobre todo o mundo. A visão moderna entendia que o mundo todo (desde então entendido, cientificamente, como um planeta, esférico, finito) era um presente de Deus aos europeus, que, portanto, teriam o direito de fazer dele o que bem entendessem: em uma palavra, era eurocêntrica.



RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- O termo “moderno” existe há mais de 400 anos e mudou várias vezes de significado, mas geralmente simboliza valores de progresso e renovação.
- As principais características do período que conhecemos como Modernidade são a racionalidade, a libertação dos indivíduos e a confiança no progresso.
- A modernidade foi, também, uma época de opressão e dominação dos europeus.
- Ao estudarmos a Idade Moderna, devemos ter cuidado para não cair numa postura eurocêntrica, ou seja, achar que a civilização europeia é a única que importa.

AUTOATIVIDADE



- 1 Procure, em algum jornal, revista, *site* etc., alguma referência (pode ser mais de um texto) às palavras “moderno” ou “modernidade”. Tente descrever a maior quantidade possível de características que o autor do texto, que você escolheu, parece ter atribuído ao conceito. Depois, escreva um pequeno texto sobre o significado do termo, com base no que você percebeu.
- 2 Releia a seção 4.2 e pense em três conceitos que sejam úteis para os historiadores e que, no seu entender, tenham sido inventados em algum momento, embora nos pareçam óbvios. Sobre cada um deles, tente perceber quando foram criados, por quem e com quais intenções, que pessoas ou coisas estão incluídas em suas definições e quais estão excluídas, que tipo de mudanças esses conceitos já atravessaram desde que foram formulados a primeira vez. Quantos desses conceitos têm uma origem e um objetivo eurocêntricos? Que sentido têm esses conceitos para os que estão excluídos deles? E hoje, que sentido damos para esses conceitos? Esses conceitos, hoje, são aceitáveis pelos nossos padrões?



O RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO

1 INTRODUÇÃO

Durante a Idade Média, a Europa havia passado por intensas transformações em sua sociedade, com a lenta fusão entre os elementos greco-romanos, cristãos e germânicos em uma cultura relativamente homogênea. A Europa de então era uma sociedade agrária, baseada em atividades de subsistência, estruturada sob uma hierarquia muito rígida e com acesso muito restrito a obras artísticas e filosóficas do passado. O pouco dinheiro que existia não circulava: seus possuidores preferiam escondê-lo, reservando-o para ocasiões realmente essenciais.

Paulatinamente, no entanto, as coisas começaram a mudar: o ressurgimento do comércio foi aos poucos modificando a estrutura econômica da sociedade europeia, e os grandes senhores feudais passaram a incorporar os domínios de seus vizinhos, num longo processo de unificação política. Da mesma forma, novas ideias e novas necessidades renovaram a atmosfera cultural e modificaram dramaticamente a relação dos homens com a religião e com o mundo, originando o movimento conhecido como Renascimento.

Nos próximos dois tópicos desta unidade, vamos estudar de que forma esse processo aconteceu, não apenas nas estruturas econômicas e políticas (Tópico 2), mas os efeitos que essa transformação teve na cultura e na sociedade da época (Tópico 3).

2 O CONCEITO DE RENASCIMENTO

O termo “Renascimento” precisa ser tratado com algum cuidado, porque está sujeito a uma carga ideológica bastante grande. Quando foi criado, no século XIX, referia-se à transformação cultural ocorrida na Europa no final da Idade Média e início da Idade Moderna (que até hoje é o conceito que se apresenta aos estudantes no colégio). Essa transformação era vista com otimismo, como uma ruptura com o passado medieval. Posteriormente, alguns

críticos apontaram que o período do Renascimento foi também o das guerras religiosas, da corrupção na Igreja e da Inquisição. Nessa perspectiva, seria uma época de decadência, pois as instituições medievais estavam caindo, a economia europeia estava em recessão e as pessoas buscavam em culturas antigas as referências para as incertezas do mundo.



Como você pode perceber, o termo “Renascimento” padece dos mesmos problemas ideológicos que a “Idade Média” (ver o Caderno de História Medieval). Em vista disso, muitos estudiosos propõem que o termo seja abandonado. Mas, talvez seja possível utilizá-lo de forma mais neutra, se definirmos bem o que entendemos por Renascimento e tivermos em mente que qualquer juízo de valor será uma generalização inadequada.

2.1 O RENASCIMENTO COMO PERÍODO HISTÓRICO

Neste Caderno de Estudos, o termo Renascimento se referirá a um processo histórico ocorrido entre os séculos XII e XVI, no qual a cultura greco-romana foi redescoberta pela sociedade da Europa Ocidental e a profunda influência que causou deixou marcas em todas as áreas do conhecimento. Portanto, abordaremos o Renascimento tanto no sentido cultural e artístico quanto como o período histórico que marcou a longa transição da Idade Média para a Idade Moderna, entre os séculos XIII e XVI. Isso nos permitirá estudá-lo sem essa carga ideológica (‘bom’ ou ‘mau’, ‘progresso’ ou ‘decadência’, ‘ruptura’ ou ‘continuidade’) que tem acompanhado o conceito por tanto tempo.

Desta forma, então, o Renascimento foi, em termos gerais, um período de enormes transformações na cultura e na sociedade europeias. Politicamente, foi o período histórico caracterizado pela perda da hegemonia da Igreja Católica e da consolidação de estruturas políticas mais amplas do que os feudos – as cidades-estado no norte da Itália e na Alemanha e os estados-nação no restante do Continente Europeu. Economicamente, foi o momento em que o comércio ressurgiu em grande escala no Ocidente, o que levou ao desmonte do feudalismo no continente, à busca por novos mercados e à exploração das colônias. Culturalmente, foi a época em que a modernidade se constituiu e se afirmou no continente, para dali espalhar-se por todo o mundo, com todas as consequências que já foram apontadas.

2.1.1 Rupturas e permanências

O Renascimento foi um período de grandes transformações, mas de manutenção de algumas estruturas medievais: embora já não fosse mais feudal, a sociedade do continente ainda não havia consolidado as estruturas políticas e sociais que caracterizaram a chamada Idade Moderna – especialmente os Estados Nacionais e a divisão religiosa dentro do Cristianismo.



É claro que em tudo isso existe uma porção de generalizações; quando se fala em “transição do feudalismo para o capitalismo”, precisamos ter em mente que havia vários tipos de feudalismo e de capitalismo, que essa transição não foi contínua nem igual em todas as partes. Em qualquer momento desse período que se observasse, haveria instituições feudais ao lado de capitalistas. Ao mesmo tempo, o capitalismo não surgiu naquele momento, nem o feudalismo foi completamente extinto de uma hora para outra.

O problema não está no período que estudamos, mas nos conceitos: “feudalismo”, “capitalismo”, “medieval”, “Renascimento” são generalizações, só existem como ideias que criamos para entender melhor a História e, assim como as periodizações (veja discussão no tópico anterior), só têm finalidades didáticas. As características atribuídas a cada um desses conceitos não aparecem da mesma forma em todos os lugares, não foram entendidas dessa maneira pelas pessoas que as viveram, não excluem umas às outras e não deixam de existir quando as outras aparecem. Por isso, “moderno” não é o contrário de “medieval”, e o Renascimento não é uma ruptura completa com a Idade Média. Muito do que entendemos como medieval permaneceu muito além desse período e, se olharmos com cuidado, perceberemos em nós mesmos, em pleno século XXI, algumas dessas características.

E é por esse motivo que os nossos estudos sobre o Renascimento, especialmente nesta Unidade, vão se iniciar com um recuo histórico bem aprofundado até a Idade Média. Foi lá que surgiram as bases da sociedade moderna, das estruturas políticas e econômicas que conhecemos hoje. Se quisermos compreender a História Moderna precisamos entender, muito bem, a História Medieval.

AUTOATIVIDADE



Prezado acadêmico, procure analisar o conteúdo dos livros didáticos de História que tratam do Renascimento. Repare que a maioria deles costuma situar esse período após o final da Idade Média (metade do século XV em diante) e muitos restringem o seu sentido aos aspectos culturais e artísticos. Será que é possível trabalhar com um conceito mais amplo do que esse em sala de aula?

3 O RENASCIMENTO COMERCIAL

Os primeiros séculos da Idade Média foram de caos. A desordem nas cidades, a crise do Estado Romano, os constantes ataques de bárbaros, tudo contribuía para que a sociedade regredisse, econômica e demograficamente. Aos poucos, no entanto, um novo poder foi se organizando, baseado na lealdade a senhores poderosos e na economia agrícola de subsistência. Esse novo poder, o feudal, permitiu a segurança necessária para que a população da Europa retomasse o seu crescimento, a partir do século X.

Contudo, com o tempo, esse crescimento populacional passou a ser um problema. A necessidade de aumento da produção esbarrava nas técnicas primitivas e não era possível expandir as terras cultivadas para sempre. Entre os nobres, realizou-se a divisão dos feudos entre muitos herdeiros que resultou em propriedades cada vez menores e menos capazes de autossustentação. Com o tempo, a divisão dos feudos entre todos os herdeiros se tornou inviável, e eles passaram a ser entregues inteiros aos primogênitos. Isso gerou uma massa de nobres sem terra; muitos entraram para a Igreja, outros se tornaram os famosos cavaleiros andantes, sempre em busca de um feudo sem senhor, ou de um senhor poderoso a quem prestar sua lealdade.

3.1 AS CRUZADAS E A ABERTURA DO COMÉRCIO

Nesse clima de incertezas políticas e de crise da estrutura feudal tradicional, organizaram-se expedições militares que tinham por objetivo conquistar as terras da Palestina. Para a Igreja Católica, era uma missão ditada pela necessidade de remover os infiéis muçulmanos da região; para os cavaleiros, uma excelente oportunidade de conseguirem terras e recuperarem, assim, sua condição de senhores feudais. Incidentalmente, porém, quem mais viria a lucrar com as Cruzadas seria um grupo econômico que sempre esteve um tanto fora de

lugar dentro da ordem feudal: os comerciantes. Convocada pelo papa Urbano II, em 1095, a I Cruzada conseguiu seu objetivo e estabeleceu um reino cristão em Jerusalém em 1099. A conquista teve o efeito de abrir o mar Mediterrâneo aos comerciantes das cidades italianas. No entanto, os muçulmanos reagiram e, cerca de duzentos anos depois, todos os domínios cristãos na Palestina haviam sido reconquistados.

Das oito Cruzadas oficialmente reconhecidas, nem todas tiveram como destino a Palestina. A Quarta Cruzada (1202–1204), em vez de buscar conquistar as terras da Palestina, foi desviada para o saque e o enfraquecimento de Constantinopla. A cidade era a capital do Império Bizantino, sobrevivente dos domínios do antigo Império Romano do Oriente. Desde o início das Cruzadas, surgiram animosidades entre Constantinopla e os Cruzados, que em vez de fortalecer as posições bizantinas no Oriente, preferiam criar seus próprios domínios. Com o enfraquecimento de Constantinopla, as cidades italianas se tornaram hegemônicas no comércio do mar Mediterrâneo, e boa parte do ouro bizantino voltou a circular no Ocidente.

As Cruzadas passaram a ser favoráveis às expedições comerciais, ao promover entre os europeus o interesse pelos novos produtos que encontraram no mundo muçulmano. Fascinados pelos produtos luxuosos que circulavam nos mercados das cidades muçulmanas, vindos de todas as partes do mundo conhecido – marfim vindo do sul do Saara, seda da China, especiarias da Índia e do Ceilão –, os cruzados se tornaram ávidos consumidores quando retornaram para a Europa, o que favoreceu ainda mais o desenvolvimento do comércio no Mediterrâneo.

3.2 UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

A partir de então, a região do norte da Itália foi palco de um enorme desenvolvimento comercial, comandado por Veneza e suas rivais Gênova e Pisa. A enorme riqueza da região foi uma das grandes responsáveis pelo florescimento cultural dos séculos XIV a XVI, no período conhecido como Renascimento Cultural.

Ao mesmo tempo, surgiam possibilidades comerciais no norte da Europa. A Liga Hanseática, que chegou a reunir cerca de 100 cidades nos mares Báltico e do Norte, praticamente monopolizava o comércio no norte europeu. Os comerciantes do norte passaram a se encontrar com os do sul na planície de Champagne, na atual França, para trocar suas mercadorias; surgiram, assim, grandes feiras que atraíam mercadores de todas as partes do mundo conhecido.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, se você deseja conhecer mais a fundo como ocorreu esse processo de transformação da sociedade europeia, especialmente do ponto de vista econômico, sugerimos a leitura de Hunt & Sherman, *História do Pensamento Econômico*. Este livro detalha com precisão o desenvolvimento do capitalismo inglês, relacionando-o com diversos aspectos que vão ser tratados nesta disciplina.

Outro livro interessante é Leo Huberman, *História da Riqueza do Homem*. O livro, escrito na década de 1930, pode ser considerado um clássico sobre o tema, além de ser de leitura fácil e agradável. Para acompanhar melhor este tópico, a sugestão é a leitura dos capítulos de 1 a 6 do livro, mas para o restante da disciplina, você pode ler até o capítulo 15 – o ideal seria lê-lo todo.

3.2.1 O Renascimento urbano

Essas feiras atraíam, também, diversos tipos de artesãos e trabalhadores especializados. Nos locais próximos às feiras, ou em pontos estratégicos de parada, começaram a surgir os burgos, verdadeiras estruturas urbanas, com todos os serviços necessários para abastecer as feiras, enquanto elas durassem, e para manterem-se por conta própria no restante do ano. Por sua relação com as atividades comerciais, as cidades desse tipo surgiram inicialmente na Itália, França e Países Baixos (Bélgica e Holanda).

Mas o crescimento das novas cidades – os burgos – era dificultado pelas antigas práticas feudais. O território onde as cidades surgiram estava, inicialmente, sob os domínios de alguns senhores e, portanto, a cidade devia obrigações feudais a eles. Eram eles que fixavam os impostos e aplicavam a justiça, geralmente com base em séculos de tradição, que agora mais atrapalhavam os negócios do que ajudavam. Os moradores dos burgos, os burgueses, lutaram para alterar essas regulamentações, adaptando-as aos seus interesses, em um processo que em alguns lugares demorou séculos. Com o tempo, as cidades conseguiram ampliar sua autonomia, e algumas se tornaram completamente livres – como as cidades-Estado do norte da Itália (Florença, Pisa) e de Flandres (Antuérpia, Bruges), poderosos centros comerciais e financeiros que tinham seus governos próprios.

3.3 UMA NOVA LÓGICA ECONÔMICA

O desenvolvimento do comércio esbarrava em mais alguns entraves da sociedade medieval, como o entendimento que a Igreja tinha das relações comerciais. Este era um ponto essencial para a época, pois a Igreja tinha um papel fundamental na regulação da vida diária das pessoas, e muitos se sentiram

desestimulados de realizar algumas atividades porque a Igreja as condenava expressamente. Como veremos, a oposição a essa visão da Igreja foi uma das razões para que o movimento protestante tenha alcançado um sucesso tão grande em algumas regiões da Europa.



A Reforma Religiosa e suas consequências serão vistas na próxima unidade.

3.3.1 Os banqueiros e a usura

Durante o período feudal, as transações financeiras eram raras: o dinheiro praticamente não circulava, nem era necessário, e os poucos empréstimos eram tomados por absoluta necessidade. A Igreja Católica considerava que, num caso desses, seria completamente imoral a cobrança de juros sobre o empréstimo, pois fazer isso seria tirar vantagem da desgraça alheia. Por esse motivo, a cobrança de juros, denominada usura pela Igreja, era considerada um pecado muito grave.

Quando o comércio ressurgiu, a lógica econômica mudou. A partir desse momento, o dinheiro não ficava mais guardado; muito pelo contrário, era posto para circular, e assim permitia o surgimento de grandes investimentos e enormes fortunas. Nesse novo cenário, o dinheiro se tornou uma mercadoria tão valiosa que alguns passaram a viver de negociar com ele, tornando-se banqueiros, agiotas e financistas. Os grandes banqueiros do período eram credores até dos reis e do papa. Leo Huberman (1986, p. 93-94) nos dá um bom exemplo do poder que eles passaram a ter:

Foi um pequeno banqueiro alemão, Jacob Fugger, chefe da grande casa bancária de Fugger, quem decidiu a questão de a quem caberia usar a coroa do Sagrado Império Romano: se Carlos V da Espanha ou Francisco I da França. A coroa custou a Carlos 850 mil florins, dos quais 543 mil foram emprestados por Fugger. Podemos fazer uma ideia do quanto era influente Jacob Fugger, o homem por trás dos bastidores, pelo tom da carta que escreveu a Carlos quando este atrasou o pagamento da dívida. E apenas devido a este tremendo poder que lhe provinha de sua fortuna, teve Fugger a audácia de escrever tal carta: [...] “É bem sabido que Vossa Majestade Imperial não teria obtido a coroa do Império Romano sem a minha ajuda, e posso prová-lo [...]. Porque, tivesse eu deixado a Casa da Áustria e me decidido em favor da França, muito mais teria obtido em dinheiro e propriedades, tal como, então, me ofereceram. Quão graves desvantagens teriam, nesse caso, resultado para Vossa Majestade e a Casa de Áustria, bem o sabe Vossa Real Inteligência”.

No entanto, embora a cobrança de juros, que sustentava os banqueiros, fosse muito criticada pela Igreja, havia sentido nessa cobrança. As justificativas para ela eram que o dinheiro emprestado, se tivesse ficado na mão do credor, renderia dividendos, por isso era justo que o devedor compensasse esse rendimento perdido quando pagasse o empréstimo. Além disso, os empréstimos passaram a ser tomados para se criarem negócios rentáveis, mas arriscados; por isso, para compensar o risco de o credor perder todo o dinheiro investido por outra pessoa, ele precisaria receber um valor maior do que o emprestado.

A Igreja Católica demorou a aceitar essa prática, e em parte é por isso que a maioria dos grandes comerciantes e banqueiros do final da Idade Média eram judeus. Com o tempo, no entanto, a Igreja foi se rendendo à nova lógica econômica, e a prática da cobrança de juros foi sendo cada vez mais aceita.



Prezado acadêmico, você consegue perceber, nessa polêmica entre a Igreja e os burgueses sobre a cobrança de juros, um conflito entre duas visões de mundo? De um lado as práticas tradicionais, vindas de um tempo em que a riqueza era medida pelas terras e o enriquecimento era conseguido no campo de batalha, e de outro, a força do dinheiro e as possibilidades de acumulação e de investimento capitalistas?

3.4 A PESTE E AS REVOLTAS CAMPONESAS

À medida que as transações comerciais se tornavam mais comuns, também muitos servos e senhores feudais passaram a fazer uso do dinheiro, e os camponeses ganharam aí uma possibilidade de se livrarem da dominação feudal. Vendendo parte do excedente que produziam (agora que a população crescia e as técnicas agrícolas melhoravam), podiam às vezes pagar ao senhor a libertação de suas obrigações. Livres, muitas vezes, iam para as pequenas aldeias que surgiam em toda a parte, ou para as grandes cidades.



Lembre-se sempre: ao estudar a decadência do feudalismo e o surgimento do capitalismo, este quadro não vale da mesma forma para a Europa toda. Em algumas regiões, como a França, Flandres e o norte da Itália, o processo foi mais marcante, como o descrito aqui; em outras, como o Leste Europeu, ocorreu de forma menos intensa. Na Península Ibérica essa transição ocorreu de forma completamente diferente. Tenha sempre em mente essa distinção entre os processos em cada lugar, pois ela é essencial para se compreender a complexidade dos tempos modernos.

Entre os anos de 1348 e 1350, uma epidemia terrível assolou a Europa e contribuiu para acelerar a decadência do feudalismo. A chamada Peste Negra matou cerca de um terço da população europeia.



SUGESTÃO DE LEITURA

Poucos anos após a Peste Negra, o escritor italiano Giovanni Boccaccio ambientou seu clássico "O Decamerão" neste período. O livro, composto de narrativas de dez jovens que fogem da peste, é leitura altamente recomendável para quem tiver interesse em conhecer os costumes e o cotidiano do final da Idade Média. No final do tópico você terá um trecho da obra, em que Boccaccio descreve o horror da mortandade causada pela peste.

Com a diminuição de trabalhadores, os senhores tentaram frear o processo de libertação dos servos feudais. O resultado desse processo foi o surgimento de inúmeras rebeliões camponesas, que comprometeram ainda mais a autoridade senhorial. Não havia mais volta: as transações comerciais, inclusive com a compra de terras, já era parte inseparável da sociedade europeia no século XIV.

3.5 AS CORPORações DE OFÍCIO

Com o crescimento das cidades, as atividades industriais e artesanais tomaram um novo impulso. Cada cidade passou a contar com dezenas de trabalhadores especializados em cada atividade necessária ao seu funcionamento, e esses trabalhadores logo perceberam que, para poderem defender os seus negócios, seria mais vantajoso que eles se organizassem para garantir seus direitos em comum. Surgiram, assim, as corporações de ofício, que reuniam todos os trabalhadores de uma mesma atividade, fossem eles mestres, aprendizes ou jornaleiros (trabalhadores que recebiam por jornada diária). As principais atribuições das corporações de ofício eram garantir o monopólio da produção e da venda de seus produtos na cidade ou na região, exigindo o estabelecimento de monopólios e a proteção e ajuda mútua dos membros quando seus colegas enfrentassem dificuldades.

O regime de trabalho e de produção pelas corporações seguiam regras extremamente rígidas: havia regulamentações específicas sobre como produzir, e ninguém que não fizesse parte da corporação tinha autorização para trabalhar em uma cidade ou lá vender seus produtos. O período de aprendizado variava conforme a atividade, mas em geral levava de dois a sete anos. Durante esse tempo, o aprendiz morava com o mestre e, após realizar uma obra-prima (sua primeira como mestre), poderia abrir sua própria oficina.

As corporações são instituições típicas do período final da Idade Média, pois dependiam para a sua consolidação de mercados estabelecidos e de uma economia monetária. Mais tarde, o processo de consolidação dos estados nacionais daria um fim ao predomínio das corporações, pois o centralismo real retirou muito poder das municipalidades. A importância e a abrangência das corporações, no final da Idade Média, ficam claras neste trecho de Leo Huberman (1986, p. 57):

Para realizar qualquer negócio era preciso ser membro da corporação artesanal. Ninguém que estivesse fora podia exercer o comércio sem permissão expressa. Até mesmo os mendigos de Basileia e Frankfurt tinham suas corporações, que não permitiam aos mendigos de fora mendigar ali, exceto um ou dois dias por ano! As corporações não toleravam qualquer interferência neste monopólio. Era vantajoso para elas, e lutaram para conservá-lo. Até mesmo a Igreja, poderosa como era, tinha de conformar-se com os regulamentos das corporações.

4 A ALIANÇA ENTRE REI E BURGUESIA

Apesar do sucesso que as feiras começaram a fazer, o desenvolvimento das atividades comerciais ainda era prejudicado pela fragmentação política da Europa. Ao viajar de uma região para outra, os comerciantes precisavam às vezes pagar dezenas de pedágios, cobrados por senhores feudais, e defender-se do ataque de ladrões e dos próprios senhores.

Para diminuir os problemas, era muito vantajoso aos comerciantes uma aliança política com alguns senhores mais fortes, para que esses garantissem a sua segurança contra os demais senhores. Em troca da segurança para a realização das feiras, os comerciantes pagariam impostos a esses senhores, que poderiam com isso melhorar ainda mais o serviço prestado a eles e, assim, recolher ainda mais impostos. Dessa maneira, alguns senhores foram conquistando os territórios vizinhos e, aos poucos, diminuindo a fragmentação política do continente. Agora havia regiões muito maiores, nas quais as estradas eram mais bem cuidadas, os pesos e medidas eram padronizados e os comerciantes tinham o direito de se instalarem.

Mas não foi apenas dessas formas que as transações comerciais foram responsáveis pelo processo de aglutinação política pelo qual a Europa passou entre os séculos XIII–XVI. Como vimos, a monetarização da economia foi cada vez maior e passou a se refletir em todos os aspectos da sociedade. Um dos resultados desse acúmulo de dinheiro foi a inflação, que trouxe consequências muito distintas para cada grupo. Norbert Elias (1993, p. 19-20) resume bem as consequências desse processo:

A expansão gradual do setor monetário da economia, a expansão do setor de troca, ou escambo, em uma dada região na Idade Média, gerou consequências muito diferentes para a maior parte da nobreza guerreira, por um lado, e para o rei ou príncipe, por outro. Quanto mais moeda entrasse em circulação numa região, maior seria o aumento dos preços. Todas as classes cuja renda não aumentava à mesma taxa, todos aqueles que viviam de renda fixa, ficavam em situação desvantajosa, sobretudo os senhores feudais, que auferiam foros fixos por suas terras.

As funções sociais cuja renda se elevava com essas novas oportunidades passaram a desfrutar de vantagens. Incluíam elas certos setores da burguesia, mas, acima de tudo, o rei, o senhor central. Isto porque a máquina de coleta de impostos lhe conferia uma parcela da riqueza crescente; para ele se encaminhava parte de todos os lucros obtidos nessa área, e sua renda, em consequência, crescia em grau extraordinário com a circulação cada vez maior da moeda. [...]

À medida que cresciam as oportunidades financeiras abertas à função central, o mesmo acontecia com o seu potencial militar. O homem que tinha à sua disposição os impostos de todo um país estava em situação de contratar mais guerreiros do que qualquer outro; pela mesma razão, tornava-se menos dependente dos serviços de guerra que o vassalo feudal era obrigado a prestar-lhe em troca da terra com a qual fora agraciado.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 19-20.

Ou seja, quanto mais dinheiro havia em circulação na Europa, mais ele se desvalorizava (por ser uma mercadoria mais comum). Os que viviam de rendas, como os senhores feudais, perdiam muito com esse processo, pois não podiam ajustar os seus rendimentos de acordo com a inflação. Já os reis e os comerciantes podiam, e na verdade viviam disso; assim, aos poucos os senhores feudais foram se arruinando, pois suas fontes de renda já não eram adequadas à economia dos novos tempos.



Caro acadêmico, perceba que essa aliança entre o rei e a burguesia deixa muito evidente a grande limitação do sistema feudal: o feudalismo era característico de uma sociedade na qual o dinheiro não circulava, ou seja, a riqueza era baseada na conquista da terra. A partir do momento em que o dinheiro voltou a circular, a antiga estrutura descentralizada começou a enfraquecer e deu lugar, lentamente, a estruturas políticas centralizadas.

Aos poucos, esse enfraquecimento dos senhores feudais – especialmente na região da França, onde a economia monetária era cada vez mais intensa –, aliado ao fortalecimento do exército real, vai submeter todos os senhores à autoridade de um senhor supremo, que passará a governar sem contestação; estão lançadas as bases do absolutismo monárquico.



Prezado acadêmico, o texto a seguir é um trecho do "Decamerão", de Giovanni Boccacio, que descreve, com detalhes vivos, a mortandade causada pela Peste Negra na região de Florença. Boa leitura!

LEITURA COMPLEMENTAR

No condado — vamos pôr de parte os castelos, que, em sua pequenez, eram parecidos às cidades —, os operários, míseros e pobres, faleciam. Tombavam sem vida, pelas vilas isoladas e pelos campos, com suas famílias, sem nenhuma ajuda de médico, nem auxílio de servidor; faleciam não como homens, e sim como animais, nas ruas, nas plantações, nas casas, dia e noite, ao deus-dará. Em decorrência disto, os trabalhadores do campo, conturbados em seus hábitos e parecendo transformados em moradores lascivos das cidades, não se importavam com nada, nem desejavam fazer coisa alguma. Como se aguardassem o dia em que seriam levados pela morte, todos se esforçavam, diligentemente, ao máximo, não em auxiliar a produção dos frutos futuros dos animais e das terras, assim como das antigas canseiras, mas sim em dar cabo dos frutos que estavam à mão. Sucedeu, pois, que os bois, os muars, as ovelhas, as cabras, os porcos, as galinhas, e mesmo os cachorros, tão fiéis sempre aos homens, passaram a perambular pelos campos, indiferentemente, por se verem expulsos da moradia de seus donos. As forragens, deixadas ao abandono nos campos, não apenas não tinham sido apanhadas, como nem sequer foram cortadas. Muitos animais, parecidos a seres pensantes, engordavam, pois pastavam bem no decorrer do dia, passavam a noite em suas casas, e não sofriam restrições da parte de nenhum pastor.

O que se poderá dizer ainda — pondo-se de parte o condado, para se tornar a tratar da cidade —, a não ser que a crueza do céu foi de tal monta e tanta, e quiçá também o tenha sido, em parte, a crueldade dos homens, que, no período que vai de março a julho, mais de 100 000 pessoas é certo que foram arrebatadas da vida, no circuito dos muros da cidade de Florença. Nesse número estão incluídos tanto aqueles que foram levados pela força da pestífera doença, como aqueles que, doentes, foram mal atendidos, ou abandonados às contingências, em razão do medo que os sãos alimentavam.

Antes que sobreviesse esse mortal evento, ninguém suporia existir tanta gente dentro da cidade. Quantos vastos palácios, quantas casas magníficas, quantas residências nobres, antes cheias de famílias, de senhores e de senhoras, ficaram vagos, perdendo até o derradeiro serviçal! Quantas linhagens memoráveis, quantas heranças importantes, quantas riquezas famosas foram despojadas de sucessor legítimo! Quantos valorosos homens, quantas mulheres belíssimas, quantos galantes moços — que Galeno teria considerado mais do que sadios, assim como Hipócrates, Esculápio e outros — tomaram o seu almoço de manhã com os seus parentes, colegas, e, em seguida, na tarde desse mesmo dia, jantaram no outro mundo em companhia de seus antepassados!

FONTE: BOCCACCIO, Giovanni. **O Decamerão**. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 14.

RESUMO DO TÓPICO 2

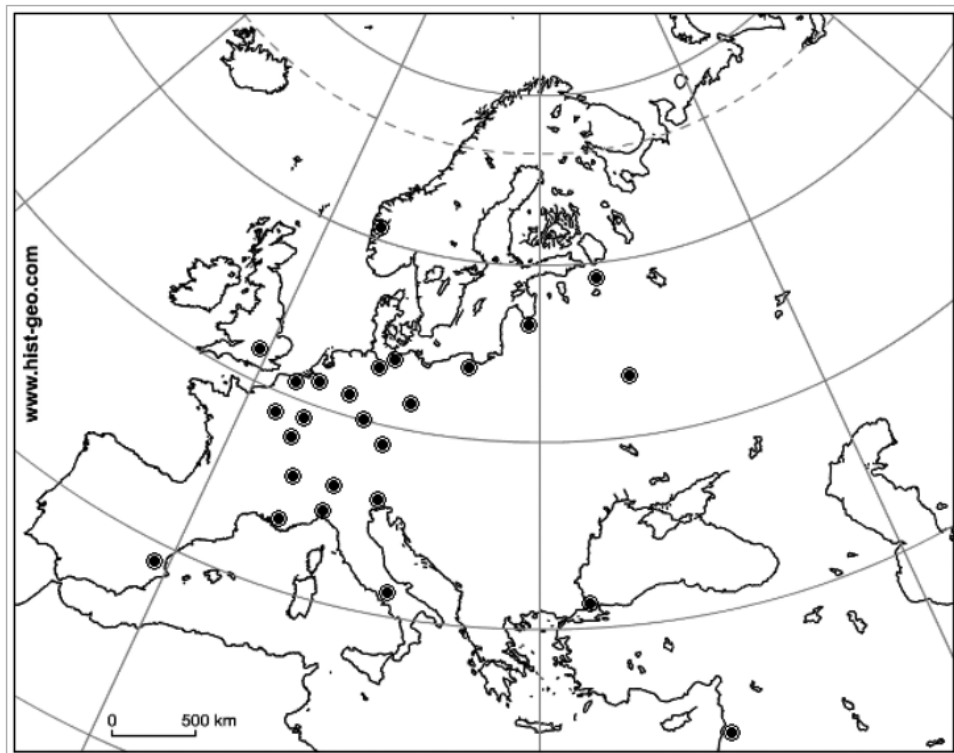
Neste tópico você viu que:

- O ressurgimento do comércio trouxe mudanças dramáticas para a Europa, num processo que culminou com a decadência do sistema feudal.
- As Cruzadas, que foram em parte motivadas pelo grande número de nobres sem feudos, deram início a esse ressurgimento do comércio, abrindo rotas comerciais e gerando um mercado de produtos vindos do Oriente.
- O sucesso comercial de Veneza e da Liga Hanseática, formada no norte da Europa, originou as feiras medievais, nas quais o dinheiro passou a ser usado com uma frequência cada vez maior.
- As feiras e o ressurgimento do comércio deram origem às cidades livres e a uma nova atitude em relação a algumas práticas financeiras, como a cobrança de juros.
- Os camponeses começavam a se libertar do sistema feudal, e a Peste Negra, ocorrida no século XIV, contribuiu para abalar ainda mais essa estrutura.
- As corporações de ofício surgiram para garantir os privilégios de produção e comércio dos produtos no final da Idade Média.
- Para garantir a segurança do comércio, os burgueses se aliaram a senhores mais poderosos, que conseguiram, assim, dominar os vizinhos e se tornarem soberanos.



1 No mapa a seguir, realize as seguintes atividades:

FIGURA 1 – MAPA EM BRANCO PARA A AUTOATIVIDADE SOBRE AS RELAÇÕES COMERCIAIS NA EUROPA



FONTE: Adaptado de: <<http://maps.hist-geo.com/Europe/Outline-Continent/Europe-Blank-2.php>>. Acesso em: 23 fev. 2008.

- a) Com a ajuda de um atlas ou da internet, localize as seguintes cidades: Antuérpia, Beirute, Bergen, Bruges, Colônia, Constantinopla (Istambul), Dantzig (Gdansk), Frankfurt, Gênova, Hamburgo, Leipzig, Londres, Lübeck, Lyon, Marselha, Milão, Nápoles, Novgorod, Nuremberg, Paris, Reims, Riga, Troyes, Valência e Veneza.
- b) Circule a área de atuação da Liga Hanseática: os litorais do Mar Báltico e do Mar do Norte.
- c) Circule a região da Champagne, na atual França. Corresponde aproximadamente à região entre as cidades de Paris, Lyon, Colônia e Frankfurt, mas não inclui nenhuma dessas cidades.

d) Trace as seguintes rotas comerciais, de preferência com cores diferentes:

Rota 1 – Liga Hanseática: ligue por mar todas as cidades dentro da área destacada no item b).

Rota 2 – Liga de Veneza: ligue por mar todas as cidades no Mar Mediterrâneo e litoral atlântico.

Rota 3 – Ligue por terra o trajeto entre as cidades de Bruges e Marselha.

Rota 4 – Da cidade de Bruges até Frankfurt, depois em dois ramos: um até Gênova e outro até Veneza.

Rota 5 – Da cidade de Veneza até Hamburgo.

2 Explique a relação entre as melhorias de vida da população durante o período feudal e a crise do próprio feudalismo.



O RENASCIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO

1 INTRODUÇÃO

O Renascimento pode ser entendido como um movimento renovador dentro da cultura medieval do Ocidente, que trouxe consequências profundas para a mentalidade europeia posterior. Para além de obras de inegável valor artístico, como as pinturas de Leonardo da Vinci, Giotto, Michelangelo e vários outros, e de obras literárias tidas como grandes clássicos universais, o Renascimento representou uma completa mudança de perspectiva de mundo, uma renovação total na forma como os europeus entenderam a si mesmos e ao universo. As antigas percepções medievais de um mundo teocêntrico, totalmente sujeito aos desígnios divinos, deram lugar a uma enorme confiança na capacidade inventiva dos seres humanos, e isso transpareceu nas obras de arte elaboradas no período.

Os estudiosos divergem muito quanto à extensão, alcance e marcos do Renascimento; como já vimos no tópico anterior, existem várias conceituações possíveis para o movimento, que podem abranger desde o desenvolvimento das artes até mesmo um período histórico intermediário entre a Idade Média e a Idade Moderna. Já discutimos no Tópico 1 como essas demarcações podem ser controversas. Lembre-se de que não é possível separar o Renascimento cultural de seu contexto histórico, e por este motivo não iremos, neste tópico, nos restringir a discutir arte. Se queremos entender o Renascimento do ponto de vista cultural – e, portanto, também artístico –, precisaremos observar com mais cuidado as suas origens. Para isso, vamos estudar um pouco sobre as regiões em que ele se iniciou: o sul da Europa, especialmente a Espanha muçulmana (Al-Andaluz) até o século XII e, posteriormente, a península Itálica, onde o poder da Igreja Católica estava em crise, ao contrário das regiões a norte.

2 ORIGENS CULTURAIS DO RENASCIMENTO ARTÍSTICO

A Idade Média havia sido uma época na qual as obras literárias do passado não estavam disponíveis com facilidade na Europa. A maior parte das que haviam sobrevivido estavam longe do alcance do Ocidente, concentradas no Império Bizantino ou traduzidas pelos muçulmanos e difundidas para todos os seus domínios; as demais estavam em poder dos mosteiros, onde as preocupações essenciais eram religiosas, e pouco se cultivavam outras áreas do saber. Raríssimas eram as obras em poder de particulares, em geral senhores feudais muito ricos, uma vez que os livros, manuscritos e cuidadosamente elaborados, eram proibitivamente caros, e a alfabetização, fora dos mosteiros, era tão rara quanto desnecessária.

Já no mundo muçulmano, a situação era completamente diversa. Quando expandiram seus domínios por todo o Oriente, África, Península Ibérica e sul da Península Itálica, os árabes tomaram contato com acervos sem igual nas bibliotecas do Oriente, e ficaram fascinados pela filosofia e pela cultura clássica da Grécia. Traduziram para o árabe e espalharam edições dessas obras pelas inúmeras bibliotecas que criaram em todos os seus domínios, e diversos estudiosos muçulmanos se dedicaram a interpretar a filosofia grega e adaptá-la ao Islamismo.

No século XII, um dos principais centros de difusão cultural do islã era a Espanha muçulmana (em árabe, Al-Andaluz), onde havia se constituído o Califado de Córdoba. Lá, filósofos muçulmanos e até judeus (pois o califado era bastante tolerante com outras religiões) adaptavam com sucesso a filosofia grega clássica aos preceitos religiosos. Dentro da filosofia islâmica, a obra de Aristóteles ocupava um papel relevante; Averróes (1126-1198), através de estudos profundos da obra do filósofo grego, lançou as bases de um sistema filosófico e religioso que viria a influenciar profundamente o pensamento escolástico na Europa cristã.

2.1 O RENASCIMENTO CULTURAL DO SÉCULO XII

As campanhas de Reconquista (com um *status* de Cruzada a partir do século XI) começaram lentamente a expulsar os muçulmanos da Península Ibérica. Quando ocuparam a cidade de Córdoba, os cristãos tomaram conhecimento do enorme acervo da biblioteca da cidade (estimado em cerca de 400 mil exemplares). Os estudiosos que os analisaram perceberam que, entre as obras, grande parte era de escritores gregos da Antiguidade, muitas das quais não se viam na Europa ocidental há muitos séculos.

O contato com esse enorme acervo (e mais obras reunidas na retomada do sul da Península Itálica, conquistada pelos bizantinos e pelos muçulmanos) acelerou o processo de renovação política, econômica e cultural que estava se iniciando, e deu origem ao movimento conhecido como Renascimento do

Século XII. Esse movimento é considerado, por muitos estudiosos, como a raiz do Renascimento Cultural dos séculos XIV–XVI, pois foi aí que as suas bases foram lançadas. As novas fontes de pesquisas promoveram uma renovação sem precedentes nos estudos jurídicos – muito necessários às cortes medievais –, religiosos, filosóficos e científicos. Para orientar esses estudos, as antigas escolas já eram insuficientes; as primeiras universidades modernas surgiram no final do século XII (inicialmente, como corporações de mestres e estudiosos) e, entre os séculos XIII e XVI, surgiram cerca de oitenta (inclusive três na América Espanhola).

2.2 O ESCOLASTICISMO

A teologia, do final da Idade Média, foi enormemente influenciada por essa redescoberta das obras filosóficas do passado. Até o século XII, o pensamento da Igreja esteve baseado na obra de Platão e dos neoplatônicos, que haviam dado a Santo Agostinho e outros uma explicação bastante engenhosa para a existência humana. De acordo com essa explicação, o mundo terreno seria um lugar de sofrimentos, do qual o ser humano deveria se esforçar para escapar (salvar-se) através da fé. A investigação do mundo natural, dessa forma, não tinha importância: as questões de fé eram as únicas relevantes.

A partir do século XII, esse pensamento começou a mudar. A descoberta das obras antigas preservadas pelos muçulmanos, especialmente os tratados de Aristóteles comentados por Averróes, trouxeram uma nova perspectiva à religião. São Tomás de Aquino (1225-1274) foi o principal artífice dessa nova teologia. Para ele, não era necessária a oposição entre o mundo natural e o mundo divino, pois ambos eram criação de Deus. Para reuni-los, era preciso recorrer à razão e à lógica, e foi assim que ele baseou seus minuciosos argumentos.

O debate em torno das questões teológicas com base na razão passou a ser dominante dentro das universidades medievais. Por esse motivo, esse movimento ficou conhecido como Escolástica – a busca da verdade por meio de uma investigação minuciosa (e, frequentemente, sobre detalhes mínimos) das questões filosóficas e religiosas, realizadas por especialistas e dentro de regras acadêmicas muito rígidas.



Prezado acadêmico, como você pode notar, esse modelo de pesquisa rigorosa e formal ainda é a regra nas universidades atualmente, especialmente nos cursos de mestrado e doutorado, mais voltados para o mundo acadêmico.

No entanto, alguns percebiam falhas dentro desse modelo. Roger Bacon (1214-1294) criticava a preocupação dos escolásticos com detalhes minúsculos e alheios à realidade. Assim, Bacon pretendia estudar todas as ciências mais de perto, baseando suas conclusões mais em resultados experimentais do que na autoridade dos antigos. Dentre as suas áreas de estudo incluem-se matemática, ótica, alquimia, astrologia e várias outras.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, para saber mais sobre as universidades medievais e seu papel na formação do pensamento moderno, leia o artigo de: OLIVEIRA, Terezinha. Origem e Memória das Universidades Medievais: a preservação de uma instituição educacional. *Varia História*, v. 23, p. 113-129, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a07.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

2.3 O HUMANISMO

A redescoberta dos textos gregos antigos, que inspirou a Escolástica, esbarrava em uma dificuldade importante: os textos disponíveis geralmente eram traduções para o latim de obras que já eram traduções árabes dos originais, o que trazia incerteza sobre o significado original dos textos. Alguns escolásticos apontavam esse fato como uma grande limitação do conhecimento, mas nos séculos XIII e XIV havia pouco a se fazer quanto a isso. Com a tomada de Constantinopla pelos turcos (1453), no entanto, muitos estudiosos gregos que lá viviam fugiram para a Itália, beneficiados pelo mecenato das repúblicas de Gênova e Florença. Levaram consigo textos originais das obras antigas e passaram a constituir uma nova categoria de estudiosos, não vinculados à Igreja ou (o que na época vinha a dar no mesmo) a uma Universidade medieval.

A invenção da imprensa, na mesma época, ajudou a difundir as obras recém-trazidas, e nos séculos XV e XVI o interesse pelos originais da civilização clássica criou um movimento chamado de Humanismo. O termo fazia uma alusão ao conceito que Cícero (106-43 a.C.) tinha desse termo: um estágio elevado de cultura, que dignifica os seres humanos que a criaram. Dessa forma, o Humanismo do Renascimento consistia em uma busca da perfeição cultural, que eles entendiam haver existido na Antiguidade Clássica greco-romana e se perdido durante o período feudal. As obras artísticas inspiradas pelo Humanismo, então, utilizavam-se da cultura clássica como fonte de inspiração – retórica, mitologia, estilística.

É dessa época, dentro desse espírito, que têm origem os próprios termos Idade Média e Renascimento: entendida apenas como um longo hiato entre o período clássico e a era moderna, a Idade Média seria, nessa visão, um período de escuridão cultural, uma Idade das Trevas, da qual o mundo agora estaria ressurgindo, renascendo.



Prezado acadêmico, é importante que você tenha em mente que essa noção de Idade das Trevas não tinha nenhuma conotação religiosa naquele momento, mas somente cultural. A ideia era que a sabedoria antiga, humanista, teria ficado adormecida durante esses mil anos, mas os homens do Renascimento, apesar de valorizarem o ser humano, eram profundamente religiosos. Essa desqualificação da Idade Média como época de superstição e credulidade vem do Iluminismo. Se desejar, releia o início do Caderno de História Medieval para relembrar essa discussão.

Não é difícil percebermos a influência humanista em diversas obras clássicas do Renascimento. Obras literárias, como *Os Lusíadas*, de Camões, que faz alusões diretas aos feitos dos antigos, à sua mitologia e que imita sua forma de narrativa (a epopeia), ou textos filosóficos como os *Ensaio*s de Michel de Montaigne, repletos de referências a filósofos e personagens históricos da Antiguidade, são exemplos marcantes. Esculturas, como o *Davi* e o *Moisés*, de Michelangelo, com uma perfeição anatômica comparável aos melhores trabalhos dos escultores gregos, pinturas como *O Nascimento da Vênus*, de Sandro Botticelli, ou mesmo peças teatrais, como as tragédias de Shakespeare, no modelo das tragédias gregas, também foram fortemente influenciadas pela herança clássica.

2.4 AS INOVAÇÕES TÉCNICAS: NAVEGAÇÕES E IMPRENSA

A partir do século XII ocorreu uma profusão de invenções na Europa, que alteraram dramaticamente as formas de produção e a economia do continente. A pólvora, de origem chinesa, o astrolábio e a bússola, trazidos pelos árabes, foram essenciais ao desenvolvimento da navegação, juntamente com o aperfeiçoamento dos navios e das velas. Outras inovações, como o moinho de vento, a roca de fiar, o papel, os algarismos arábicos e muitos outros, também tiveram enorme importância.

Talvez a invenção mais importante do período, pelo potencial de difusão cultural que permitiu, tenha sido a imprensa de tipos móveis, criada por Johannes Gutenberg em 1436. Até então, os livros eram manuscritos, e sua confecção era

caríssima. À medida que a alfabetização aumentava, tornou-se essencial encontrar uma forma mais barata de produzir livros em grande quantidade. A invenção da imprensa permitiu a difusão do pensamento filosófico clássico – e, com isso, o desenvolvimento do humanismo –, bem como a criação de novas obras filosóficas e a sua pronta divulgação pela Europa. A Reforma Religiosa do século XVI se beneficiou amplamente da imprensa, ao permitir que as ideias de Lutero, Calvino e os outros reformadores se tornassem conhecidas por um público muito amplo em questão de poucos anos.



A Reforma Religiosa será estudada com mais detalhes na próxima Unidade. As navegações serão vistas na formação das monarquias ibéricas, também na próxima Unidade. Já o desenvolvimento da Ciência moderna será estudado na Unidade 3.

3 A POLÍTICA E A RELIGIÃO DO RENASCIMENTO

Como já foi dito, o período do Renascimento foi o momento em que a Igreja Católica perdeu a hegemonia política na Europa. Durante a Idade Média, a fragmentação do poder havia feito da Igreja a única instituição política realmente estável; mas o ressurgimento do comércio em grande escala favoreceu, como vimos, a centralização política, e os reis começaram a entrar em choque com a autoridade política da Igreja.



A seção 3.1 discutirá a forma pela qual a autoridade política da Igreja ficou comprometida no final da Idade Média; não vamos abordar os Estados Nacionais agora, mas não esqueça que eles vinham se desenvolvendo ao mesmo tempo. A formação desses estados será vista com mais detalhes na próxima Unidade.

3.1 A POLÍTICA DA IGREJA: PODER E CORRUPÇÃO

A enorme importância que a religião tinha para a vida das pessoas havia dado à Igreja cada vez mais poder ao longo da Idade Média, e os papas passaram a interferir na política europeia com uma força cada vez maior. O papel da Igreja havia crescido tanto que passou a ir muito além das questões espirituais. A

influência política do papa atingiu o seu auge durante as Cruzadas e culminou com a Questão das Investiduras, no século XI, quando o papado assumiu um grande poder político. É claro que esse poder crescente do papado gerou uma série de abusos, e muitos padres, bispos e papas tinham atitudes nada adequadas à ética religiosa.

No início do século XIV, a autoridade papal parecia suprema e inabalável, a tal ponto que o papa Bonifácio VIII, incomodado com a impertinência do rei da França, Filipe IV, que ousava desafiar suas ordens, preparou uma bula para a excomunhão do rei. Em 1303, um grupo de soldados a mando de Filipe IV prendeu Bonifácio VIII, que morreu algumas semanas depois em consequência do tratamento que recebeu na prisão.



Prezado acadêmico, perceba que o conflito entre o papa Bonifácio VIII e o rei Filipe IV simboliza uma disputa de poder entre a antiga autoridade da Igreja, a única organização política que de fato funcionava durante a Idade Média, e as ambições dos monarcas europeus, que desejavam unificar seus países e submetê-los à sua autoridade absoluta; ao fazerem isso, precisariam retirar boa parte do poder da Igreja sobre esses territórios. É de se imaginar que o conflito poderia acontecer em algum momento.

3.1.1 O Papado de Avignon e o Grande Cisma do Ocidente

Após esse episódio traumático, o papa Clemente V decidiu transferir a sede do papado para a cidade de Avignon (que, apesar de francesa, era relativamente autônoma na época) em 1305, e realizar um pontificado de conciliação com a monarquia francesa. Durante as primeiras décadas do século, essa política obteve sucesso, e os papas de Avignon (todos eles de origem francesa) conseguiram manter uma certa autonomia frente à Coroa, ao mesmo tempo em que consolidavam a autoridade da Igreja. No entanto, a partir de Clemente VI (1342-52), a influência do rei da França sobre os papas se tornou cada vez maior. Os papas dessa época ganharam uma reputação de corruptos e libertinos, e muitos deles de fato tinham um modo de vida nada condizente com os ideais cristãos esperados de um papa.

Quando o papa Gregório XI (1370-78) decidiu retornar a Roma, sua posição política era tão delicada que ele sofreu uma feroz oposição de várias cidades do norte da Itália – todas independentes, pois não havia unidade política na península –, comandadas por Florença. O conflito culminou na aniquilação de uma cidade inteira (Cesena) e na excomunhão de toda a cidade de Florença.

O papa seguinte, Urbano VI, revelou-se tão pouco conciliador que os cardeais que o elegeram, arrependidos, reuniram-se novamente e indicaram um segundo papa, que se estabeleceu novamente em Avignon. O chamado Grande Cisma do Ocidente durou até 1417 e abalou severamente o prestígio da Igreja. No auge da crise, havia três papas ao mesmo tempo, em Roma, Avignon e Pisa, todos “legitimamente” eleitos por seus cardeais. O Cisma foi solucionado pelo Concílio de Constança, em 1414-18, quando o papado foi reunificado e voltou definitivamente a Roma. Os papas de Avignon e Pisa durante o Grande Cisma são hoje considerados pela Igreja como antipapas.



Perceba, prezado acadêmico, que às vésperas do Grande Cisma o papa enfrentou a oposição de Florença e outras cidades do norte da Itália. Repare que foi justamente nessa época (final do século XIV) e nesse local que o Renascimento Cultural estava se iniciando. Que relações você pode estabelecer entre esses dois eventos?

3.1.2 O comércio da fé: simonias e nepotismo

Dentre os abusos cometidos pela Igreja nesse período, podem-se citar as simonias e a venda de indulgências. Simonia é o nome que se dá à prática, comum na época, de pagar-se por uma nomeação a um alto cargo sacerdotal. O termo surgiu a partir de Simão Mago, que teria oferecido dinheiro aos apóstolos para ter o poder de fazer milagres (Atos 8: 18-24).

Um exemplo da reação popular às simonias é-nos oferecido por Dante Alighieri (1265-1321), que, em sua Divina Comédia, condena o papa Nicolau III ao oitavo círculo do Inferno, preso de cabeça para baixo e com as solas dos pés eternamente “batizadas” com óleo fervente. Na obra, Nicolau III prevê que seria acompanhado pelos papas Bonifácio VIII e seu sucessor Clemente V (o pontífice da época em que a Divina Comédia foi escrita). Como vimos, esses papas foram os pivôs da crise com a monarquia francesa.



Prezado acadêmico, quando analisar a visão de Dante sobre os papas, atente para o fato de que Dante, nascido em Florença, esteve envolvido nas disputas mencionadas anteriormente entre o papado e a cidade, e foi especialmente perseguido pelo papa Bonifácio VIII.

As práticas indevidas de cobrança de tributos pela Igreja revoltaram diversos religiosos da época, que desejavam ver a Igreja livre deste tipo de prática. Esta foi uma das principais razões para a Reforma Religiosa, iniciada a partir de 1517, e a criação do protestantismo.

Outra prática condenável da Igreja na época era o nepotismo, ou seja, a nomeação de parentes dos papas ou dos altos prelados da Igreja para cargos importantes. Foi o caso de Rodrigo Borgia, nomeado cardeal aos 25 anos pelo papa Calisto III, seu tio, sem nem ao menos ter sido ordenado padre. Após sua ordenação, 12 anos depois, ele ainda teve diversos filhos, entre eles os célebres César e Lucrecia Bórgia. Rodrigo tornou-se o papa Alexandre VI em 1492, e usou seu cargo para garantir a seus filhos altos cargos dentro da política italiana. Essas práticas abusivas minavam a autoridade moral da Igreja, que politicamente vinha se enfraquecendo há tempos.

3.2 A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

O Renascimento foi, também, o período em que os Estados Nacionais começaram a assumir a forma que têm hoje. As monarquias da Inglaterra e da França, que estavam em um lento processo de consolidação desde o período feudal, ganharam força a partir da Guerra dos Cem Anos (1337–1453), da Peste Negra e da Reforma Religiosa do século XVI, e consolidaram um modelo de Estado absolutista baseado na monarquia de direito divino. As monarquias ibéricas – Portugal e Espanha – atingiram o seu apogeu neste período, graças ao seu pioneirismo na expansão marítima e na exploração da Ásia e da América.

Nas regiões do Sacro Império Romano-Germânico e da península Itálica o processo de unificação não aconteceu, por razões variadas, e as diversas regiões continuaram a desfrutar de maiores graus de autonomia, como foi o caso das Repúblicas do norte da Itália, como Florença.



O processo de formação dos Estados Nacionais será visto em profundidade na unidade seguinte.

3.3 AS REPÚBLICAS ITALIANAS

No final da Idade Média, as regiões central e do sul da Península Itálica estavam em má situação. Os estados pontifícios eram mal organizados, especialmente durante o papado de Avignon, e as regiões do sul estavam em poder de árabes ou bizantinos. O norte da península estava em melhor situação, porque as turbulências políticas haviam retirado parte do poder do Sacro Império Romano-Germânico, e as regiões do norte acabaram conquistando uma maior autonomia. A região da Toscana (ao norte de Roma) foi a que mais se beneficiou dessa conjuntura, e várias cidades da região, como Lucca, Siena, Pisa e, principalmente, Florença, prosperaram como cidades comerciais, tirando proveito da reabertura do comércio no Mar Mediterrâneo após as Cruzadas.

3.3.1 Os Médici em Florença e o mecenato

Em 1434, Cosme (Cosimo) de Médici, herdeiro de uma família de banqueiros de Florença, derrubou a oligarquia na cidade e concentrou o poder em suas mãos, ainda que mantendo uma aparência de democracia. Florença, nessa época, era uma das cidades mais ricas do mundo, com sua economia baseada nas atividades bancárias, nas manufaturas e no comércio de lã e seda. Cosimo usou sua riqueza para promover o desenvolvimento das artes e da cultura na cidade, patrocinando a atividade de diversos artistas, especialmente arquitetos. Seu neto Lorenzo (chamado O Magnífico) foi outro grande mecenas, tendo patrocinado a atividade artística de Sandro Botticelli (1445-1510) e do jovem Michelangelo Buonarroti (1475-1564).

O interesse dos mecenas não era simplesmente artístico; havia uma intenção política muito clara por trás de seu gesto, que era o de usar a sua influência e o carisma que o mecenato proporcionava para manter o poder na cidade. A imagem de benfeitores e patronos das artes dificultava qualquer tentativa de golpe, embora não as tenha evitado; dois anos após a morte de Lorenzo de Médici, ocorrida em 1492, seu grande adversário, o padre Savonarola, estabeleceu uma república na cidade, tentando apagar a imagem da família de governantes que ele considerava depravados. Os Médici ainda retornariam ao poder de Florença, mas a cidade já não teria o mesmo brilho; no século XVI, o grande centro de poder havia mudado para a Península Ibérica, os maiores banqueiros europeus estavam agora no norte do continente e o grande centro do mecenato na Itália passou a ser Roma.

4 O RENASCIMENTO ARTÍSTICO

É difícil estabelecer com precisão uma data de início para o renascimento cultural e artístico da Europa. Alguns conceitos podem ser usados como pontos de referência, tanto pelas mudanças artísticas que proporcionaram quanto pelas implicações filosóficas que trazem; um deles é o conceito de perspectiva, que foi introduzido na pintura no século XIV, e que modificou radicalmente a forma de se representar a realidade. A partir dessa época foi possível perceber-se uma arte mais preocupada com as questões humanas, interessada em representações mais realistas e menos alegóricas dos indivíduos – o início do antropocentrismo renascentista. Por isso, costuma-se entender que o Renascimento artístico teria acontecido a partir do século XIV.

4.1 O RENASCIMENTO ITALIANO

Mais fácil, no entanto, é localizar na Península Itálica a origem do Renascimento. A Itália era um dos principais pontos de convergência da época, reunindo as presenças árabe, bizantina e normanda à riqueza do comércio das cidades de Veneza, Florença e Gênova e à influência da Igreja Católica em Roma. Assim, embora essa divisão não seja totalmente precisa, é possível traçar o desenvolvimento do Renascimento Italiano a partir do norte da península, no século XIV – chamado de *Trecento* – com uma migração posterior para Roma, nos séculos seguintes – o *Quattrocento* e o *Cinquecento*. Vamos olhar com mais detalhes esse desenvolvimento.

4.1.1 O *Trecento*

O século XIV (ou seja, dos anos 1300) costuma ser referenciado pelos italianos como o *Trecento* (trezentos), e esse termo foi adotado como título para o movimento artístico da época. A arte no *Trecento* ainda está muito impregnada da mentalidade medieval, e os grandes trabalhos da época têm invariavelmente uma temática ou uma estética religiosa, ainda que os temas mundanos comecem a aparecer com mais frequência.

Na literatura, há dois grandes exemplares da arte trecentista: a *Divina Comédia*, de Dante Alighieri (1265-1321), e o *Decamerão*, de Giovanni Boccaccio (1313-1375). Nota-se que as duas obras são radicalmente diferentes em sua estrutura, temática e perspectiva; a *Comédia* de Dante (o termo *Divina* foi dado mais tarde por Boccaccio) foi iniciada em 1300 e ainda está impregnada do imaginário medieval do além-mundo. Na obra, o poeta Dante atravessa os diversos estágios do Inferno, do Purgatório e do Paraíso, em companhia do poeta Virgílio e depois de Beatriz (a mulher que Dante amou em sua juventude). É

perceptível a mistura de elementos cristãos e pagãos, que empresta à obra um caráter novo dentro do universo medieval, embora ainda faça nitidamente parte desse universo. O livro *O Decamerão* foi escrito por Boccaccio alguns anos após a Peste Negra ter dizimado boa parte da população de Florença. Na obra, sete moças e três rapazes, fugidos para o campo na tentativa de escapar à epidemia, passam o tempo contando histórias, que dão uma demonstração do cotidiano de meados do século XIV. É nítida uma crítica à Igreja e à nobreza; várias dessas histórias falam de religiosos e nobres corruptos e libertinos.

Outro grande escritor italiano desta época é Francesco Petrarca (1304-1374). Mais conhecido por sua filosofia, a principal obra literária de Petrarca é o *Cancioneiro*, cujo principal tema é o seu amor impossível. Na pintura, o grande nome deste período é o florentino Giotto di Bondone (1266-1337), que é considerado o introdutor da perspectiva na pintura italiana. Suas obras são todas de temática religiosa, e sua perspectiva certamente é menos sofisticada do que a do período seguinte (o *Quattrocento*), mas sua técnica representa claramente uma ruptura com a representação icônica da pintura bizantina e medieval que existia em seu tempo. As obras de Giotto foram pintadas a óleo em técnica de afresco – antes de a parede secar, o que lhes garante maior resistência, e estão localizadas em geral em capelas; a tela para pintura só se popularizaria na Europa no século seguinte.

FIGURA 2 – DOMINGO DE RAMOS



FONTE: <<http://mesquita.blog.br/wp-content/uploads/2008/03/bl-pl-arte-pintura-giotto-domingo-de-ramos.jpg>>. Acesso em: 17 jan. 2008.



A Figura 2 mostra uma das obras de Giotto di Bondone, que revolucionou a pintura da época ao criar a noção de profundidade.

4.1.2 O *Quattrocento*

Durante o *Quattrocento*, as técnicas iniciadas por Giotto foram aperfeiçoadas, e os estudos de perspectiva na pintura se desenvolveram bastante. Os pintores Piero della Francesca (1412-1492) e Fra Angelico (1395-1455), com sua temática religiosa, estão entre os principais representantes dessa corrente. Já Sandro Botticelli (1444-1510), embora também pintasse obras religiosas, é mais conhecido por suas obras de temática secular ou pagã, como “Primavera” (1478) e “O Nascimento de Vênus” (1486).

Na escultura, o trabalho de Donatello (1386–1466) – em parte financiado por Cosimo di Médici – alcançou níveis de realismo que só seriam superados por Michelangelo. Outro renascentista que atuou em Florença foi o arquiteto Filippo Brunelleschi (1377-1446), cujas grandes obras são a igreja de São Lourenço e a cúpula da igreja de Santa Maria del Fiore. Na poesia e filosofia, Francesco Petrarca (1304-1374) teve uma importância tão grande que sua escrita se tornaria a base do idioma italiano moderno.

Mas os principais nomes do *Quattrocento* italiano são Leonardo da Vinci (1452-1519), Rafael (1483-1520) e Michelangelo (1475-1564). Além de pintores, eles se dedicaram a diversas outras atividades, e as realizaram com grande maestria. Rafael era arquiteto, Michelangelo era escultor, arquiteto, poeta e engenheiro, e Leonardo da Vinci era matemático, inventor, músico, engenheiro, botânico, escultor, arquiteto e escritor. Da Vinci é provavelmente o modelo mais acabado de polímata, pessoa capaz de realizar com maestria diversas atividades, e suas múltiplas habilidades geraram a noção popular de renascentista para designar uma pessoa muito capaz em diversas áreas de atuação.

4.1.3 O *Cinquecento*

No século XVI, o poder político de Florença estava em declínio, e o grande centro difusor de cultura na Península Itálica mudou de lugar; com a perda de poder dos Médici, os papas se tornaram os maiores mecenas da península, e o centro cultural do Renascimento passou a ser a cidade de Roma. O século XVI viu, também, uma difusão do espírito renascentista por diversas partes da Europa, e o movimento se torna mais internacionalizado.

O período do *Cinquecento* (século XVI) foi, em vários aspectos, o auge do Renascimento. No início do século, os três grandes nomes do período anterior estavam em plena atividade, e foi nesta época que pintaram algumas de suas obras-primas: a *Última Ceia*, de Da Vinci, o teto da Capela Sistina, de Michelangelo, e a *Escola de Atenas*, de Rafael, são todos deste período. Nesta época, as técnicas de perspectiva, cores e realismo atingem o seu esplendor na pintura e também na ciência política; a obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), descrevia a forma pela qual um governante deveria proceder para tomar e conservar o poder. A obra só foi publicada após a morte de Maquiavel, pois ele temia a repercussão que teria. De fato, o extremo realismo de Maquiavel, que não tinha ilusões sobre a tarefa de governar, chocou a sua época, e seu livro foi colocado no *Índex* de livros proibidos pela Igreja Católica em 1559.



SUGESTÃO DE SITE

O Portal Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br>) tem em seu acervo milhares de obras, entre textos, músicas e vídeos. Lá, você conseguirá encontrar (em português!) as principais obras do Renascimento em formato .pdf, incluindo quase todas as mencionadas neste tópico. Navegue pelo site e divirta-se!

4.2 O RENASCIMENTO NO NORTE DA EUROPA

O Renascimento no norte da Europa teve características bastante distintas do ocorrido na Itália. Em parte devido à influência da Reforma Religiosa, o Renascimento norte-europeu tem tons mais sombrios, mais escuros e mais realistas. Também foi um pouco mais tardio: as obras do final do século XVI e início do XVII ainda costumam ser classificadas como renascentistas.

4.2.1 Os Países-Baixos

Os Países-Baixos (atuais Holanda e Bélgica) se constituíram como grandes entrepostos comerciais desde o final da Idade Média. Suas maiores cidades – Antuérpia e Bruges, em Flandres, e Amsterdam, na Holanda – atraíram comerciantes de todas as origens e foram algumas das primeiras regiões em que a Reforma teve repercussão. Os intercâmbios comerciais frequentes entre as cidades dos Países-Baixos e o norte da Itália tiveram uma grande influência sobre as artes na região. Mas ali, ao contrário da Itália, os elementos góticos da arte medieval não foram suprimidos, e o Renascimento ganhou cores um pouco mais sombrias, com um tom religioso mais marcado.

As manifestações artísticas e culturais nos Países-Baixos foram bastante variadas. O anatomista Andreas Versalius elaborou os primeiros estudos sobre o corpo humano da era moderna (ver Tópico 1 da Unidade 3). O cartógrafo Geraldo Mercator desenvolveu uma projeção cartográfica que leva seu nome, até hoje muito utilizada. Na filosofia, Erasmo de Rotterdam teve um papel destacado no humanismo do século XVI, e debateu longamente com Martinho Lutero as reformas que ambos julgavam necessárias; ao contrário de Lutero, no entanto, Erasmo manteve-se católico até o final da vida. Algumas de suas obras mais célebres incluem O elogio da loucura (1509), uma sátira aos costumes e à superstição de seu tempo, e Do livre-arbítrio (1524), em que combate as posições de Lutero a respeito do tema.

A pintura também teve grande expressão nos Países-Baixos da época. As obras de Peter Brueghel, o Velho, e Hieronymus Bosch têm estilos bastante particulares, em geral com cores sombrias e o recurso à narrativa. Os quadros de Bosch contêm em geral dezenas de elementos, muitas vezes narrando diversas histórias ou descrevendo diversos elementos da cultura popular em uma única tela. Já Brueghel retratou com fidelidade o cotidiano, em geral se preocupando mais com os elementos menos nobres da sociedade.

4.2.2 A Inglaterra

No século XIV houve alguma produção intelectual na Inglaterra em língua nacional, em vez do tradicional latim. Os principais expoentes do período são John Wyclif (c.1320-1384), que traduziu a Bíblia para o inglês (falaremos dele no próximo tópico) e Geoffrey Chaucer (1343-1400), com sua série Contos de Canterbury, escrita num formato semelhante ao do Decamerão. No século XV, o principal nome é Sir Thomas Mallory (c.1405-1471), com sua versão da saga arturiana La Morte D'Artur.

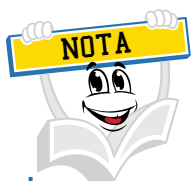
No século XVI, uma profusão de pensadores e artistas deu um rumo bastante particular ao Renascimento Inglês. Filósofos como Francis Bacon e Thomas Morus tiveram uma importância muito destacada na renovação do pensamento europeu, e trariam contribuições importantes para a Revolução Científica do século XVII. No teatro, destacam-se as figuras de Christopher Marlowe e, principalmente, William Shakespeare, que compôs dezenas de obras, entre tragédias, comédias, dramas históricos e farsas. Os principais personagens de Shakespeare têm uma complexidade psicológica e uma profundidade de caráter até hoje não igualadas, que os torna profundamente humanos. Shakespeare é considerado o maior dramaturgo e um dos maiores escritores que a humanidade já produziu.

4.3 O RENASCIMENTO NA PENÍNSULA IBÉRICA

A literatura portuguesa do final da Idade Média sofreu uma influência muito grande do trovadorismo, forma de composição poética característica das cortes medievais do sul da França (Languedoc ou Provença). O trovadorismo português costumava se manifestar nas cantigas de amor e nas cantigas de amigo, em um espírito de amor cortês que é claramente medieval, e em outros formatos menos comuns. O trovadorismo português foi importante para consolidar a forma da língua portuguesa, a partir do século XII.

No século XVI, dois grandes nomes se destacam na poesia portuguesa: Gil Vicente e Luís Vaz de Camões. Gil Vicente compôs autos, farsas e peças teatrais, em uma estética ainda bastante marcada pelo pensamento medieval. Camões compôs diversos poemas, entre sonetos, cancioneros e redondilhas e a famosa epopeia *Os Lusíadas*, em que relata os feitos dos navegantes portugueses e toma emprestados elementos da mitologia grega e romana com o objetivo de criar um poema comparável à *Ilíada* e à *Odisseia*.

A temática das obras artísticas na Espanha do Renascimento era essencialmente religiosa. Destaque para a arquitetura, voltada para a construção de igrejas e palácios (o Escorial, símbolo da grandeza da monarquia espanhola, foi construído por Juan de Herrera entre 1563-1584), a pintura com El Greco (nascido em Creta, 1541-1614) e a literatura, com Santa Teresa de Ávila, São João da Cruz e Miguel de Cervantes Saavedra, autor do célebre *O Engenhoso Fidalgo dom Quixote de la Mancha*.



Prezado acadêmico, leia agora um trecho do livro "A Civilização do Renascimento", do historiador francês Jean Delumeau, onde ele analisa algumas causas da crise que causou a dissolução do feudalismo e sua relação com o Renascimento Artístico. Boa leitura!

LEITURA COMPLEMENTAR I

Assim, a conjuntura econômica dos anos 1320–1450, que à primeira vista poderia parecer caracterizada pela baixa da produção de metais preciosos, foi também, igualmente, senão mesmo mais, determinada por uma profunda quebra demográfica. É razoável admitir que, durante o século XIV, a população europeia diminuiu um terço. Não é, pois, de espantar que, apesar de subidas brutais mais breves, por ocasião das fomes, os preços dos cereais tenham mostrado persistente tendência para baixa, na Alemanha, uma importante emigração rural para as cidades; daí, na Inglaterra, a aceleração do movimento das *enclosures*, aproveitando-se os grandes proprietários da fraqueza econômica e física dos camponeses para dar aos carneiros, “devoradores de homens”, as terras retiradas ao cultivo dos cereais.

Ora, este período, que conheceu tantas infelicidades e se parece com um fragmento do Apocalipse, viu nascer e florescer o humanismo, desabrochar e espalhar-se a arte do Renascimento. A Peste Negra gerou o Decameron. Em 1428, Masaccio, o primeiro grande pintor do Renascimento italiano, já tinha morrido. Brunelleschi, arquiteto genial, concluiria em 1434 a cúpula de Santa Maria del Fiore. A encantadora Ca’ d’Oro de Veneza data da primeira metade do século XV. Dir-se-á que é uma região privilegiada e que a Itália escapou à depressão mais que qualquer outro país da Europa – afirmação que, de fato, é geralmente aceita. Mas o retábulo do Cordeiro Místico, a maravilha de Gand, foi pintado pelos Van Eyck entre 1413 e 1432. E o século XV é a idade de ouro da pintura flamenga. Quem admirar na Hofburg de Viena os suntuosos paramentos sacerdotais utilizados no século XV, na corte de Borgonha, para as cerimônias da ordem do Tostão de Ouro, interroga-se como tanta riqueza pôde coexistir com tanta miséria. Em França, foi num período bem sombrio – entre 1380 e 1420 – que foram feitas essas iluminuras deslumbrantes que se chamam *Livre de la Chasse*, de Gaston Phébus, *Très belles heures* de Notre-Dame, *Très riches heures du duc* de Berry.

Teremos de concluir, com C. Cipolla e E. Kominsky, que nenhuma depressão econômica afetou verdadeiramente a época do Renascimento? Ou, bem ao contrário, com R. Lopez, que “o dinheiro dirige-se para a arte quando se estreitam as saídas econômicas”. Este mesmo autor assevera que os tiranos italianos de *Trecento* e *Quattrocento* construíram igrejas e palácios para reabsorver as massas de desempregados. Claro que seria errado ligar aprioristicamente o desenvolvimento econômico ao florescimento artístico. Mas é preciso, principalmente, evitar fechar o complexo destino da humanidade nas categorias excessivamente rígidas da contração e da expansão econômica. Em períodos de recessão, a análise identifica setores e momentos privilegiados. Podem aparecer localmente sinais de prosperidade que corrijam, pelo menos parcialmente, a ação dos fatores depressivos.

FONTE: Adaptado de: DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Imprensa Universitária, 1984. p. 78-79.



Prezado acadêmico, apresentamos aqui um trecho do clássico *O engenheiro fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes Saavedra, um dos maiores representantes do Renascimento espanhol e mundial. O trecho é o início do Capítulo VIII, intitulado "Do bom sucesso que teve o valoroso dom Quixote na espantosa e jamais imaginada aventura dos moinhos de vento, com outros sucessos dignos de feliz recordação". Boa leitura!

LEITURA COMPLEMENTAR II

Quando nisto iam, descobriram trinta ou quarenta moinhos de vento, que há naquele campo. Assim que Dom Quixote os viu, disse para o escudeiro:

— A aventura vai encaminhando os nossos negócios melhor do que o soubemos desejar; porque, vêis ali, amigo Sancho Pança, onde se descobrem trinta ou mais desaforados gigantes, com quem penso fazer batalha, e tirar-lhes a todos as vidas, e com cujos despojos começaremos a enriquecer; que esta é boa guerra e bom serviço faz a Deus quem tira tão má raça da face da terra.

— Quais gigantes? – disse Sancho Pança.

— Aqueles ali que vêis – respondeu o amo –, de braços tão compridos, que alguns os têm de quase duas léguas.

— Olhe bem Vossa Mercê – disse o escudeiro –, que aquilo não são gigantes, são moinhos de vento; e o que parecem braços não são senão as velas, que tocadas do vento fazem trabalhar as mós.

— Bem se vê – respondeu Dom Quixote – que não andas corrente nisto das aventuras; são gigantes, são; e, se tens medo, tira-te daí, e põe-te em oração enquanto eu vou entrar com eles em fera e desigual batalha.

Dizendo isto, meteu esporas ao cavalo Rocinante, sem atender aos gritos do escudeiro, que lhe repetia serem sem dúvida alguma moinhos de vento, e não gigantes, os que ia acometer. Mas tão cego ia ele em que eram gigantes, que nem ouvia as vozes de Sancho nem reconhecia, com o estar já muito perto, o que era; antes ia dizendo a brado:

— Não fujais, covardes e vis criaturas; é um só cavaleiro o que vos investe. Levantou-se neste comenos um pouco de vento, e começaram as velas a mover-se; vendo isto Dom Quixote, disse:

— Ainda que movais mais braços do que os do gigante Briareu, heis de mo pagar.

E dizendo isto, encomendando-se de todo o coração à sua Senhora Dulcineia, pedindo-lhe que em tamanho transe o socorresse, bem coberto da sua rodela, com a lança em riste, arremeteu a todo o galope do Rocinante, e se aviou contra o primeiro moinho que estava diante, e dando-lhe uma lançada na vela, o vento a volveu com tanta fúria, que fez a lança em pedaços, levando desastradamente cavalo e cavaleiro, que foi rodando miseravelmente pelo campo afora. Acudiu Sancho Pança a socorrê-lo, a todo o correr do seu asno; e quando chegou ao amo, reconheceu que não se podia menear, tal fora o trambolhão que dera com o cavalo.

— Valha-me Deus! – exclamou Sancho. — Não lhe disse eu a Vossa Mercê que reparasse no que fazia, que não eram senão moinhos de vento, e que só o podia desconhecer quem dentro da cabeça tivesse outros?

— Cala a boca, amigo Sancho – respondeu Dom Quixote —: as coisas da guerra são de todas as mais sujeitas a contínuas mudanças; o que eu mais creio, e deve ser verdade, é que aquele sábio Frestão, que me roubou o aposento e os livros, transformou estes gigantes em moinhos, para me falsear a glória de os vencer, tamanha é a inimizade que me tem; mas ao cabo das contas, pouco lhe hão de valer as suas más artes contra a bondade da minha espada.

— Valha-o Deus, que o pode! – respondeu Pança.

FONTE: SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 59-60.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu que:

- As origens culturais do Renascimento estão nas obras preservadas pelos muçulmanos durante a Idade Média, que foram redescobertas pelos europeus com a Reconquista.
- Essas obras influenciaram o pensamento da Igreja, o que deu origem ao Escolasticismo, cujo maior expoente foi São Tomás de Aquino.
- A renovação cultural europeia deu origem ao Humanismo e a diversos avanços tecnológicos.
- O poder da Igreja decaiu no fim da Idade Média, e deu lugar às autoridades locais, na Península Itálica, e aos Estados Nacionais, em outras partes da Europa.
- O Renascimento Artístico surgiu no norte da Itália, e beneficiou-se muito do patrocínio de pessoas ricas – os mecenas.
- O Renascimento Artístico ocorreu em três fases – *Trecento*, *Quattrocento* e *Cinquecento*, com um aperfeiçoamento progressivo das técnicas e uma difusão cada vez maior pelo continente.



- 1 Escolha um trecho de alguma obra literária e uma peça de arte (como uma pintura ou escultura) do período do Renascimento e responda, com base nelas, às seguintes questões:
 - a. Descubra algumas informações sobre o autor da obra que você leu: local ou país de nascimento, data de nascimento e morte, como viveu, obras importantes que produziu.
 - b. Identifique a época de publicação da obra e relacione-a ao contexto histórico em que foi produzida e às características gerais do período do Renascimento em que surgiu. Anote as semelhanças gerais com o período e as particularidades desta obra.
 - c. Tente identificar, no texto que você leu, algumas características do período do Renascimento:
 - I. Humanismo: de que forma a cultura da Antiguidade aparece valorizada no trecho lido? Quais referências a ela aparecem? O que elas significam? Cite alguns personagens, reais ou mitológicos, que o autor do texto apresenta.
 - II. Antropocentrismo: de que forma o ser humano aparece colocado como o centro das atenções nesta obra?
 - III. Racionalismo: de que forma o Autor da obra, ou os personagens, recorrem à razão para resolver seus dilemas? Ou, se não recorrem, que consequências eles sofrem?
 - IV. Individualismo: de que maneira as escolhas individuais determinam o andamento das circunstâncias nessa obra?
 - d. A racionalidade do Renascimento exigia principalmente o recurso da razão. Mesmo assim, a religião não foi abandonada; muito ao contrário, as obras do Renascimento são pródigas em referências religiosas. Que imagens religiosas aparecem no texto que você leu? Como podem ser interpretadas?

Como sugestão, recomenda-se a utilização do trecho do livro *Dom Quixote de la Mancha*, incluído na leitura complementar neste tópico. Sinta-se livre, no entanto, para escolher um trecho de outra obra literária do Renascimento, à sua escolha. Note que, dependendo da obra escolhida, algumas das características serão mais perceptíveis do que outras, e algumas poderão mesmo parecer ausentes à primeira vista.

A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA MODERNA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- conhecer as motivações da Reforma Religiosa do século XVI, seus precursores, as doutrinas defendidas pelos reformadores e a reação da Igreja Católica ao movimento;
- compreender o processo de consolidação das monarquias europeias: Portugal, Espanha, França e Inglaterra;
- perceber a importância dos conflitos entre religião e poder na formação dos Estados nacionais;
- entender os fundamentos da economia moderna, baseada no mercantilismo, no metalismo e no colonialismo, bem como as relações entre esses elementos.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está organizada em quatro tópicos, sendo que, em cada um deles, você encontrará atividades para uma maior compreensão das informações apresentadas.

TÓPICO 1 – A REFORMA RELIGIOSA E A CONTRARREFORMA

TÓPICO 2 – AS MONARQUIAS IBÉRICAS E A EXPANSÃO MARÍTIMA

TÓPICO 3 – O ABSOLUTISMO DO DIREITO DIVINO

TÓPICO 4 – A ECONOMIA MODERNA



A REFORMA RELIGIOSA E A CONTRARREFORMA

1 INTRODUÇÃO

Como vimos no tópico anterior, o Renascimento foi muito mais do que um movimento artístico: teve desdobramentos em todas as áreas do conhecimento. O racionalismo, característico da Modernidade, foi aos poucos prevalecendo sobre as perspectivas teocêntricas da Idade Média, e o ser humano passou a ser entendido como a principal medida do universo. Assim, toda a cultura europeia vivia um período de profundas transformações.

Não haveria de ser diferente com a própria religião. Desde o escolasticismo, a própria fé passou a ser fundamentada na razão. Os tempos já não eram mais os mesmos: as transformações econômicas precisavam ser assimiladas pela Igreja, e a própria atuação política dos sacerdotes, nem sempre adequada, estava sujeita a críticas mais severas. Muitos entendiam que a Igreja precisava retomar o seu papel tradicional, recuperar a sua imagem antes que fosse tarde.

Esse entendimento culminou em um movimento religioso que quebrou a unidade da Igreja Católica na Europa, criando uma nova crença mais aberta aos valores individualistas e antropocêntricos que começavam a vigorar, e que abriu espaço para a justificação do lucro e do progresso material: o protestantismo. Podemos perceber, portanto, que a Reforma Religiosa foi um movimento totalmente coerente com a nova sociedade que surgia. Neste sentido, podemos dizer que o protestantismo foi um dos mais importantes efeitos da modernidade sobre a religião.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, para uma discussão mais aprofundada sobre a Reforma Religiosa, sugiro que leia o artigo de: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.130-150, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a08.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

2 OS PRECURSORES DA REFORMA: JOHN WYCLIFE E JAN HUS

O conflito entre a Igreja Católica e os imperadores e reis, que culminou no papado de Avignon e no Grande Cisma do Ocidente, foi entendido, por muitos teólogos da época, como uma interferência indevida da Igreja em assuntos que não lhe diziam respeito. O mais célebre deles foi, provavelmente, o britânico John Wyclif (1325-1384), que propôs várias ideias reformistas que mais tarde seriam adotadas por Lutero, Calvino e outros. Wyclif (ou Wycliffe) foi grandemente influenciado por estudiosos como Roger Bacon, Robert Grosseteste e Guilherme de Occam, que teceram severas críticas às limitações da Escolástica.



Prezado acadêmico, na próxima unidade vamos estudar, com mais detalhes, as críticas que Bacon, Grosseteste e Occam fizeram ao Escolasticismo. Você perceberá, então, que Wycliffe, ao se basear neles, estava dando um dos primeiros passos a uma avaliação mais racional da religião.

Wyclif entendia que a Igreja deveria retornar à simplicidade de suas origens, renunciando ao luxo e à riqueza, e que qualquer pessoa é capaz de compreender a palavra de Deus por conta própria, sem a necessidade de intermediários (padres e papa), desde que disponha dos meios para conhecer essa palavra – ou seja, ser capaz de ler a Bíblia. Para isso, Wyclif traduziu os Evangelhos para a língua inglesa (seus colaboradores traduziriam o restante da Bíblia).

Ao afirmar existir uma relação direta entre o homem e Deus, o pensamento de Wyclif representava uma ruptura radical com a Igreja Católica, pois esta

entendia que era só através de seus ensinamentos e seus preceitos morais que o fiel poderia chegar a Deus. É de se imaginar o impacto que essas ideias tiveram sobre a Igreja da época e a ameaça que representavam ao poder papal, na época enfraquecido moral e economicamente pelo Grande Cisma e pela luta contra Florença e tentando restabelecer em Roma sua autoridade. Por isso, Wyclif (que morreu em 1384) foi postumamente declarado herege pelo Concílio de Constança e teve seu corpo exumado e queimado na fogueira em 1428.

AUTOATIVIDADE



Prezado acadêmico, você percebeu que todas essas discussões religiosas, apesar de ocorrerem durante o período do final da Idade Média, refletem uma nova visão de mundo, que é tipicamente moderna?

Para iniciar, reflita um pouco sobre a relação entre a tradução da Bíblia para o inglês, feita por Wyclif (e depois também por Lutero, para o alemão), e o individualismo, racionalismo e antropocentrismo característicos do novo tempo. Anote suas conclusões.

Na região da Boêmia (na atual República Tcheca), um outro reformista causou um grande impacto. Jan Hus (1369-1415), baseado nas ideias de Wyclif, entrou em choque com a Igreja (que na época atravessava a crise do Grande Cisma do Ocidente) e com os interesses políticos dos nobres tchecos e do Sacro Império Romano-Germânico. Também considerado herege em Constança, Hus foi queimado na fogueira em 1415; sua morte deu origem a uma guerra entre seus seguidores, os hussitas, e a Igreja Católica, culminando em uma cruzada contra os hussitas. Por suas ideias, John Wyclif e Jan Hus são considerados precursores da Reforma religiosa.



SITES

Se você tiver interesse em saber mais sobre Jan Hus, seu pensamento, seu julgamento e sua reabilitação pela Igreja em 1999, eis aqui uma ótima referência (em espanhol):
<<http://archiv.radio.cz/espanol/historia/osobnost.phtml?cislo=128.>>

3 LUTERO E O SURGIMENTO DO PROTESTANTISMO

Como vimos anteriormente, a Igreja do início do século XVI viveu um período de excessos e de abusos, em nada condizentes com a moral cristã. Já falamos, na Unidade anterior, das simonias, que eram as nomeações políticas para os altos cargos eclesiásticos. De uma certa forma, as simonias eram uma consequência da disputa de poder entre reis e papa, cada um tentando retirar os maiores lucros políticos possíveis das grandes vantagens que esses cargos poderiam trazer.

Outra prática abusiva comum na época era a venda de indulgências. Indulgência é o perdão dos pecados, garantido após a confissão e a penitência do fiel – recitação de preces ou realização de boas ações. Em nenhuma circunstância a doutrina católica prevê o pagamento, em dinheiro ou espécie, como forma de obtenção das indulgências. No entanto, em 1517 o papa Leão X ofereceu indulgências àqueles que contribuíssem financeiramente com a reconstrução da Basílica de São Pedro, em Roma. A atuação incisiva do frei dominicano alemão Johann Tetzel na comercialização das indulgências – ele chegou a estabelecer uma “lista de preços” para diversos pecados – teria, segundo a tradição, impulsionado Martinho Lutero a elaborar suas 95 Teses que dariam origem à Reforma Religiosa na Alemanha.

3.1 AS CRÍTICAS DE LUTERO: AS 95 TESES

No dia 31 de outubro de 1517, o monge agostiniano Martinho Lutero escreveu ao arcebispo de sua diocese, protestando contra a venda de indulgências, e expôs suas ideias a respeito, em um documento que ficou conhecido como as 95 Teses. As 95 Teses eram, em sua maioria, ataques à venda de indulgências, embora outras tratassem de temas mais amplos, como a autoridade do papa. Veja algumas das “Teses” (VIANNA, 2004):

- 21 Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.
- 22 Com efeito, ele não dispensa as almas no purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.
- 23 Se é que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele, certamente, só é dado aos mais perfeitos, isto é, pouquíssimos.
- 24 Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.
- 25 O mesmo poder que o papa tem sobre o purgatório de modo geral, qualquer bispo e cura tem em sua diocese e paróquia em particular.
- 26 O papa faz muito bem ao dar remissão às almas não pelo poder das chaves (que ele não tem), mas por meio de intercessão.
- 27 Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando [do purgatório para o céu].
- 28 Certo é que, ao tilintar a moeda na caixa, podem aumentar o lucro e a cobiça; a intercessão da Igreja, porém, depende apenas da vontade de Deus.

É importante saber que Lutero, no momento em que divulgava as suas 95 Teses, não pretendia opor-se à Igreja Católica, muito menos criar uma nova religião. As Teses foram apresentadas, nos moldes da época, como uma *disputatio*, uma disputa acadêmica, na qual Lutero propunha a todos os estudiosos algumas questões teológicas e buscava sua apreciação. Assim, quando Lutero divulgou suas teses – tornando-as públicas entre os estudiosos, e não entre toda a população –, sua intenção era buscar o apoio do papa à sua condenação da venda de indulgências. O documento foi logo traduzido para o latim e impresso, transformando a disputa teológica em uma das primeiras polêmicas a ser difundida pela imprensa.



Prezado acadêmico, se você desejar mais informações sobre o assunto, consulte o artigo de VIANNA, Alexander Martins. As 95 Teses de Martin Lutero. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 34, Março, 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc_lutero.htm>. Acesso em: 25 jan. 2008.

Entre 1517 e 1521, Lutero envolveu-se em discussões com os enviados do papa, que não aceitaram boa parte de suas teses. O embate terminou com a excomunhão de Lutero em 1521. Recusando-se à convocação do imperador Carlos V para retratar-se, Lutero foi declarado herético pelo Editó de Worms. Nesse decreto, o imperador germânico Carlos V exigia a prisão de Lutero e declarava criminoso qualquer um que o abrigasse. Frederico III, eleitor da Saxônia (um dos nobres que participavam da escolha do Imperador), abrigou Lutero – que era professor na Universidade que ele fundara – em seu castelo por quase um ano. Em pouco tempo, sua fama cresceu entre outros nobres da Alemanha.

O conflito, que começara com uma disputa teológica, ganhava agora um forte significado político. Os príncipes germânicos que acolheram Lutero perceberam que essas ideias lhes davam um ótimo pretexto para tomar terras da Igreja e de seus inimigos. O luteranismo ganhou muitos seguidores no norte da Europa, especialmente nos estados germânicos e na Escandinávia. Após a morte de Lutero, o conflito degenerou em uma guerra religiosa, motivada principalmente pelo complexo jogo de forças do Sacro Império Romano-Germânico.

Em 1526 foi decidido que os príncipes teriam autonomia para decidirem pela adoção ou não das posições luteranas até que um Concílio fosse convocado, decisão revogada três anos depois. Na ocasião, os que se opuseram à revogação da autonomia ficaram conhecidos como protestantes. A partir de 1530, com a publicação da Confissão de Augsburg, que reunia as principais posições religiosas dos protestantes, o Luteranismo foi institucionalizado – e suas doutrinas complementadas nos anos seguintes, até a sua formalização definitiva em 1580.

3.2 A DOCTRINA RELIGIOSA LUTERANA



Prezado acadêmico: a seção a seguir apresenta as doutrinas luteranas em razão de sua importância histórica. Não pretendemos discutir a validade religiosa dessas ideias.

A principal doutrina luterana é a da justificação pela fé. Justificação é o termo religioso para o perdão de Deus aos pecadores, que de outra forma estariam condenados ao Inferno. É o que permite que o fiel consiga a salvação. Para a Igreja Católica, a justificação é um processo que dura a vida toda, inicia-se com o Batismo e vai sendo conseguido com os sacramentos e as boas obras. Lutero rejeitou essa visão, argumentando que foi essa a causa dos desmandos da Igreja em seu tempo: mais preocupados em parecer justos para os outros do que para Deus, os pecadores, a seu ver, hipocritamente realizariam boas obras ou buscariam os sacramentos visando a justificação.

Para Lutero, a única forma de se conseguir a salvação, de acordo com as Escrituras, seria pela fé em Cristo. A própria fé, no seu entender, era o primeiro indício da justificação, já que só poderia vir de Deus – não era possível recebê-la de mais ninguém. Isso tornava direta a relação do fiel com Deus; os padres, bispos e o papa não tinham uma autoridade especial, porque o fiel não dependia de ninguém para ser salvo. Essas ideias, é claro, abalavam profundamente a autoridade da Igreja Católica (não apenas a autoridade religiosa, mas também a política). Esta foi a principal razão do confronto entre Lutero e o papado.

A partir da ideia da relação individual entre o fiel e Deus, surgiram várias divergências entre o pensamento luterano e os preceitos católicos. Já que o fiel poderia chegar a Deus diretamente, Lutero não reconhecia nenhum intermediário que dispusesse de poderes especiais; assim, ele rejeitou a hierarquia eclesiástica, atacou a autoridade do papa e até mesmo o celibato clerical. Os pastores evangélicos, ao contrário dos padres, seriam pessoas comuns, com direito a casarem-se e a constituírem família, que teriam o ministério apenas como profissão. Da mesma forma, dos sete sacramentos católicos, Lutero manteve apenas dois: o Batismo e a Eucaristia, considerando que os demais eram apenas celebrações realizadas por seres humanos (Crisma, Ordem e Matrimônio) ou tentativas indevidas da Igreja Católica de conceder, por meio dos padres, uma absolvição dos pecados que caberia unicamente a Deus (caso da Confissão e da Extrema Unção).

Mas do ponto de vista social, a consequência mais importante do pensamento luterano foi a necessidade que o fiel passava a ter de compreender a Bíblia por conta própria. Para isso era preciso não apenas uma Bíblia traduzida

em vernáculo (a língua nacional), mas também que o fiel fosse capaz de lê-la por conta própria; tornou-se, assim, essencial entre as comunidades luteranas (e também entre as demais religiões protestantes) a alfabetização de todos os seus membros.

3.3 A TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Durante o exílio no castelo de Frederico III, Lutero deu início à sua tradução da Bíblia para o alemão. É importante notar que ele não foi o primeiro a traduzir a Bíblia para seu idioma: John Wyclif e Jan Hus haviam feito isso, e várias traduções para as línguas nacionais haviam surgido pela Europa desde o final do século XV. Este era, portanto, um fenômeno generalizado, e não pode ser associado unicamente com a Reforma Luterana. A importância fundamental da tradução de Lutero está no alcance de sua obra, que influenciou diversas outras edições posteriores, e no caráter político que ganhou, por causa do movimento protestante. A partir daquele momento, autorizar uma tradução da Bíblia significava, para um governante, uma fonte de poder: ele poderia controlar a forma pela qual seus súditos tinham acesso a ela — ou, no caso de alguma versão não autorizada se tornar popular, perder parte de seu controle sobre eles.



Prezado acadêmico, você consegue perceber que grande parte do sucesso do protestantismo diz respeito principalmente a questões políticas e não apenas religiosas? Além disso, consegue perceber que Lutero jamais poderia ter em mente esses desdobramentos quando pregou as suas 95 Teses, em 1517?

3.4 AS GUERRAS RELIGIOSAS

Em 1530, com a Confissão de Augsburgo, a doutrina luterana foi formalizada, e a divisão entre católicos e protestantes começou a se tornar irreversível. No ano seguinte, para defender-se de possíveis ataques do imperador Carlos V, os príncipes luteranos mais poderosos se reuniram em uma aliança política – a Liga de Esmalcalda. A intenção inicial, que era defensiva, com o tempo passou a ser de enfrentamento ao imperador, confiscando terras da Igreja Católica, difundindo o protestantismo pelo norte da Alemanha e buscando outros aliados pelo continente.

Por quinze anos, a Liga cresceu sem sofrer grandes ataques. Carlos V estava envolvido em diversas guerras simultaneamente (sobre isso, falaremos mais no próximo tópico), e foi só em 1546 que o enfrentamento direto começou. Apesar

da vitória do imperador sobre a Liga, o domínio do protestantismo no norte da Alemanha já estava consolidado a essa época; assim, em 1555, o novo imperador Ferdinando I (ou Fernando) assinou com os protestantes a Paz de Augsburgo, aceitando o protestantismo como uma religião oficial dentro do Império e dando a cada governante o direito de escolher a religião oficial dentro de seus domínios.

4 O CALVINISMO

Enquanto o Luteranismo se espalhava pelas regiões da Alemanha, uma nova forma de constatação à doutrina católica surgiu na França e na Suíça e, com o tempo, espalhar-se-ia por diversas regiões do norte da Europa. Criada pelo francês João Calvino (1509-1564) e desenvolvida por seus seguidores nas décadas seguintes, essa nova crença se baseava em uma percepção extremamente severa da graça divina e induzindo o fiel a seguir um ascetismo religioso muito rígido. Por razões que nem sempre são de fácil compreensão, o Calvinismo se tornaria a doutrina religiosa mais popular entre a burguesia do norte europeu; por esse motivo, o Calvinismo costuma ser descrito como “a religião do capitalismo”. Para entendermos essa associação, a sua relevância e mesmo as suas limitações, precisamos estudar com mais detalhes a doutrina calvinista e suas consequências.

4.1 A PREDESTINAÇÃO ABSOLUTA

O pensamento calvinista é baseado em noções muito rígidas sobre a glória divina. Nessa visão, o pecado original teria tornado o homem completamente incapaz de fazer o bem ou escapar da condenação ao Inferno. Deus, no entanto, “para sua maior glória”, teria decidido conceder a alguns eleitos o poder de fazer o bem e obter a salvação, enquanto os outros (a grande maioria) continuariam condenados à perdição eterna. Essa salvação não dependeria, como para os católicos, da atuação do próprio fiel, mas vinha exclusivamente da vontade de Deus. Possivelmente, a intenção original fosse demonstrar a grande misericórdia divina, salvando da perdição algumas almas que, de outra forma, estariam condenadas.

Uma consequência muito relevante dessa doutrina é a ideia de predestinação. A predestinação é a noção de que o destino de uma alma já está decidido, antes mesmo de sua criação, por Deus. Essa ideia pode ser encontrada já nos trabalhos de Santo Agostinho (354-430), embora ele a discutisse muito pouco; mesmo Lutero (que era um monge agostiniano) não lhe deu grande importância. Para Calvino, no entanto, essa ideia é uma consequência lógica das ideias de onisciência e onipotência divinas: se Deus sabe tudo e tudo controla, sabe quem está destinado a ser salvo e quem não está, e a única coisa que poderia mudar essa condição é a própria vontade divina. Nada que o fiel faça o ajudará;

o indivíduo não tem qualquer autonomia, porque Deus conhece todo o seu destino. De fato, o fiel não teria à sua disposição nenhum elemento para buscar a salvação: padres, sacramentos, igreja e nem mesmo Deus poderiam interceder por ele, ou ajudá-lo a conseguir seu objetivo. Espiritualmente falando, ele está completamente sozinho, e qualquer tentativa de interferir no processo não apenas é inútil, mas pode parecer um desejo de influenciar o julgamento divino, o que é inaceitável. Tudo o que o fiel tem à disposição é a confiança de que deve ser um dos escolhidos, e alguns tênues sinais exteriores que possam lhe indicar se sua confiança é justificada. Calvino mencionou essa ideia algumas vezes, mas seriam seus seguidores a desenvolverem a ideia até o extremo da predestinação absoluta.

4.2 A ÉTICA CALVINISTA

Essa enorme solidão espiritual trouxe outras consequências. Uma das mais importantes foi a recusa dos calvinistas a adotarem qualquer tipo de ritual, seja dentro das igrejas, seja nos funerais, seja no cotidiano, para que o ritual não trouxesse a impressão de que o fiel poderia conseguir a intercessão divina. Isso marcava uma ruptura completa com o catolicismo, que sempre considerou (e até hoje considera) muito importantes os rituais, os sacramentos, a devoção pessoal aos santos, os cânticos, as rezas e as procissões. O Calvinismo eliminou a magia do mundo; tudo de que o fiel dispunha para viver era o estritamente material, não poderia contar com nenhum recurso sobrenatural. O mundo, para os calvinistas, era totalmente racional, muito diferente do mundo medieval, em que monstros e demônios apavoravam os cristãos, e mesmo no renascentista, em que lendas e mitos fantásticos desafiavam a imaginação dos exploradores.

Por isso, os calvinistas adotaram uma ética pessoal tão rígida quanto a sua visão de Deus: vestiam-se com extrema sobriedade, abriam mão de qualquer luxo e ostentação e rejeitavam qualquer prática sensualista. O prazer e a diversão eram pecados e afastavam o fiel de seu objetivo, a salvação. Isso gerou um individualismo desiludido, sombrio e pessimista nas regiões em que o Calvinismo prosperou. Gerou também um profundo desprezo mútuo entre católicos e calvinistas, que seria um dos grandes combustíveis das guerras religiosas dos séculos XVI e XVII.



As guerras religiosas serão vistas com mais detalhes nos próximos tópicos desta Unidade.

4.3 O CALVINISMO E O CAPITALISMO

Sendo assim, o que sobrava aos calvinistas? Se não havia mais a possibilidade de recorrer a recursos sobrenaturais para a salvação – a bem da verdade, não lhes era possível recorrer a recurso nenhum –, e considerando que o mundo teria sido criado por Deus para sua máxima glória, a única forma possível de se obter algum conforto seria louvar a Deus realizando sem descanso as atividades terrenas. Os calvinistas se tornaram, então, extremamente laboriosos, jamais se desviando de seu objetivo de louvar a Deus pela prosperidade na Terra. Luxos, prazeres ou desperdícios – fossem de tempo, de dinheiro, de objetivo ou de energia – eram vistos como ofensivos à glória de Deus e, portanto, deveriam ser combatidos a qualquer custo. A dispersão, a falta de vontade de trabalhar e a ineficiência eram entendidas como sinais de falta de graça divina. O calvinista deveria viver a sua vida eternamente focado no seu objetivo material: a prosperidade e o sucesso na vida terrena como forma de melhor glorificar a Deus.

Dessa forma, estavam criadas as condições para uma busca incessante, e mesmo obsessiva, do lucro: obrigados por sua religião a acumular riquezas, e proibidos por ela de gastá-la para satisfazer seus prazeres, só restava aos calvinistas investir as riquezas acumuladas na poupança para a obtenção de ainda mais riquezas. Esta associação entre o ascetismo calvinista e a acumulação de capital foi sistematizada, pela primeira vez, pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), em seu clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. É importante dizer que a abordagem de Weber é um tanto mais complexa do que o descrito aqui, e que seus estudos não têm como objetivo associar totalmente o capitalismo e o protestantismo; Weber apenas constata que os países mais ricos do mundo, em sua época (início do século XX), eram países em que a ética protestante havia prevalecido, e nenhum país católico estava entre os mais ricos. A partir daí, tenta buscar dentro da ética pessoal protestante, e em especial calvinista, elementos que permitam estabelecer essa relação.



SUGESTÃO DE LEITURA

O livro de Max Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é leitura obrigatória para se compreender as condições que proporcionaram o surgimento do capitalismo moderno nos países do norte da Europa. É por isso, inclusive, que o livro foi colocado como livro-base para esta Disciplina.

4.4 A DIFUSÃO DO CALVINISMO

O pensamento calvinista ganhou força inicialmente em Genebra, na Suíça, para onde Calvino fugiu em 1536. A partir desse momento, questões políticas e culturais levaram a doutrina calvinista a vários lugares da Europa. A Escócia foi um dos grandes focos dessa expansão, ajudada pela aliança militar entre esse país e a França contra o inimigo comum: a Inglaterra. O pensamento francês circulava com uma certa facilidade, e o trabalho do reformador escocês John Knox (1514-1572) preparou o terreno para uma expansão calvinista. Os seguidores de Calvino na Escócia passaram a ser conhecidos, no final do século XVI, com presbiterianos.

Nos Países Baixos (Holanda e Bélgica), as lutas pela independência da região frente ao domínio da Espanha de Carlos V criavam um pretexto fácil para a difusão de ideias contrárias ao catolicismo; além disso, o pensamento humanista de Erasmo de Rotterdam (1466-1536) contribuiu muito para a ideia de reforma religiosa. Erasmo, embora tenha se mantido católico por toda a vida, concordava com boa parte da crítica à Igreja feita por Lutero, de quem era um grande admirador e foi um interlocutor constante. É comum atribuir-se, ainda, a difusão do Calvinismo nos Países Baixos à grande prosperidade econômica da região, seguindo a ideia weberiana de que a ética calvinista estimularia o desenvolvimento da atividade capitalista.

Também em outros lugares da Europa e de suas colônias o Calvinismo se tornou importante. Na França, seus seguidores passaram a se chamar huguenotes; na Inglaterra, após a Reforma feita por Henrique VIII e consolidada por seus filhos (ver Tópico 3 desta unidade), alguns fiéis que desejavam uma forma de catolicismo “mais pura”, baseada em uma ética mais rigorosa do que a adotada pelos monarcas ingleses, adotaram integralmente o calvinismo e ficaram conhecidos por puritanos. A intensa perseguição que eles sofreram durante os séculos seguintes motivou muitos deles a emigrarem para as colônias da América (juntamente com muitos calvinistas de outros países), onde passaram a constituir parte considerável da população. Nas colônias holandesas da África do Sul, calvinistas de diversos países deram origem aos *afrikaners* ou bôeres.

5 A REFORMA CATÓLICA

Desde o século XIV começou a ficar clara a necessidade de reformas na Igreja Católica. Os movimentos de Wyclif, Hus e de Lutero eram demonstrações de que a Igreja medieval precisava rever seus rumos, repensar algumas práticas e sistematizar a doutrina para adaptá-la aos novos tempos de humanismo e racionalismo que surgiam. O pensamento de Erasmo de Rotterdam também influenciava essa impressão. Os Concílios realizados no período pré-Reforma Protestante – Constança (1415-1418), Basileia (1431-1449) e Latrão (1512-1515) já lidavam com algumas questões importantes, tentando “atualizar” o pensamento católico. No entanto, a difusão do protestantismo entre as décadas de 1520 e 1540

forçou a Igreja a atuar com mais firmeza para preservar sua mensagem e evitar a perda de mais fiéis; ao fazer isso, incidentalmente a Igreja Católica terminaria por estabelecer os princípios-mestres que regeriam a sua doutrina por vários séculos, até o Concílio Vaticano II (1962-1965).

5.1 O CONCÍLIO DE TRENTO

Em 1545, o papa Paulo III deu início a um Concílio ecumênico (ou seja, reunindo bispos de todas as regiões da Cristandade) na cidade italiana de Trento. O objetivo principal era estabelecer a resposta da Igreja Católica às posições religiosas de Martinho Lutero e de João Calvino. A intenção do papa, ao convocar o Concílio, era promover uma reforma geral na Igreja, o que de fato aconteceu – por esta razão, os historiadores preferem referir-se à Contrarreforma pelo nome de Reforma Católica.

O Concílio foi marcado por intensos conflitos políticos. As guerras entre o imperador Carlos V, do Sacro Império Romano-Germânico, e o rei Francisco I da França chegaram a retardar em vários anos a sua realização – programado para 1537, só pôde ser iniciado oito anos mais tarde, e diversas vezes ele seria interrompido. Iniciado o Concílio, os conflitos com Carlos V aumentaram: o imperador desejava apenas um Concílio que contivesse os abusos doutrinários, mas os bispos realizaram as reformas profundas que o papa esperava. Também os enfrentamentos militares com os protestantes influenciaram nos resultados do Concílio, tornando inviável a aproximação entre as duas partes. Ao final de dezoito anos, o Concílio foi encerrado, tendo operado mudanças profundas na estrutura da Igreja Católica, ainda que mantendo praticamente inalterados seus dogmas.

O Concílio manteve a ideia de pecado original, os sete sacramentos e a liturgia (que incluía a Bíblia e a missa) exclusivamente em latim. A tradição dos fundadores da Igreja passou a ser aceita, além da Bíblia, como fonte de revelação divina, contrariando as posições protestantes. Os abusos, como a venda de indulgências, a simonia e o nepotismo foram proibidos e estabeleceu-se a obrigatoriedade da formação dos padres em seminários. No mais, o Concílio condenou todas as posições protestantes como heréticas.

5.2 A INQUISIÇÃO E O ÍNDEX

Uma decisão particularmente importante para os séculos seguintes seria a noção de que a única interpretação correta da Bíblia era a da Igreja Católica; qualquer um que manifestasse divergências doutrinárias em relação a ela seria considerado um herege. Essa medida levou ao fortalecimento da Inquisição e à criação do *Índex librorum prohibitorum* (Lista de livros proibidos), que relacionava todos os livros que os católicos estavam proibidos de ler, sob o risco de serem acusados de heresia.

A primeira edição do *Index* foi publicada em 1559, e incluía, entre outros, o *De revolutionibus orbium coelestium* (Das revoluções das esferas celestes), de Nicolau Copérnico, que expunha o sistema heliocêntrico (a obra ficaria no *Index*, à espera de algumas “correções” que nunca foram feitas, até o século XVIII). O *Index* foi atualizado pela última vez em 1948, e formalmente extinto em 1966, com o Concílio Vaticano II (embora o Concílio tenha estabelecido que mesmo assim o fiel não deveria ler os livros anteriormente proscritos). Dentre os autores relacionados no *Index* encontram-se cientistas (Galileu, Giordano Bruno), pensadores e filósofos (Kant, Locke, Descartes, Comte, Spinoza, Sartre, Pascal, Marx, Montesquieu, Rousseau, muitos deles fervorosos católicos), além de diversos outros escritores.

A Inquisição havia sido criada durante a Idade Média, mas teve sua atuação muito fortalecida após a Reforma Católica. O estabelecimento da Inquisição na Espanha, em Portugal e na Península Itálica não foi uma decorrência do Concílio de Trento; foi anterior a ele e, na Península Ibérica, esteve ligado ao fortalecimento dos Estados Nacionais e às perseguições religiosas que se seguiram à expulsão dos judeus e muçulmanos. Na Espanha, o Santo Ofício da Inquisição foi estabelecido em 1478, pelo rei Fernando de Aragão, e estava subordinado à autoridade real. Em Portugal ele data de 1536 – antes, portanto, do Concílio – e tinha uma estrutura análoga. A principal tarefa da Inquisição era investigar os desvios de fé dos súditos, especialmente no caso dos cristãos-novos (judeus recém-convertidos) suspeitos de ainda praticarem o judaísmo (criptojudeus). A Inquisição também investigava desvios de conduta – como bigamia e qualquer tipo de atividade sexual “imprópria”, e ganhou um enorme poder de influência sobre a sociedade, inclusive nas colônias.



SUGESTÃO DE LEITURA

O historiador brasileiro Ronaldo Vainfas estudou a atuação da Inquisição no Brasil na época colonial, em seu livro *Trópico dos Pecados*. Ele relata com detalhes a influência que a Inquisição tinha sobre a vida das pessoas e a complexa rede de poder que se criava em uma comunidade durante uma visitação do Inquisidor.

Contudo, cuidado: a imagem tradicional da Inquisição como uma rede de fanáticos enxergando bruxaria em todos os que ousavam discordar – e queimando-os na fogueira – não é correta. As execuções foram relativamente poucas, e havia diversas outras formas de punição para os pecados. Além disso, a “caça às bruxas” não foi uma exclusividade católica, mas uma característica da religiosidade cristã da época (inclusive a protestante), que entendia a bruxaria como um fenômeno

real. Exemplos disso foram as perseguições às bruxas na Escócia em 1661-62 e a célebre histeria que ocorreu em Salem, Massachussets (EUA) em 1692-93. Os estudiosos mais recentes (que incluem, no Brasil, o trabalho de Vainfas) reforçam essa imagem da Inquisição não como um matadouro em série de hereges, mas um recurso ao qual as pessoas comuns recorriam para livrar-se de seus desafetos e manter a “conduta apropriada” na comunidade.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- A Reforma Religiosa surgiu na Europa, a partir das transformações do início do século XVI, que tentou basear a fé na razão e na valorização do individualismo.
- Dois dos principais precursores do movimento reformista foram John Wyclif e Jan Hus.
- A Reforma Religiosa se inicia quando Martinho Lutero condena a venda de indulgências (perdão), em 1517.
- A intenção de Lutero não era romper com a Igreja, mas devolvê-la à sua função e à sua simplicidade originais. As diferenças entre ele e o papa levaram à excomunhão de Lutero e ao rompimento definitivo.
- Lutero pregava uma relação direta do fiel com Deus e, para isso ser possível, traduziu a Bíblia para a língua alemã.
- Os conflitos entre católicos e protestantes levaram a várias guerras religiosas.
- João Calvino, influenciado por Lutero, criou uma forma rígida de protestantismo, que retirava do fiel qualquer possibilidade de interferir na própria salvação.
- O pensamento calvinista deu origem a uma ética severa, que pregava a simplicidade e o trabalho como formas de louvação; essa ética se tornou muito popular entre elementos da burguesia.
- Diversos estudiosos, entre eles Max Weber, apontam a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a ética calvinista de conduta.
- A Igreja Católica reagiu ao protestantismo com o Concílio de Trento, no qual reviu sua postura e reafirmou seus dogmas.
- O Concílio de Trento reativou o Tribunal da Inquisição e estabeleceu o *Index*, lista ou relação de livros proibidos aos católicos.

AUTOATIVIDADE



- 1 Que fatores internos da Igreja Católica, no início do século XVI, contribuíram para o surgimento do protestantismo?
- 2 Quais eram as principais críticas que se fazia à Igreja antes dessa época, e que influência elas tiveram na Reforma?
- 3 Pesquise e descreva as principais doutrinas luteranas. Que consequências sociais essa visão religiosa trouxe?
- 4 Repita a atividade número 3 para o Calvinismo.



AS MONARQUIAS IBÉRICAS E A EXPANSÃO MARÍTIMA

1 INTRODUÇÃO

O período inicial da Idade Moderna – entre os séculos XVI e XVII – foi dominado politicamente por dois países com origens semelhantes. A formação das monarquias ibéricas, Portugal e Espanha, está ligada diretamente às lutas contra os mouros (muçulmanos) que ocupavam boa parte da península desde o século VIII. Ao concluírem as conquistas, esses países se lançaram em expedições de exploração marítima, que tiveram como resultado o estabelecimento de rotas comerciais bastante lucrativas; durante o processo, eles ocuparam grande parte da América.

O presente tópico e o seguinte apresentam o momento de consolidação das autoridades monárquicas na Europa, e você perceberá algumas características nesse processo. Uma das características mais importantes é que cada país teve uma formação relativamente diferente, embora seja possível perceber também algumas semelhanças entre eles. As trajetórias de Portugal e Espanha se assemelham muito, tanto no processo de formação quanto nos objetivos posteriores; este é o motivo para eles serem apresentados em separado dos demais países.

2 AS MONARQUIAS IBÉRICAS

Os pequenos reinos cristãos que se formaram ao norte da Península Ibérica – Leão, Castela, Navarra e Aragão – mantiveram sua independência à custa de tributos aos mouros, mas seus reis acalentaram por gerações o desejo da Reconquista e expulsão dos inimigos. Em meados do século IX, descobriram-se, na pequena localidade de Compostela, restos mortais atribuídos ao apóstolo São Tiago. O local logo se tornou destino de milhares de peregrinos todos os anos. A proximidade dos domínios muçulmanos tornava a peregrinação mais perigosa, mas, também, mais importante. Cavaleiros de todos os lugares da Europa, ao virem a Santiago de Compostela, começavam a formar um contingente poderoso para o combate aos “infiéis” muçulmanos. Esses cavaleiros, ao chegarem, traziam consigo a mentalidade feudal, que se baseava na submissão de um vassalo ao seu senhor, e que estava, naquele momento, amplamente difundida na Europa Ocidental. Dessa maneira, a intensa peregrinação e a Reconquista tiveram como consequência a difusão desse pensamento pela Península Ibérica



Caro acadêmico, você certamente se lembra de seus estudos sobre o feudalismo na disciplina de História Medieval. Entende, então, que o desejo dos cavaleiros era o de conquistar um domínio territorial, submetido a um senhor mais poderoso, e consegue imaginar o caráter fortemente religioso que essa conquista ganhou na Península Ibérica.

No entanto, o feudalismo ganhou, nessa região, contornos particulares: em vez de garantir uma grande autonomia a dezenas ou centenas de senhores poderosos, o feudalismo ibérico ficou muito atrelado ao poder político e militar dos reis, que conseguiu obter a fidelidade dos cavaleiros para si, e nunca tiveram que competir com senhores tão ou mais poderosos do que eles, como ocorreu na França. Assim, com senhores feudais mais fracos para combater e comandar a conquista de extensos territórios antes dominados pelos mouros (o que, dentro da lógica cristã medieval, significava dizer que não tinham dono), os reis ibéricos consolidaram sua autoridade, assumiram o controle direto sobre a administração e o sistema jurídico e centralizaram o poder em estados absolutistas muito antes do que ocorreu no restante da Europa.

Outra característica marcante das monarquias ibéricas teria consequências dramáticas mais tarde: promotores da Reconquista, os reis ibéricos muito cedo fizeram alianças com a Igreja Católica e assumiram uma postura de monarcas a serviço de Deus. Seus objetivos não eram simplesmente ampliar seus domínios; cabia-lhes a missão de estabelecer um reino de Cristo na Terra, conquistando os infiéis. A Reconquista ganhava ares de Cruzada. E a Península Ibérica seria apenas o começo dessa Reconquista.

3 A FORMAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS

No litoral Atlântico, o primeiro Estado centralizado surgiu já em 1139, quando Dom Afonso Henriques transformou o condado de Portucale – que seu pai, Henrique de Borgonha, havia recebido como feudo do rei Afonso VI de Leão e Castela – no reino de Portugal e fundou a dinastia de Borgonha. Nos anos seguintes, Portugal se expandiu para o sul, conquistando aos mouros a região ao sul do rio Tejo, denominada Algarve. A conquista era comandada por monges guerreiros, organizados nas ordens de Avis e dos Templários (depois chamada de Ordem de Cristo), o que dava à expansão um caráter oficial de Cruzada.

3.1 A REVOLUÇÃO DE AVIS

Em 1383, com a morte de D. Fernando I, sem deixar herdeiros, a dinastia de Borgonha chegou ao fim. As tentativas de D. Leonor Teles, viúva do rei e regente do trono de anexar o reino a Castela levaram alguns segmentos da população a apoiar a coroação de D. João, Mestre da Ordem de Avis, que era irmão ilegítimo de D. Fernando I. Entre esses grupos estavam comerciantes e banqueiros, que desejavam manter a independência de Portugal sob o comando de um rei que favorecesse os empreendimentos comerciais. Vitorioso, D. João I deu origem à dinastia de Avis, que reinou até 1580.

Uma vez no poder, D. João I tratou de submeter a nobreza à sua autoridade, criando um Estado monárquico fortemente centralizado. No entanto, em nenhum momento a burguesia controlou diretamente o poder, nem os fidalgos (nobres) foram excluídos dele completamente. As empresas comerciais eram controladas diretamente pelo rei, que garantia a sua exploração a quem ele desejasse; dessa maneira, nobres e burgueses participaram, ao mesmo tempo, do poder, exercendo influência sobre o rei e, muitas vezes, confundindo seus papéis. As relações pessoais com o monarca eram, geralmente, o elemento decisivo para uma concessão comercial – embora fosse geralmente muito importante ao comerciante, fosse ele nobre ou burguês, dispor de uma boa quantia de recursos, pois os custos dos empreendimentos costumavam ficar a cargo de seus exploradores.

3.2 A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

Portugal, por ser um país com uma extensa costa oceânica e um vizinho muito poderoso, sempre manifestou uma forte tendência ao desenvolvimento das navegações marítimas. Com a consolidação de sua autonomia política, o país passou a desejar uma expansão marítima que, além disso, permitia a continuidade da conquista de territórios em poder dos muçulmanos.

Contudo, para que a navegação marítima fosse viável, um grande desenvolvimento tecnológico era necessário. As técnicas tradicionais de navegação de cabotagem (entre um cabo e outro) não eram adequadas ao oceano. Beneficiando-se dos contatos de Portugal com diversos reinos islâmicos, foi possível aperfeiçoar as tecnologias de navegação e adaptá-las ao oceano. Dentre as inovações incluíam-se as caravelas, a balestilha e instrumentos trazidos pelos árabes, como a bússola, o astrolábio e o quadrante. Esses instrumentos permitiram a criação de cartas náuticas e da localização precisa de um navio, o que era essencial para se traçarem as rotas marítimas.

A expansão marítima foi iniciada pelo próprio rei D. João I em 1415, ao invadir e conquistar a cidade de Ceuta, no norte da África. A cidade tinha importância estratégica, por estar situada no lado africano do Estreito de Gibraltar, e principalmente simbólica, por estar em posse dos muçulmanos. A conquista de Ceuta trazia, assim, a noção de uma continuidade das Cruzadas, agora avançando pela África.

Ao longo das décadas seguintes, diversos navegadores empreenderam viagens de exploração da costa africana, sempre buscando uma passagem que lhes permitisse chegar até a Índia, onde eles buscavam os cobiçados produtos orientais: sedas, especiarias e quaisquer outros produtos que alcançassem um valor elevado no comércio europeu. Em 1488, Bartolomeu Dias atravessou o Cabo da Boa Esperança, local de encontro dos oceanos Atlântico e Índico. Dez anos depois, a esquadra comandada por Vasco da Gama chegou à Índia.

3.2.1 A Exploração do Oriente

Estima-se que a expedição de Vasco da Gama tenha proporcionado um lucro superior a 6.000% (mais de 60 vezes o valor investido), o que encorajou a preparação de diversas outras viagens. A expedição seguinte, comandada por Pedro Álvares Cabral (1500-1502), enfrentou problemas semelhantes aos que Vasco da Gama encontrara no Oriente, onde as rivalidades comerciais com os muçulmanos dificultavam a instalação portuguesa. O próprio Vasco da Gama foi convocado em seguida a resolver a situação e, depois de tomar algumas atitudes extremamente violentas, obteve sucesso.

Apesar do sucesso inicial, o domínio português sobre a Índia se provaria frágil. Ainda no século XVI, a concorrência de outros países, especialmente da Espanha e da Companhia das Índias Orientais Holandesas, diminuiu aos poucos a influência portuguesa na região. A decadência econômica que se seguiu foi em parte superada pela exploração das colônias na América, especialmente com a produção em grande escala de açúcar e, no século XVIII, de ouro. Mas esses novos surtos de prosperidade econômica não foram suficientes para Portugal recuperar a grandeza que havia experimentado no início do século XVI, e o país se tornou cada vez mais dependente de acordos desvantajosos com outros países.

3.3 O SEBASTIANISMO

Na segunda metade do século XVI a prosperidade econômica de Portugal no Oriente estava sob ameaça, e isso parecia se refletir na própria dinastia que governava o país. País pequeno e com um vizinho muito poderoso, Portugal mantinha sua autonomia à custa de alianças estratégicas, que geralmente envolviam casamentos dinásticos com infantes espanhóis. Apesar de serem reforços necessários dos laços de amizade entre os dois países, isso trazia um risco muito grande de anexação ao vizinho em caso de extinção da dinastia de Avis – embora em alguns momentos a situação tenha se invertido, e a ameaça de unificação sob a coroa portuguesa também tivesse surgido. Gerava também uma linhagem de reis frágeis fisicamente, pois eram muito comuns os casamentos consanguíneos.

Em 1554, o infante D. João (que se tornara herdeiro com a morte prematura de seus quatro irmãos mais velhos), morreu aos 17 anos. Duas semanas depois, seu filho D. Sebastião nasceu, e com ele mantiveram-se as esperanças de manutenção da coroa portuguesa, mas D. Sebastião sonhava com conquistas e batalhas para a glória da Cristandade e, em 1578, engajou-se em uma cruzada contra os mouros no Marrocos, de onde nunca retornou. Tinha 24 anos de idade e nenhum herdeiro.

O povo se recusou a acreditar que D. Sebastião tivesse morrido. Para eles, o rei teria apenas desaparecido e um dia haveria de retornar para restaurar a grande glória portuguesa. Essa crença, denominada Sebastianismo, guarda uma certa semelhança com as lendas do rei Artur e de lendas semelhantes de outras regiões da Europa. No contexto português, o Sebastianismo costuma ser encarado como um reflexo da desesperança dos portugueses com a decadência do comércio com o Oriente e com os rumos do país – um estado de espírito que Camões deixou transparecer n’Os Lusíadas. O Sebastianismo foi incorporado à cultura popular do Brasil, especialmente no Nordeste, onde inspirou alguns movimentos milenaristas, como o de Canudos, no final do século XIX.



Prezado acadêmico, se você quiser saber mais sobre as origens do Sebastianismo, leia o artigo “As raízes do Sebastianismo”, de Rodrigo Silva, disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra2/sebastianismo.html>>.

3.4 A UNIÃO IBÉRICA

Com a morte de D. Sebastião, subiu ao trono seu tio, o cardeal D. Henrique. Idoso e sem conseguir um herdeiro (o papa Gregório XIII não revogou seu voto de castidade), ele morreu dois anos depois, deixando vago o trono de Portugal. As disputas pela coroa foram resolvidas quando Filipe II da Espanha, um dos pretendentes, subornou o novo governo e, depois, invadiu Lisboa com seu exército e fez-se coroar rei de Portugal. A temida união das duas coroas, sob o domínio espanhol, acontecia; a única exigência que os portugueses fizeram a Filipe foi a manutenção do controle do país e das colônias em mãos portuguesas.

Do ponto de vista da coroa espanhola, a União Ibérica era parte de um projeto mais amplo de criação de um vasto império sob o domínio espanhol. O pai de Filipe II, Carlos V, havia sido imperador do Sacro Império Romano-Germânico; Filipe tinha sob seus domínios grande parte da Europa e um vasto

império colonial. Para Portugal, além da perda da independência política, a principal consequência da União Ibérica foi a nova rivalidade com os holandeses, que eram adversários ferozes dos espanhóis. Essa rivalidade traria consequências importantes para a história do Brasil, pois foi o motivo que impulsionou as invasões holandesas a Pernambuco.

3.5 A RESTAURAÇÃO

Os acordos para manter a autonomia administrativa portuguesa, assinados em 1581, foram aos poucos sendo desobedecidos pelos espanhóis, que pretendiam incorporar de fato Portugal à coroa espanhola; em consequência disso, crescia em Portugal a oposição ao domínio estrangeiro. Em 1640, com os governantes espanhóis enfraquecidos pelo envolvimento na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), um grupo de rebeldes coroou o duque de Bragança como D. João IV, novo rei de Portugal. A consolidação da independência só veio 28 anos depois, quando os conflitos da chamada Guerra da Restauração se encerraram e a Espanha reconheceu a derrota.

Mas a Restauração custou muito caro a Portugal. Enfraquecido economicamente, o país precisava recuperar suas colônias, e para isso envolveu-se em guerras na América, na África e no Oriente. Para retomar o Nordeste açucareiro, sua colônia mais rentável, Portugal precisou derrotar e depois pagar uma pesada indenização aos holandeses. A produção de açúcar holandês, muito mais barato no Caribe, gerou uma crise econômica profunda em Portugal que, enfraquecido militarmente, precisou recorrer ao apoio inglês para sobrevivência política e econômica. Em troca do apoio militar que precisava, Portugal se viu obrigado a assinar o Tratado de Methuen (1703) com os ingleses, no qual obrigou-se a comprar os produtos ingleses – especialmente os tecidos – e, em troca, forneceria parte de sua produção, principalmente de vinhos do Porto. Mas o acordo comercial era desigual, e extremamente desvantajoso para os portugueses: os produtos ingleses, mais caros, mais necessários e mais abundantes, geravam um enorme déficit todos os anos aos cofres portugueses, que durante boa parte do século XVIII só pôde ser compensado graças ao ouro retirado do Brasil.



Para uma análise aprofundada sobre os efeitos e as interpretações do Tratado de Methuen, leia o artigo de Luiz Fernando B. Belatto, "O Tratado de Methuen: interpretações e desmistificações", na revista virtual Klepsidra. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra4/methuen.html>>.

4 A MONARQUIA ESPANHOLA

Embora tenha se tornado a maior potência europeia na segunda metade do século XVI, embalada pela grande quantidade de ouro e prata de suas colônias americanas e pela crise portuguesa, a Espanha não se constituiu como uma monarquia de direito. Até 1700, o país esteve ligado às disputas políticas da dinastia Habsburgo e não existia como uma nação plenamente constituída. Foi apenas com a queda do último rei Habsburgo, Carlos II, e com a crise gerada pela Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), que a política do país foi desvinculada do restante da Europa.

4.1 A RECONQUISTA ESPANHOLA

O domínio muçulmano sobre a Península Ibérica não atingiu as Astúrias, uma região pequena e aparentemente pouco importante do norte, próxima aos Pirineus. Colocando-se sob a tutela de Carlos Magno, os asturianos conseguiram estender aos poucos seus domínios e, no norte da península, consolidaram-se quatro reinos cristãos: Leão, Castela, Navarra e Aragão. O enfraquecimento do poder dos califas de Córdoba, a partir do século XI, deu a oportunidade para os reinos se expandirem. No final do século XV, Castela era o reino mais poderoso da península e Aragão consolidava a paz interna com o rei Fernando, o Católico.

4.2 OS REIS CATÓLICOS

Para selar a união entre os dois reinos, o rei Fernando casou-se com a rainha Isabel, de Castela. O casamento não significou, porém, a unificação formal dos reinos: eles eram governados em separado, com cada monarca respondendo por seus domínios, em um tipo de governo chamado “união pessoal”. A unificação só aconteceria quando, com a morte de ambos, o herdeiro do casal assumisse os dois tronos. Profundamente imbuídos do espírito de cruzada da Reconquista, os chamados Reis Católicos estabeleceram uma forte aliança entre seus reinos e a Igreja.

Em 1492, os mouros foram expulsos da Península Ibérica e a Reconquista estava oficialmente terminada. A partir desse momento, as atenções se voltariam para o outro lado do Oceano, de onde uma esquadra comandada por um navegante genovês, Cristóvão Colombo, retornava com alguns presentes e a promessa de riquezas fabulosas. Nas décadas seguintes, a conquista da América renderia riquezas fabulosas para a Coroa espanhola, e a perspectiva de conquistas e fortuna para os cavaleiros forjados na luta contra os mouros. A colonização da América ganhava ares de uma nova Reconquista.



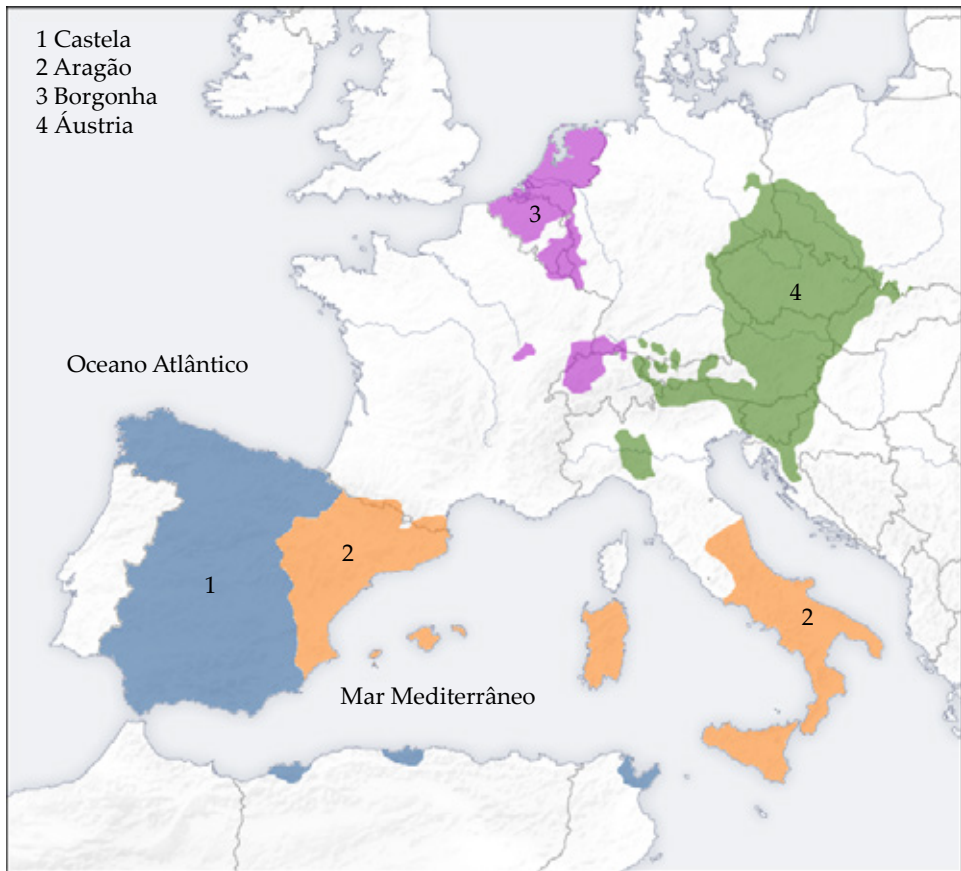
O ano de 1492 foi daqueles em que “tudo deu certo” para a Espanha: em 2 de janeiro, os mouros foram expulsos da península; em 26 de agosto, o espanhol Rodrigo Borgia foi eleito papa, com o nome de Alexandre VI; e em 12 de outubro, a esquadra de Cristóvão Colombo chegou à América. Você pode notar que essa coincidência a seu favor, como um recurso de memória, porque esses três eventos – (Re)conquista, Igreja e América – passariam a simbolizar a atuação espanhola na América: a expansão era vista como uma nova Cruzada, desta vez sobre os povos indígenas, sempre buscando ampliar a força da fé católica.

4.3 O APOGEU DA MONARQUIA ESPANHOLA

Os exércitos espanhóis continuaram as investidas contra os mouros, conquistando regiões no norte da África e na Itália. Ao mesmo tempo, os Reis Católicos estabeleceram uma estratégia para tornar a Espanha uma grande potência no Continente Europeu, que permitisse, por meio de casamentos dinásticos, que o continente viesse a ser unido sob a coroa espanhola. Os arranjos matrimoniais dos filhos de Fernando e Isabel pretendiam reforçar os laços de aliança com Portugal, Inglaterra e com o Sacro Império Romano-Germânico. A aliança com Portugal seria reatada constantemente nas décadas seguintes, através de diversos casamentos, e acabou levando à união entre as duas coroas em 1580. Já a aliança com o Sacro Império representou o período de maior expressão e, depois, foi a origem da decadência do poder espanhol na Europa.

Contra todas as probabilidades, a terceira filha dos Reis Católicos, Joana, subiu ao trono, mas, considerada louca, foi afastada por disputas de poder entre seu pai, seu marido e seu filho, que mais tarde subiria ao trono espanhol como Carlos I. Carlos herdava de sua família enormes territórios: o reino espanhol e suas colônias, partes da Itália, os Países-Baixos, a Áustria e pretendia suceder seu avô Maximiliano I de Habsburgo no trono do Sacro Império. Em 1519, com a morte de seu avô, precisou disputar o trono com Francisco I, rei da França (que tinha as mesmas ambições de conquistar para si o continente); Carlos venceu comprando os votos dos eleitores com os metais vindos da América e com um empréstimo contraído com o banqueiro Jacob Fugger. Com o trono, veio junto a intensa rivalidade com Francisco I, com quem travaria guerras na disputa pela supremacia do continente por mais de vinte anos.

FIGURA 3 - OS DOMÍNIOS DO IMPERADOR CARLOS V DE HABSBURGO NA EUROPA



FONTE: Extraído e adaptado de: <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Charles_I_and_V_empire.png>. Acesso em: 5 fev. 2008.

O imperador Carlos V do Sacro Império reinou em um dos momentos mais decisivos da Idade Moderna: foi a época da Reforma Religiosa, do Concílio de Trento, do avanço do domínio espanhol pela América e do surgimento das teorias de Copérnico. Diante dele, Lutero foi convidado a retratar-se, e foi ele que lançou as primeiras guerras aos protestantes. Foi o governante mais poderoso de sua época e controlou um dos impérios mais extensos de todo o mundo. Dizia-se que em seus territórios “o sol nunca se punha”. Foi o auge do domínio dos Habsburgo na Europa.

FIGURA 4 – MAPA ANACRÔNICO DOS DOMÍNIOS ESPANHÓIS, 1492-1801.



FONTE: Extraído e adaptado de: <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Spanish_Empire%28Total_Expansion%29.jpg>. Acesso em: 5 fev. 2008.



Mapa anacrônico é aquele que reúne informações de vários períodos diferentes, para facilitar a compreensão ou exposição das informações. Um mapa desses não corresponde a nenhum ano em específico; por exemplo, a Espanha não teve sob seus domínios, ao mesmo tempo, o Brasil e a Louisiana (região central dos EUA), como faria parecer uma leitura apressada do mapa anterior.

4.4 O FIM DOS HABSBURGOS

Mas os conflitos em que Carlos V se envolveu para manter tantos domínios desgastaram o reino e seus tesouros. Em 1556, renunciou ao trono da Espanha em favor de seu filho e ao do Sacro Império em favor de seu irmão. A Espanha ainda teria períodos de grandeza com os reis seguintes, mas aos poucos as fabulosas riquezas retiradas das colônias iam sendo desperdiçadas em guerras desgastantes e ineficazes.

O filho de Carlos V, Filipe II da Espanha, incorporou Portugal aos seus domínios em 1580, usando a força do poderio espanhol a seu favor. Quando seu neto, Filipe IV, perdeu esses domínios, 60 anos depois, foi sobretudo, pela fraqueza

espanhola, mais do que pela força de Portugal – que não era páreo econômica e militarmente para a Espanha. O domínio Habsburgo na Espanha chegou a um fim melancólico com Carlos II, chamado O Amaldiçoado – o único herdeiro do trono, era raquítico, retardado mental e estéril, possivelmente por causa dos sucessivos casamentos consanguíneos em sua família. Sua morte deixou o trono vago, e o resultado foi a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), que deixou sequelas profundas na sociedade espanhola e uma sensação de decadência que duraria até o século XX.



SUGESTÃO DE LEITURA

Para mais informações sobre a sociedade absolutista (especialmente da Espanha) na Idade Moderna, leia o artigo de: OLIVEIRA, Ricardo de. Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime. Revista Brasileira de História. v. 25, n. 50, São Paulo jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n50/28279.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2008.

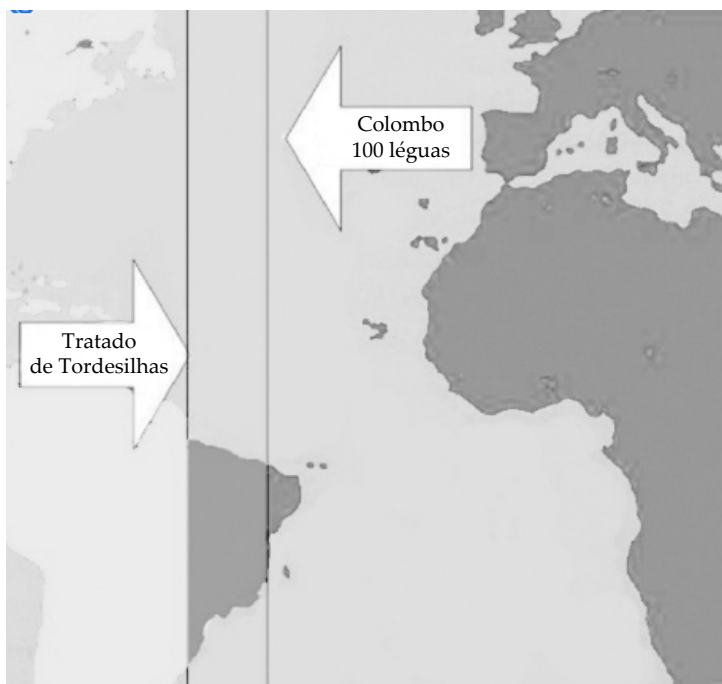
5 A EXPLORAÇÃO DA AMÉRICA

A expansão marítima portuguesa do século XV não demorou a despertar a cobiça do reino de Castela: assim que os primeiros resultados rentáveis começaram a aparecer, confrontos marítimos entre os dois países demonstraram a necessidade de se estabelecerem acordos de divisão dos territórios. Uma série de tratados e de bulas papais na segunda metade do século XV garantiram a Portugal a posse de todas as terras conquistadas ou por conquistar ao sul das Ilhas Canárias. A Espanha teria direito a todas as terras ao norte desse paralelo. Portugal conseguia, assim, a paz de que necessitava para prosseguir rumo ao Oriente, e a Espanha pôde aceitar a proposta de Cristóvão Colombo para navegar para o mesmo lugar via Ocidente.

A descoberta de novos territórios por Colombo para a coroa espanhola (supostamente na região portuguesa) gerou mais desentendimentos e evidenciou a necessidade de um novo acordo. Durante a Idade Média e o Renascimento, entendia-se que era direito do papa decidir sobre as ilhas do mundo; essa ideia aparentemente estranha tinha como base um edito do imperador romano Constantino, que havia conferido ao papa Silvestre essa soberania. A cosmografia da época da expansão marítima entendia que haveria apenas três grandes massas de terra no mundo; portanto, qualquer nova terra a ser descoberta seria, necessariamente, uma ilha – e, portanto, estaria sob a jurisdição papal.

Alexandre VI elaborou a Bula *Intercætera* (1493), que estabelecia que todas as regiões localizadas a cem léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde pertenceriam à Espanha, e as demais seriam portuguesas. O governo português recusou o acordo, mas isso provavelmente não teve nada a ver com o papa ser espanhol; para facilitar a navegação para o sul, os barcos portugueses costumavam beneficiar-se de correntes marítimas que poderiam levá-los a águas espanholas. Assim, no ano seguinte assinou-se um novo acordo entre os dois países, o Tratado de Tordesilhas, que deslocava essa linha de cem para 370 léguas de Cabo Verde.

FIGURA 5 – TRATADO DE TORDESILHAS



FONTE: Extraído e adaptado de: <<http://colombo.do.sapo.pt/mapaTordesilhas02.jpg>>. Acesso em: 12 fev. 2008.



A propósito, na prática, esses limites significavam muito pouco: ninguém era capaz de medir com precisão onde passava a linha demarcatória. Além da cartografia da época ainda ser muito deficiente, havia interesses políticos que sempre "puxavam" a linha para onde fosse mais conveniente. Por isso, o traçado de Tordesilhas foi objeto de controvérsias por muito tempo.

Portugal concentrou seus interesses na comercialização das especiarias e outros produtos exóticos do Oriente e, no início, deu pouca atenção às regiões a que tinha direito na América. Foi só após começar a enfrentar a concorrência dos franceses na exploração do litoral (o corte do pau-brasil) que a Coroa decidiu dar uma ocupação mais estável à região. Sem conseguir encontrar metais preciosos, o interesse se voltou para a produção de açúcar em engenhos de cana. A produção era feita na forma de *plantation* – monocultura exportadora – nas regiões mais favoráveis, o que veio a permitir a Portugal uma certa riqueza quando o país perdeu o comércio com o Oriente.

A Espanha descobriu, em suas colônias, enormes jazidas de metais preciosos – ouro no México e na Colômbia, prata na Bolívia –, e a exploração desse metal se constituiu em uma atividade extremamente lucrativa para a Coroa durante muito tempo. Grande parte da estrutura colonial espanhola foi elaborada em função disso, e as atividades de monocultura exportadora em *plantation*, embora fossem executadas na região do Caribe, não respondiam por uma parte tão grande da produção colonial.



Prezado acadêmico, você estudará a exploração colonial portuguesa e espanhola em detalhes nas disciplinas de História do Brasil e História da América.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu que:

- As monarquias ibéricas (Portugal e Espanha) se formaram nas campanhas cristãs de expansão sobre os domínios muçulmanos na Península Ibérica.
- Portugal surgiu em 1139, a partir dos domínios de D. Afonso Henriques. A dinastia de Avis, no século XIV, favoreceu a expansão marítima. Navegadores reuniam o conhecimento necessário para a expansão.
- Portugal teve bastante sucesso com a exploração marítima entre 1415, com a tomada de Ceuta, e o final do século XVI, quando perdeu a concorrência no Oriente para holandeses e ingleses.
- Após a morte de D. Sebastião, sem herdeiros, Portugal tornou-se dependente da Espanha. Quando recuperou sua autonomia, 60 anos depois, saiu enfraquecido.
- A Espanha se formou a partir de quatro reinos cristãos – Leão, Castela, Navarra e Aragão – que foram reunidos, no final do século XV, sob os Reis Católicos: Isabel de Castela e Fernando de Aragão.
- O apogeu espanhol aconteceu com Carlos V, que dominou territórios em grande parte da Europa e as colônias nas Américas, mas envolveu-se em muitas guerras que comprometeram as finanças de seu reino.
- Os reis seguintes ainda tiveram alguma expressão, mas em 1700 a dinastia Habsburgo chegou ao fim na Espanha e o país se envolveu em uma guerra de sucessão.

AUTOATIVIDADE



- 1 Elabore uma cronologia das conquistas marítimas portuguesas desde a conquista de Ceuta (1415) até a perda da autonomia na União Ibérica (1580).
- 2 Relacione a forma de colonização adotada na América Espanhola, no Brasil e nas colônias do sul dos Estados Unidos aos interesses do Estado absolutista e da burguesia mercantil.
- 3 Luís Vaz de Camões, em *Os Lusíadas*, já expressava o temor pela decadência portuguesa no Oriente, que se consumaria alguns anos mais tarde com a União Ibérica. Relacione o fenômeno do Sebastianismo com essa decadência.
- 4 Apesar de retirar uma quantidade incalculável de metais preciosos da América, a Espanha não sobreviveu por muito tempo como a maior potência econômica europeia, e, por volta de 1700, havia perdido praticamente todo o antigo brilho. Explique os motivos dessa decadência.



O ABSOLUTISMO DO DIREITO DIVINO

1 INTRODUÇÃO

Desde o final da Idade Média, e ao longo de boa parte dos séculos XV até XVII, as estruturas políticas da Europa foram se modificando e se aperfeiçoando, terminando por consolidarem-se em governos nas mãos de um monarca bastante poderoso. Foi um processo bastante complexo, que não ocorreu em todos os lugares, tendo sido mais marcante na França e na Inglaterra. Mesmo aí, o poder do rei não permaneceu sem contestações; como veremos adiante, revoltas de nobres ocorreram em ambos os países. Dessa forma, embora comumente esses sistemas sejam conhecidos como monarquias de direito divino, é preciso termos em mente que esse termo, embora seja adequado como uma generalização, não é absolutamente preciso.

2 O ABSOLUTISMO

O Absolutismo foi um sistema político que se desenvolveu não como uma forma radicalmente nova de poder, mas como uma transformação a partir do poder feudal, pela concentração de poderes nas mãos de soberanos nacionais. Por esse motivo, ele carregava ainda uma série de características das cortes medievais, embora tivesse suas características próprias, como uma burguesia que financiava a sua estrutura e uma associação com as identidades nacionais que surgiram no início da Idade Moderna.

Quando pensamos em absolutismo, geralmente temos uma ideia equivocada do seu significado. Costumamos entendê-lo como um sistema no qual o rei tem um poder ilimitado, o que não é exatamente a verdade. A principal característica do poder absolutista não é a ausência de limites ao poder real, mas a ausência de controles sobre ele. É uma distinção importante, porque significa que o rei não pode fazer tudo o que deseja, nem é o dono do país e de seus súditos; a sua principal função é garantir o funcionamento da sociedade, respeitando a liberdade dos súditos, e servindo de árbitro para as disputas de interesse. Como árbitro, ele pode impor a sua vontade, mas não pode contrariar os costumes nem os preceitos da lei divina.



Complicado? Para facilitar, vamos pensar que o soberano tem o direito de fazer o que bem entender, menos o que a tradição e a religião o proibirem.

2.1 O PROBLEMA DOS CONCEITOS

Para podermos estudar adequadamente as monarquias de direito divino, precisamos ter familiaridade com uma terminologia específica, a fim de evitar anacronismos. O termo nacional, por exemplo, é incômodo, porque carrega para nós um sentido ideológico muito forte, que só apareceu no século XIX, com o Romantismo. No período que estamos estudando, não havia a ideia atual de identificação da população com o local de nascimento ou com características étnicas ou culturais. Os Estados que surgiram, nessa época, tinham uma identidade muito tênue (apesar de, em alguns deles, como Portugal, ela ser um pouco mais marcada), e não havia muito problema em reunirem-se sob um mesmo rei (e, portanto, um mesmo país) regiões distantes, com línguas e tradições completamente diferentes.

Outra coisa que precisamos ter em mente é que o absolutismo era um conceito em permanente transformação na Idade Moderna. Isso ficará claro neste tópico, quando estudaremos o processo de consolidação dos dois modelos mais desenvolvidos de Estado absolutista, o francês e o inglês; em ambos houve lutas intensas e lentas transformações para se chegar a esse estado de coisas. O processo envolveu lutas ferrenhas contra o poder da Igreja e dos reinos vizinhos, casamentos dinásticos e lances de puro acaso, como o fim de uma dinastia ou as vontades de algum rei. Em outras partes da Europa, nem isso aconteceu: extensas regiões do continente, como o Sacro Império Romano-Germânico, continuaram fragmentadas em centenas de domínios durante todo esse período.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, para um entendimento mais aprofundado sobre o processo de constituição das monarquias absolutistas, leia o clássico de Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, especialmente o volume 2 da edição brasileira. Elias estuda a fundo o processo e chama a atenção para o fato de que essa consolidação esteve sempre associada à transformação dos costumes, com o refinamento das atitudes, a civilização, que ele trata com profundidade no volume 1.

2.2 O DIREITO DIVINO DOS REIS

O conceito de Direito Divino dos Reis era central dentro da ideologia absolutista. A ideia básica é que o rei tiraria a legitimidade de seu poder diretamente de Deus, que o teria escolhido para reinar sobre aqueles povos. Essa ideia remonta a tradições dos povos germânicos, que viam o rei como instituído de um poder sobrenatural, e foi consolidada com a coroação de Carlos Magno pelo papa Leão III, no Natal de 800. Essa coroação deu a seus herdeiros a legitimidade divina que eles desejavam, mas mesmo assim os reis não tiveram grande importância política na Idade Média. E, paradoxalmente, a noção de Direito Divino dos Reis só foi estabelecida na Europa em um momento em que os reis já haviam conseguido diminuir bastante a autoridade da Igreja.

2.3 A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS MODERNOS

Os Estados que se formaram na Idade Moderna tinham algumas diferenças importantes em relação às cortes medievais que lhes antecederam. Como eram estados maiores e mais populosos, sua boa administração dependia de uma máquina de governo mais complexa, que envolvia um exército profissional, uma arrecadação eficiente de impostos e uma burocracia capaz de dar conta de administrar uma estrutura bastante sofisticada. A arrecadação de impostos e o exército profissional andavam ligados, e foi em parte por isso que o apoio da burguesia foi tão necessário aos reis. Já a criação de uma burocracia era um problema mais complexo, pois envolvia a organização de uma estrutura bem montada, tanto na corte quanto em nível local. Envolvia, também, o estabelecimento de um padrão de comunicação, não apenas na uniformização da moeda e dos pesos e medidas, mas na própria definição de uma língua oficial para todo o reino. Os grandes escritores do Renascimento, que vimos na Unidade anterior, tiveram grande importância nesse processo, pois o sucesso de suas obras ajudava a popularizar um determinado dialeto que, muitas vezes, passava a ser adotado como padrão.

3 O ANTIGO REGIME FRANCÊS

Quando Hugo Capeto se tornou rei da França, no século X, seus domínios diretos não iam além dos arredores de Paris. Aos poucos, seus descendentes foram conquistando territórios e derrotando os senhores feudais vizinhos. O fortalecimento do comércio no território sob o controle real favoreceu essa conquista, pois o rei conseguia manter exércitos mercenários pagos em dinheiro. No século XIV, o poder do rei da França já estava consolidado o bastante para que ele desafiasse o papa e forçasse a transferência do pontificado de Roma para Avignon, na França.

Após a resolução do Grande Cisma, no início do século XV, a autoridade política do papado diminuiu bastante e abriu espaço aos poderes nacionais, especialmente na Inglaterra e na França. Nesta última, a Igreja ficou submetida ao poder do rei, que consolidou sua autoridade como monarca absoluto no país, e usou da influência da Igreja para garantir a sua posição.

3.1 A GUERRA DOS CEM ANOS

Os três filhos homens de Filipe IV morreram sem descendentes, de modo que a coroa francesa passou a ser disputada entre Eduardo III, rei da Inglaterra, e Charles de Valois, sobrinho do antigo rei. As disputas entre os dois pretendentes ao trono, aliadas às complicadas relações feudais que tornavam o rei da Inglaterra vassalo do rei da França, deram origem à Guerra dos Cem Anos.

A Guerra dos Cem Anos durou, na realidade, 116 anos (1337-1453), e alternou períodos de conflito com longos períodos de paz. A guerra contribuiu muito para o desmonte do feudalismo na Europa. A evolução tecnológica, especialmente nos armamentos, tornou obsoletos os exércitos medievais, baseados na cavalaria pesada. No plano político, a guerra consolidou a autoridade dos reis, ao fomentar o sentimento nacionalista (na França, a figura de Joana d'Arc foi fundamental para isso) e eliminar a autoridade dos senhores feudais. No entanto, os reis também tiveram parte de sua autoridade contestada, tanto na França como na Inglaterra.



Prezado acadêmico, é muito importante ter em mente que o processo de consolidação do absolutismo na França não foi o que chamamos de uma “necessidade histórica”, uma coisa que estaria fadada a acontecer. Em vários momentos, alguns eventos poderiam ter alterado completamente o processo, e muitas vezes o que sustentou esse movimento foram pequenos detalhes ou interesses pessoais. Para mais informações sobre a consolidação do Absolutismo na França, leia *O Estado Monárquico: França, 1460-1610*, de Emmanuel LeRoy Ladurie.

3.2 OS ESTADOS GERAIS

Na França, o rei precisou cada vez mais da autoridade da Igreja sobre a população para consolidar seu poder. A estrutura de poder da França se organizava a partir da tradicional divisão medieval da sociedade em três Estados, mas agora submetidos à autoridade real. O Primeiro Estado reunia os representantes do Clero; o Segundo Estado, a antiga nobreza feudal, que manteve alguns privilégios mesmo com a perda de parte de seu poder; e o Terceiro Estado reunia o restante da população. Contudo, seria um erro acreditar que o Terceiro Estado tivesse qualquer unidade: nada mais era do que o resto da população, os não clérigos e não nobres. Havia diferenças entre eles, é claro, mas até o fim do século XVIII não havia unidade no Terceiro Estado, nem mesmo a ideia de que isso fizesse algum sentido.



Prezado acadêmico, essa estrutura em três Estados da monarquia francesa será estudada com mais profundidade na Unidade seguinte, no tópico sobre o Iluminismo.

Quando fosse necessário, o rei poderia convocar uma assembleia de representantes dos três estados, os chamados Estados Gerais. A primeira vez foi com o rei Filipe IV em 1302 – dois anos antes do conflito com o papa, e com o objetivo de tratar desse assunto. A partir daí, os Estados Gerais foram convocados em intervalos irregulares, e seus poderes variaram muito com o tempo. No início, os Estados Gerais tinham apenas função consultiva; apenas no final do século XVI eles ganharam poder eletivo e passaram a representar todos os espectros da nação.

3.3 OS CONFLITOS RELIGIOSOS

Apesar da proibição, o protestantismo crescia na França, e se tornou uma forma de criticar o poder real e a Igreja Católica. Os huguenotes, como ficaram conhecidos os calvinistas franceses, formavam boa parte da burguesia do país, e muitos deles estavam entre os súditos mais ricos. Entre 1562 e 1598, a França foi assolada por guerras religiosas, que custaram à coroa a perda do controle sobre algumas regiões.

O conflito mais grave aconteceu em 1572. Na tentativa de se resolver o problema religioso, a irmã do rei Carlos X, a católica Marguerite de Valois, casou-se com o protestante Henrique de Navarra, futuro rei Henrique IV. O casamento

trouxe milhares de huguenotes a Paris, e a tensão entre eles e os católicos levou a um massacre dos protestantes na noite de São Bartolomeu (24 de agosto). Para garantir sua coroação, Henrique se converteu ao catolicismo. Já como rei, Henrique IV assinou o Edito de Nantes (1598), que garantia tolerância religiosa na França e pôs fim às décadas de conflitos.



SUGESTÃO DE FILME

Se você quiser saber mais sobre o massacre de São Bartolomeu, assista ao filme *A Rainha Margot* (França, 1994), baseado no romance de Alexandre Dumas, pai.

A RAINHA MARGOT. Direção de Patrice Chéreau. França: Editora NBO, 1994. 1 DVD (143 min): som e color.



3.4 A CONSOLIDAÇÃO DO ABSOLUTISMO: LUÍS XIII

O filho de Henrique IV, Luís XIII, conseguiu garantir a segurança e a tranquilidade da França, graças em grande parte à atuação de seu primeiro-ministro, o cardeal Richelieu. Em nome dos “interesses do Estado”, Richelieu promoveu transformações profundas na França, que terminaram por consolidar o poder absolutista. Os privilégios políticos dados por Henrique IV aos huguenotes foram revogados (mas sua liberdade religiosa foi mantida) e a nobreza foi submetida ao poder real. Para melhorar a arrecadação de impostos, Richelieu nomeou funcionários reais, retirando dos aristocratas os poderes de decisão. Os duelos foram proibidos: a partir daquele momento, as disputas entre os nobres deveriam ser submetidas aos tribunais.



SUGESTÃO DE LEITURA

O clássico "Os três mosqueteiros", de Alexandre Dumas, pai, publicado em 1844, foi ambientado durante o reinado de Luís XIII. Curiosamente, d'Artagnan realmente existiu: foi de fato um mosqueteiro do rei, mas Dumas tomou algumas liberdades históricas com sua biografia.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que começou como um conflito entre católicos e protestantes no Sacro Império Romano-Germânico, logo foi transformada em uma guerra entre a França e a Espanha. A vitória francesa consolidou o país como a grande potência europeia no século XVII e marcou a decadência espanhola.

3.5 O APOGEU DO ABSOLUTISMO: LUÍS XIV

As políticas que Richelieu elaborou foram continuadas por seu sucessor, o cardeal Mazarino (1602-1661). Mazarino conteve as Frondas, as últimas revoltas de nobres contra o poder da coroa (1650-1652). Com a morte de Mazarino, o jovem Luís XIV assumiu o trono e decidiu concentrar todo o poder em suas mãos, em vez de nomear um primeiro-ministro como havia feito seu pai. Durante o reinado de Luís XIV, o território francês se ampliou e consolidou suas fronteiras. Seu poderoso exército, tão importante para essas conquistas, serviria mais tarde para a manutenção da ordem interna, ao desencorajar qualquer tentativa de rebelião dos camponeses. Estes eram, juntamente com a burguesia, os verdadeiros financiadores do luxo real; clero e nobreza estavam totalmente isentos do pagamento de impostos.

Luís revogou o Edito de Nantes em 1685, expulsando os huguenotes e fazendo a França voltar a ser um país oficialmente católico. Assim, pôde contar com a cumplicidade da Igreja para concentrar seus poderes, criando para si uma imagem equivalente à de um deus; ele se apresentava como o Rei Sol, que brilha mais do que qualquer outra coisa e ao redor do qual tudo gravita. Luís XIV atraiu os nobres para a sua corte, como forma de melhor controlá-los e evitar qualquer ameaça de rebelião futura. Para mantê-los dóceis, criou um elaborado ritual de festas, banquetes, teatro e bailes, dos quais os nobres eram instados a participar. Mandou erguer o palácio de Versalhes, estrutura gigantesca e luxuosíssima, onde a corte poderia viver isolada das agitações populares.

Uma das principais armas de propaganda do poder de Luís XIV era a etiqueta rigorosa que foi estabelecida em sua corte. A intenção principal do rei era criar a imagem de um monarca onipresente. Todos os eventos eram realizados

em público, e o conceito de privacidade não fazia parte de nenhum momento do dia do rei. Tudo o que ele fizesse, estaria sempre sendo observado por alguém, pelo menos por seus camareiros. Qualquer atividade que o rei fosse executar (inclusive as íntimas) era motivo de exibição pública. As moedas de ouro (os luíses) tinham a face do rei, seus funcionários representavam-no à distância, e o próprio retrato do rei o representava quando ele não estivesse no recinto: dar as costas ao retrato era ofensa tão grave quanto dar as costas ao próprio rei. De acordo com o historiador inglês Peter Burke, Luís XIV vivia “a totalidade de sua vida em público”.



Prezado acadêmico, tenha sempre em mente que a sociedade de corte tinha um funcionamento muito diferente da nossa. O nobre não dispunha de privacidade, e nem teria como: todas as tarefas (até as coisas mais corriqueiras, como vestir-se) eram realizadas não por ele, mas para ele, por seus criados. A noção de privacidade era muito mais condizente com o pensamento burguês, especialmente nos países protestantes, onde não se dispunha de tais luxos – e que eram mesmo condenados pela rígida ética protestante. Nesse sentido, a exibição de Luís XIV em tempo integral, por ser tão contrária a essa ética, era também uma exibição de catolicismo.

3.6 A CRISE DO ABSOLUTISMO: LUÍS XV E LUÍS XVI

Quando Luís XIV morreu, após 72 anos no trono, entregou-o a seu bisneto. Luís XV reinou por quase 60 anos, mas durante esse período o luxo criado por seu bisavô começou a cobrar seu preço. As crises e a oposição das camadas populares começaram a se suceder, e o mesmo aconteceu no reinado de seu neto, Luís XVI. O agravamento das crises, aliado às novas filosofias do Iluminismo, culminou na Revolução Francesa.



O Iluminismo e a Revolução Francesa serão estudados na próxima unidade.

4 O ESTADO INGLÊS

O reino da Inglaterra tinha a organização política mais sofisticada dentre todos os reinos medievais. O país havia sido dividido em regiões mais ou menos do mesmo tamanho, os condados (em inglês, *shires*), comandados por oficiais chamados *sheriffs*. Cada condado era relativamente autônomo e tinha sua própria legislação, baseada principalmente nos costumes locais – o chamado direito consuetudinário. Em 1066, o país foi invadido pelos normandos, vindos do norte da França. O novo rei Guilherme I (William), o Conquistador, centralizou mais o poder, retirando parte da autonomia dos condados, mas manteve a estrutura de direito pelos costumes.

4.1 A LIMITAÇÃO DO PODER REAL

Em 1215, desavenças entre o papa, os barões ingleses e o rei João Sem Terra levaram este a assinar a chamada Magna Carta, pela qual o rei reconhecia a autonomia dos senhores locais e ficava sujeito, em certos casos, à autoridade deles. Uma medida especialmente importante foi o estabelecimento de um conselho de nobres – o Grande Conselho –, que poderia se reunir longe das vistas do rei e que tinha o direito de se opor a ele no interesse do país. Esse conselho foi o embrião do Parlamento Inglês, ainda que suas funções e sua composição fossem muito mais restritas. No século XIV, a câmara foi dividida em Câmara Alta (dos Nobres) e Câmara Baixa (dos Comuns, geralmente composta por burgueses).

4.2 A GUERRA DAS DUAS ROSAS

O rei precisou conviver com o poder dos senhores até o final da Guerra dos Cem Anos. O desgaste econômico causado pela guerra havia gerado revoltas, como a rebelião de camponeses liderada por Wat Tyler, em 1381. Muitos nobres tinham suas próprias milícias. Entre 1455 e 1489, questões de sucessão real levaram ao conflito aberto duas famílias da nobreza inglesa: os Lancaster, que tinham como símbolo uma rosa vermelha, e os York, que usavam uma rosa branca. Por esse motivo, a guerra foi denominada (mas ao que tudo indica, apenas no século XIX), a Guerra das Duas Rosas. O conflito, que se estendeu à grande parte da nobreza do país, enfraqueceu-a como um todo; o rei seguinte, Henrique VII (1485-1509), conseguiu assim concentrar a autoridade real em suas mãos, limitando os poderes do Grande Conselho e submetendo-o aos seus interesses. Não o extinguiu, mas retirou grande parte de seus poderes e pôde assim estabelecer uma monarquia absolutista na Inglaterra.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO ABSOLUTISMO

Seu filho Henrique VIII deu um passo decisivo para consolidar o absolutismo ao criar uma igreja nacional em seu país. Para isso, Henrique convenceu os nobres de que a influência do papa, um chefe de Estado estrangeiro interferindo nos assuntos internos do país, era perigosa à Inglaterra. Pelo Ato de Supremacia (1534), Henrique VIII se apresentou como o chefe supremo da Igreja Anglicana e, após ser excomungado pelo papa Clemente VII, confiscou todas as terras do papa e retirou o pouco de autoridade que havia restado à Igreja Católica em solo inglês.

A religião criada por Henrique VIII tinha sobretudo finalidades políticas e, por isso, manteve intocados grande parte dos rituais católicos. Seu filho Eduardo VI, embora tenha reinado pouco e sempre sob o comando de regentes, consolidou o anglicanismo. Após sua morte, sua irmã Maria I tentou retornar a Inglaterra ao catolicismo e perseguiu duramente os protestantes. Com sua morte, Elisabeth I, também irmã dos reis anteriores, transformou a Inglaterra novamente em um país protestante. Essa série de mudanças na religião oficial gerou enormes conflitos no país, e levou muitos a desejarem fugir para um lugar onde pudessem professar sua religião sem serem perseguidos; diversas colônias inglesas na América surgiram nesse momento com tal objetivo.

4.3.1 Período Elisabetano

O período de 45 anos do reinado de Elisabeth I (1558-1603) correspondeu ao auge do absolutismo monárquico na Inglaterra. Foi uma época de grande prosperidade econômica e cultural, que assistiu às primeiras tentativas inglesas de expansão colonial e à carreira de William Shakespeare (1564-1616), o grande nome do Renascimento inglês. Por isso, há quem considere esse período como uma Era de Ouro. Politicamente, foi uma época de paz interna (embora em parte obtida à custa de massacres como o dos irlandeses), pois a rainha conseguiu conter os conflitos entre católicos e protestantes através de uma nova reforma na Igreja da Inglaterra. Desta vez, o Anglicanismo adotou rituais mais semelhantes aos de outras religiões protestantes sem, contudo, afastar-se completamente do catolicismo; por isso, tornou-se uma religião intermediária entre as demais. Essas medidas levaram, como vimos, muitos descontentes a recusarem a reforma, exigindo uma aproximação ainda maior com o Calvinismo; os puritanos, como ficaram conhecidos, teriam papel importante na ocupação dos Estados Unidos, por comporem, dentre outros, os colonos que ocuparam o atual território dos EUA.

4.3.2 A Dinastia Stuart

Elisabeth I não deixou descendência. Com a sua morte, em 1603, chegava ao fim a dinastia Tudor. O trono foi ocupado por seu sobrinho, Jaime (James) I Stuart, que conseguiu manter o esplendor dos tempos de Elisabeth. Durante o reinado de James, os escritores William Shakespeare, Francis Bacon e o poeta Ben Jonson estavam no auge de sua atividade. Para controlar melhor a igreja Anglicana, o rei autorizou uma tradução da Bíblia, a King James Version, que até hoje é o texto de referência da Bíblia em língua inglesa.

4.3.3 O direito Divino dos Reis

Antes da coroação, o próprio James havia escrito um tratado de teoria política, intitulado *A verdadeira lei das monarquias livres*, no qual expunha pela primeira vez na Inglaterra a teoria do direito divino dos reis: para ele, o rei havia sido eleito por Deus e, portanto, só a Ele deveria prestar contas. A obra opôs definitivamente o rei da Inglaterra e a Igreja Católica, e James se viu obrigado a rever sua tolerância aos católicos, mas manteve a perseguição aos puritanos. As dificuldades de conciliar a unificação da Inglaterra anglicana com a Escócia presbiteriana (calvinista) e controlar os diversos grupos religiosos do país marcaram o reinado de James I.

Os conflitos religiosos continuariam no reinado de seu filho Carlos I. Adepto do direito divino dos reis, mas sem a mesma habilidade política de seu pai, Carlos tentou governar sem ouvir o Parlamento, o que se mostrou desastroso. Seu fracasso em uma guerra contra a França, logo no princípio de seu reinado, lhe causou atritos com o Parlamento. Na tentativa de consolidar o anglicanismo em toda a Grã-Bretanha, ele proibiu o presbiterianismo na Escócia (onde era majoritário); os escoceses responderam invadindo o norte da Inglaterra. A necessidade de dinheiro para a guerra levou Carlos a travar duas guerras civis com o Parlamento, que exigia a limitação dos poderes reais. No fim, o rei foi derrotado e, após ser preso, foi acusado de traição e executado.

4.4 AS REVOLUÇÕES INGLESAS

Com a execução de Carlos I, em 1648, um grupo de revoltosos puritanos assumiu o controle do governo e transformou a Inglaterra em uma República. Sob o comando de Oliver Cromwell, os novos governantes acabaram com a exclusividade religiosa dos anglicanos e favoreceram a ideologia liberal (pregada por um grupo chamado Whig) associada à burguesia. Com a morte de Cromwell, em 1658, seu filho Richard se tornou o novo Lorde Protetor, mas não foi bem aceito pelo exército nem pelo Parlamento. Em 1660, foram estabelecidos acordos para a coroação de Carlos II, filho do antigo rei, no ano seguinte.

Em seu reinado, Carlos II enfrentou outras potências estrangeiras em disputas coloniais – duas guerras contra a Holanda levaram à conquista de Nova Amsterdam, renomeada para Nova York, e a uma repartição de antigos domínios portugueses na Ásia. Ao morrer sem herdeiros, seu irmão foi coroado como James II em 1685. O novo rei era católico, o que preocupava muito alguns súditos e, em especial, o Parlamento. James tentou realizar um reinado absolutista e favorecer a liberdade religiosa na Inglaterra, o que levou um grupo de rebeldes a convidar o príncipe Guilherme de Orange, genro de James, para assumir o trono inglês. No conflito que ficou conhecido como a Revolução Gloriosa, Guilherme invadiu a Inglaterra em 1688 e foi declarado o novo rei, mas sem poderes de governo. Como condição para assumir o trono, ele assinou o *Bill of Rights*, um documento que definia com clareza os direitos dos cidadãos ingleses e garantia ao Parlamento o controle da política inglesa. A partir desse momento, o rei da Inglaterra passou a ter uma função política meramente decorativa, que se mantém até hoje, e a Inglaterra passou a ser uma monarquia constitucional.

LEITURA COMPLEMENTAR

Foi longo o reinado do Grande Rei: 54 anos; mais ainda se nos atemos às datas: 1643-1715. Luís XIV se instala com magnificência em Versalhes em 1683; a corte jovem acabou-se; começam os anos difíceis e a crise da consciência europeia; a visão de mundo, a concepção da vida se transformaram. Duas tendências se afirmam: a do Estado de ampliar seu domínio através dos aparelhos de justiça, polícia e finanças; e o desejo dos cidadãos esclarecidos de participarem da coisa pública. Donde a vontade de distinguir melhor os diferentes espaços de vida: público, familiar, privado. O afastamento já não é necessariamente isolamento, “sábio e santo intervalo entre a vida e a morte”, como ocorreu com o chanceler de Pontchartain, segundo Saint-Simon; ele havia dado a vida ao rei, ao mundo e à família; velho e viúvo, deixa a corte para sempre. No século XVIII, isso já não ocorre forçosamente por devoção, e sim para mergulhar nas “delícias da vida privada” (o conde de Brienne).

O reinado de Luís XIV já apresenta os sinais de mudança. Em Versalhes e em primeiro plano estão o príncipe e o cortesão, em seus papéis complementares de soberano e servidor do culto monárquico. No faustoso cenário da câmara real, dos salões e do parque, dos lugares abertos a todos, o monarca vive em público, impenetrável, senhor de si mesmo como do reino. Há pouca intimidade, ainda menos de vida familiar, porém uma representação quase constante. O rei, diz-se, absorveu o homem; em troca, exigiu muito dos grandes e dos nobres fixados na corte, porque reputados, a justo título, *frondeurs* [participantes da Fronda]. A nobreza perdeu então todo o poder político e a vida pessoal; ganhou as graças de um amo onipresente e que sabe tudo sobre a intimidade das famílias, da qual se faz o guardião; é a ele, com efeito, que no decorrer de uma audiência secreta uma dama nobre confia sua honra, comprometida por uma gravidez inoportuna; e cabe ao soberano protegê-la, mandando o marido para o exército.

Portanto, tudo é graça para esses aristocratas apinhados nos cubículos mal cheirosos dos entressolhos e do sótão. A possibilidade de uma vida de família ou de amizades inexistente quando é preciso vigiar-se para não ser ouvido. Um século depois, Manon Philipon expressa sua indignação ao saber que ali reside o arcebispo de Paris, “podendo rastejar todas as manhãs para [assistir] ao despertar dessas majestades”; é verdade que não se vê muita coisa, tornando obrigatória a assiduidade à cerimônia.

Nos bastidores, os atores têm uma folga. A começar pelo monarca, que todos os dias se recolhe a um ambiente mais íntimo: os gabinetes particulares, cujo acesso é feito pela parte posterior e reservado a poucos, pois se todos podem dirigir-se ao rei em público, a audiência particular no gabinete constitui um favor insigne. Aliás, nesses locais fechados o soberano tira a máscara. Primo

Visconti, embaixador de Veneza, observa que, transposta a soleira, “ele assume outra expressão, como se fosse aparecer num palco”. Ali o rei vive com seus familiares e com seus invejados lacaios; recebe os filhos e os arquitetos, cujos planos estuda apaixonadamente. Por certo, os jogos do poder não cessam, nem mesmo no apartamento de madame de Maintenon, onde há anos Luís XIV leva uma vida conjugal, para a fúria de Saint-Simon, de resto já irritado com esse privilégio de entrada nos gabinetes particulares; quando o rei ali trabalha com um ou dois ministros ou concede audiência, ela está presente, confidente atenta, a “solidez” do monarca, como declara Luís XIV. Madame de Maintenon soube assim atraí-lo para um universo doméstico, onde ele se distrai e se diverte com as representações teatrais e os pequenos concertos realizados num círculo estrito que o isola da corte; como nas viagens a Marly (que Luís XIV planejou como um local pequeno, feito para a solidão), onde as normas da etiqueta são mais brandas, para indignação da princesa Palatine: “Vê-se pouco o rei, tudo é desorganizado, a corte está dispersa”.

Com efeito, nas brechas do cerimonial instala-se uma predisposição ao lazer. O cortesão literalmente refaz sua vida; não como no início do século, pois está desarraigado e assim permanecerá; cabe-lhe criar para si outro papel, outra liberdade.

FONTE: CASTAN, Nicole. “O público e o particular”. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3. p. 427-430.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu que:

- O Absolutismo se desenvolveu a partir das cortes medievais e tinha como principal característica a ausência de controles sobre o poder real e se baseava na doutrina do Direito Divino dos Reis.
- A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e os conflitos entre o rei e o papa ajudaram a consolidar o estado nacional na França.
- O Estado absolutista francês foi consolidado no reinado de Luís XIII. Com Luís XIV, o Absolutismo atingiu seu auge.
- Para garantir a lealdade dos nobres, Luís XIV criou uma corte luxuosa e mantinha-os entretidos no palácio de Versalhes.
- A Magna Carta (1215) foi o primeiro documento a restringir o poder do rei da Inglaterra. Após a Guerra das Duas Rosas (século XV), Henrique VII restabeleceu a monarquia absolutista.
- A Reforma Anglicana foi um passo decisivo para a consolidação do poder absolutista do rei da Inglaterra, mas gerou sérios conflitos religiosos no país.
- A oposição do Parlamento às políticas absolutistas dos reis Stuart levou à deposição de Carlos I e à instalação de uma República na Inglaterra em 1648, comandada por Oliver Cromwell.
- Após o retorno da Monarquia, as ambições absolutistas dos reis Carlos II e James II levaram à Revolução Gloriosa, na qual Guilherme de Orange foi proclamado rei em 1688, mas perdeu grande parte dos poderes políticos.

AUTOATIVIDADE



- 1 Estabeleça uma comparação entre os processos de consolidação do Estado Absolutista na França, Inglaterra e Península Ibérica.
- 2 Qual o papel desempenhado pela religião para a formação do Absolutismo na França e na Inglaterra?
- 3 Explique a teoria do Direito Divino dos Reis, conforme foi formulada por Thomas Hobbes e Jacques Bossuet.



A ECONOMIA MODERNA

1 INTRODUÇÃO

A consolidação dos Estados Nacionais obrigou os governantes a se defrontarem com a necessidade de organizar as finanças de seus países da melhor forma possível. No início da Idade Moderna, a geração de riquezas para os países era uma atividade bastante experimental – não havia estudos ou teorias a respeito disso, e os reis confiavam à burguesia mercantil, que os havia auxiliado a conquistar o poder dos senhores feudais, a tarefa de garantir a prosperidade da coroa.

Até aquele momento, a economia europeia havia funcionado de forma bastante simples. A partir do momento em que o dinheiro voltou a circular, a necessidade de ouro e prata colocou em movimento toda uma estrutura econômica que, como vimos, gerou o comércio em grande escala e possibilitou a formação dos países. Era natural que eles entendessem essa tarefa como uma extensão da atividade econômica que eles próprios executavam, apenas em uma escala maior.

Portanto, não havia muita dúvida para os reis nem para os burgueses de que a grande fonte de riqueza para um país seria o acúmulo de metais preciosos nas mãos de seu governo. As moedas eram cunhadas com ouro e prata, e eram essenciais para se pagar os exércitos de mercenários e todas as transações comerciais. A grande questão passava a ser como conseguir trazer o ouro dos outros países para enriquecer os cofres locais. É o que veremos neste tópico.

2 A ECONOMIA COLONIAL: O MERCANTILISMO

A prosperidade portuguesa, obtida com o comércio das especiarias, seguia a mesma lógica econômica que movia as repúblicas italianas: a acumulação de riquezas a partir do comércio de produtos de luxo no mercado europeu. Essa lógica, por ser baseada nas atividades comerciais, ficou conhecida como mercantilismo. Essencialmente, o mercantilismo entendia o país como um grande comerciante, que enriquecia quando ganhava dinheiro e empobrecia quando

o gastava. O mercantilismo não era exatamente uma teoria, porque nunca foi formulado com precisão; podemos entendê-lo principalmente como uma lógica econômica, desenvolvida inicialmente pelas primeiras nações a obterem grande sucesso econômico – Portugal e Espanha – e onde a burguesia mercantil era muito próxima à Coroa. Como veremos adiante, em outros países o mercantilismo ganhou formatos próprios, ligeiramente diferentes.

2.1 O METALISMO E A REVOLUÇÃO DOS PREÇOS

O Mercantilismo entendia o enriquecimento de um país como fruto de uma transação comercial, uma simples transferência de recursos; assim, o país que vendesse um produto enriqueceria, e o que comprasse esse produto empobreceria na mesma medida. Diz-se que esta é uma transação de soma zero – ou seja, o ganho de um é exatamente igual à perda de outro; não há geração de riqueza. Dentro dessa lógica, a única possibilidade de se aumentar o montante total da riqueza seria extraindo-a da terra na forma de metais preciosos. Mas o importante não era a riqueza total, e sim a riqueza de cada país. Para todos os efeitos, uma mina de ouro ou de prata tinha o mesmo valor do que uma transação comercial que proporcionasse a mesma riqueza.

Assim, na virada dos séculos XVI-XVII, vários países criaram leis limitando a saída de recursos para o estrangeiro – mesmo em poder das pessoas – visando assim manter a riqueza nacional. O nome que se dá a essa prática é bulionismo ou metalismo. O metalismo foi muito praticado na monarquia espanhola, especialmente durante a dinastia Habsburgo (séculos XVI e XVII). A grande quantidade de metais preciosos vindos das colônias foi a principal fonte de renda do país nesse período, mas a regulamentação ia mais longe, procurando restringir ao máximo a saída de ouro e prata do país. Essa política, que parecia trazer a riqueza, teve como consequência uma enorme inflação, que gerou a chamada Revolução dos Preços.

Sobre o acúmulo de riquezas e a Revolução dos Preços, Leo Huberman (1986, p. 98-99) afirma que:

Enquanto os mercadores da Inglaterra, Holanda e França amontoavam fortunas enormes no comércio, os espanhóis haviam descoberto uma forma mais simples de aumentar as somas de dinheiro de seu tesouro. Embora seus exploradores não tivessem conseguido descobrir uma rota para as Índias que lhes proporcionasse lucros comerciais, esbarraram com os continentes da América do Norte e do Sul. E no México e Peru havia minas de ouro e prata de grande valor – à disposição deles, para o roubo. Os porões dos galeões espanhóis não eram carregados de mercadorias para serem vendidas com lucro, mas com ouro e prata – especialmente prata. As minas da Saxônia e da Áustria há muito tempo produziam grandes quantidades desse metal, mas eram realmente

muito pequenas comparadas com a riqueza que se derramava sobre a Espanha vinda de suas possessões no Novo Mundo. Em 55 anos, de 1545 a 1600, calcula-se que anualmente cerca de dois milhões de libras esterlinas eram levadas da América para os tesouros espanhóis. [...]

Que efeito teve sobre a Europa esse afluxo de prata sem precedente? Provocou um aumento sensacional dos preços. Não apenas um tostão ou dois neste ou naquele artigo, mas um aumento espetacular no preço de tudo. Houve uma verdadeira revolução nos preços, tal como ocorrera apenas três ou quatro vezes nos últimos mil anos da história mundial. Os preços das mercadorias em 1600 eram mais de duas vezes superiores ao que foram em 1500, e em 1700 estavam ainda mais altos – mais de três vezes e meia o que haviam sido quando a Revolução dos Preços teve início.



Você consegue perceber a relação entre o acúmulo de ouro e a inflação? Pense que o ouro e a prata, como qualquer produto, eram mais valiosos quanto mais escassos fossem. Se a quantidade de ouro aumentasse muito em pouco tempo, o seu valor acabaria diminuindo. Se você reler o Tópico 2 da unidade anterior, verá que um processo como esse já tinha acontecido entre os séculos XII e XVI, com o renascimento do comércio. Mas, a quantidade de metais preciosos que entrou na Europa nos séculos XVI-XVII. (e, portanto, também a inflação) foi muito maior do que nesse período anterior.

É importante notar que a entrada de ouro e prata não foi a única causa do aumento dos preços. Outros motivos foram: o crescimento da população, que se recuperava definitivamente dos tempos da Peste Negra (século XIV) e o lento processo de urbanização, que coincidiu com uma grande diversificação econômica; todos esses fatores levavam a uma produção menor de alimentos para uma população maior, o que contribuía para a inflação.

Não demorou muito e a alta dos preços se alastrou pela Europa. A Espanha, confiante nas riquezas que vinham das colônias, praticamente abriu mão das atividades de manufatura, e passou a importar tudo o que consumia. Essa foi uma das principais razões para a Espanha não ter conseguido manter seu poderio no século XVIII. Outra razão importante foi a longa sequência de guerras em que Carlos V e seus descendentes envolveram o país. As guerras cobraram um preço altíssimo em termos econômicos e humanos, e não trouxeram benefícios à monarquia: o país não manteve seus territórios na Europa e terminou por ceder a liderança econômica do continente à Holanda e a política à França de Luís XIV.

2.2 O COLONIALISMO

Também passou a ser fundamental que todos os países buscassem ter uma balança comercial favorável, ou seja, vendessem aos países estrangeiros mais do que comprassem deles – um superávit. Leis restringindo a importação surgiram, o que muitas vezes trazia a vantagem de se criar uma proteção para os produtores locais. Isso poderia facilmente criar um impasse, porque se todos os países evitassem ao máximo comprar produtos do exterior, preferindo produzi-los internamente, o próprio comércio internacional poderia sofrer uma estagnação. Para evitar isso, os países precisavam oferecer produtos exóticos, que fossem desejados no exterior, mas não estivessem à disposição com facilidade; seria a única forma realmente eficiente de convencer os demais países a desfazerem-se de seu precioso ouro.

Até meados do século XVI, os produtos exóticos mais atraentes eram as especiarias (temperos) e outros produtos do Oriente, como a seda. Foi com o fornecimento dessas mercadorias que as cidades italianas fizeram sua riqueza no final da Idade Média, e foi esse comércio que motivou os portugueses à expansão marítima. No entanto, a grande concorrência que se estabeleceu nesse comércio por volta de 1550 motivou os portugueses a buscarem como alternativa um produto que estava sendo desenvolvido em suas colônias dos Açores e da Madeira há um certo tempo: o açúcar de cana.

2.2.1 O Sistema de *Plantation*

Embora fosse possível enriquecer apenas pelas transações comerciais de mercadorias exóticas, as práticas econômicas da época também contemplavam a possibilidade de produção de artigos lucrativos. Um dos mais atraentes era o açúcar de cana, que os portugueses haviam aprendido a produzir em grande escala nas ilhas dos Açores e da Madeira. A cana-de-açúcar era beneficiada nos engenhos, uma tecnologia que havia sido desenvolvida e mantida em segredo pelos portugueses desde o século XV. Esse segredo foi mantido até a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro nas décadas de 1630 e 1640, e proporcionou um bom lucro aos portugueses. O sistema de cultivo de açúcar português se baseava em grandes propriedades monocultoras – ou seja, que produziam um único produto principal –, com larga utilização de mão de obra escrava. Organizou-se, assim, o sistema conhecido como *plantation*, que se tornou predominante em todos os locais da América em que um produto exótico fosse cultivável. A enorme demanda por mão de obra transformou o tráfico intercontinental de escravos em um negócio extremamente lucrativo, com rendimentos que superavam muitas vezes as próprias atividades que abastecia.

É claro que havia produção de outros gêneros, especialmente para a alimentação dos produtores e de seus escravos. Os produtos alimentícios, embora muito menos rentáveis, constituíram-se em parte não desprezível da economia.

No Brasil, a mandioca atendeu quase exclusivamente às necessidades alimentares de senhores e escravos, e em outras regiões a batata teve esse papel. Essas culturas, bem menos exigentes do que a cana-de-açúcar, costumavam ser produzidas nos terrenos menos férteis das *plantations*, e muitas vezes eram importadas de outras regiões. Outra cultura muito importante era o fumo, utilizado principalmente como moeda de troca no tráfico intercontinental de escravos, junto com a aguardente – cachaça ou rum. O fumo era cultivado de forma semelhante à cana-de-açúcar, no sistema de *plantation*. Igualmente o algodão, para o vestuário, era produzido dessa forma. Como se vê, havia um sistema bastante complexo de produção de gêneros e de tráfico de escravos, que possibilitava a criação de fortunas bastante avantajadas nas metrópoles e nas próprias colônias.



Prezado acadêmico, cuidado com as simplificações: aquele esquema tradicional que diz que apenas as metrópoles enriqueciam com a *plantation* não é verdadeiro. Muitas fortunas foram criadas nas colônias. Por exemplo, no caso do comércio de escravos português, os principais traficantes (cerca de 90%) viviam no Brasil e daqui partiam. Aliás, se pensarmos bem, isso cumpre exatamente o objetivo das colônias: enriquecer seus exploradores – estejam eles onde estiverem.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, as informações referentes a esse tema são vistas com mais detalhes nos estudos de Brasil Colônia. Mas esse também é um tema relevante dentro da História Moderna europeia, pois dizia respeito à lógica econômica daquele continente. Para obter mais informações sobre o funcionamento do comércio interatlântico nas colônias portuguesas, dois livros trazem dados bastante relevantes, que são:

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Esta obra estuda a produção agrícola no Recôncavo Baiano e sua relação com o comércio de escravos).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Esta obra analisa o regime do comércio de escravos entre Brasil e Angola e revê os conceitos mais antigos sobre o tema).

O sistema de *plantation* tornou-se a principal atividade econômica das colônias americanas, e foi usado por colonizadores de todas as nacionalidades, sempre que as condições fossem favoráveis. Casos marcantes são a produção de açúcar no Brasil e de algodão no sul dos Estados Unidos, mas em todo o Caribe a *plantation* foi utilizada por espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e colonizadores de diversas outras nacionalidades. Nas colônias espanholas, o sistema de *plantation* foi praticado em muitas regiões, como as ilhas do Caribe (atuais Cuba, República Dominicana e Porto Rico) e o vice-reino da Nova Granada (atuais Colômbia e Venezuela), geralmente na produção de açúcar e fumo, mas o sistema de *plantation* desempenhava, na contagem geral espanhola, um papel bem menos relevante do que em outros países, porque a maior parte da arrecadação provinha diretamente da extração de ouro e prata.

2.2.2 O extrativismo: peles e pau-brasil

Também a extração de outros produtos existentes nas Américas se tornou vantajosa economicamente. O caso mais conhecido dos brasileiros é o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), uma leguminosa de cujo caule se extraía um corante vermelho muito apreciado até a invenção dos corantes químicos. Mas muitos outros produtos geraram atividades econômicas lucrativas, como a erva-mate na bacia platina, a cochonilha (um inseto originário do México que produz um corante vermelho vivo), as peles de castor no atual Canadá e a pesca em diversas partes do litoral do continente.

2.3 AS COLONIZAÇÕES

Dentro dessa lógica econômica, a colonização europeia na América atendia essencialmente aos objetivos mercantis das potências marítimas. Portugal e Espanha, por sua posição geográfica e por circunstâncias de sua formação histórica, lideraram o processo de expansão marítima e colonização a partir do final do século XV. Os demais países estavam, nesse momento, em vias de consolidarem suas estruturas políticas, e não tinham ainda condições de fazer concorrência às monarquias ibéricas na disputa por territórios. Dessa forma, portugueses e espanhóis tiveram a possibilidade de se instalar (dentro dos limites do Tratado de Tordesilhas) nos territórios considerados mais adequados para a exploração mercantil – as regiões produtoras de produtos tropicais (portanto exóticos e caros), como o Brasil e o Caribe, ou em locais com grandes jazidas de metais preciosos, como o México e o Peru.

Assim, quando Inglaterra, França e Países Baixos conseguiram reunir as condições para efetivamente participarem da “corrida colonialista”, os territórios considerados mais vantajosos, do ponto de vista da lógica mercantilista, já haviam sido ocupados por Portugal e Espanha. Havia, no entanto, algumas

regiões desocupadas que poderiam também atender às demandas comerciais da época, especialmente quanto à produção de açúcar no Caribe e de algodão e fumo na América do Norte (Carolina e Virgínia). Essas regiões foram ocupadas por franceses, holandeses e ingleses da mesma forma que os países ibéricos ocuparam as suas colônias: em grandes propriedades monocultoras voltadas à exportação de produtos tropicais (*plantations*), que faziam uso intensivo de trabalho escravo.



Prezado acadêmico, é importante insistir nesse ponto para que você tenha em mente que a forma de colonização das diferentes regiões da América tem muito mais relação com as características físicas (especialmente climáticas) do território do que com a nacionalidade do colonizador. No Caribe, por exemplo, a ocupação foi muito semelhante nos territórios holandeses (Aruba), franceses (Haiti), ingleses (Jamaica) e espanhóis (Cuba) – e muito parecida, também, com a ocupação do nordeste brasileiro.

2.3.1 A América do Norte

A América do Norte não interessou imediatamente aos colonizadores europeus. A região estava, teoricamente, dentro do território espanhol do Tratado de Tordesilhas, mas os espanhóis não deram muita atenção a uma região tão carente dos recursos que lhe interessavam. Não havia ouro como no México, e o clima era semelhante demais ao europeu para permitir o cultivo de produtos exóticos. Sendo assim, a região não foi colonizada durante todo o século XVI. No século seguinte a situação se alterou. Apesar do desinteresse dos países ibéricos, outros países europeus desejavam estabelecer domínios coloniais, e diversos deles criaram colônias em ilhas do Caribe ou na América do Norte. Holandeses, suecos, dinamarqueses, escoceses e até mesmo o pequeno e extinto ducado da Curlândia, na atual Letônia, estabeleceram domínios que terminaram por ser encampados pelas colônias inglesas.

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (VOC, na sigla em holandês) começou a explorar, a partir de 1602, a América do Norte em busca de uma passagem para as Índias. As primeiras colônias foram fundadas em 1615, onde hoje é a cidade de Albany, no interior do Estado de Nova York. Em 1626, o diretor da VOC, Peter Minuit, comprou a ilha de Manhattan dos indígenas e iniciou a colônia de Nova Amsterdam, que os ingleses rebatizariam de Nova York. As colônias holandesas receberam imigrantes de várias origens, incluindo protestantes ingleses e franceses (huguenotes) e mesmo judeus fugidos de Pernambuco após a expulsão holandesa do Brasil. Em 1664, os ingleses conquistaram a região e incorporaram a Nova Holanda a seus domínios.

A França organizou expedições para tentar encontrar uma passagem para as Índias pelo norte do Continente. Não encontraram a passagem, que não havia, mas as explorações lhes permitiram travar um contato mais próximo com os indígenas do Canadá e estabelecer entrepostos para o lucrativo comércio de peles de animais. Mais ao sul fundaram, na foz do rio Mississipi, a colônia da Luisiana, que servia como centro de abastecimento de gêneros para as colônias produtoras de açúcar no Caribe – especialmente o Haiti.

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico você viu que:

- A lógica econômica dos países europeus durante a Idade Moderna foi denominada mercantilismo, pois baseava a prosperidade nacional nas transações comerciais.
- A grande quantidade de metais preciosos – ouro e prata – que foram levados da América para a Europa, a partir do século XVI, causou um enorme aumento do preço de todos os produtos, em função da desvalorização desses metais.
- A necessidade de balanças comerciais favoráveis levou os países europeus a criarem colônias de exploração na América, onde pudessem estabelecer atividades lucrativas.
- Em diversas regiões da América do Sul e Central, a produção colonial foi organizada na forma de *plantation*, baseada em latifúndios monocultores.
- Nas regiões mais ao norte, o clima não era favorável à produção por *plantation*. Nessas regiões, a ocupação se deu mais tarde, em grande parte por fugitivos das guerras religiosas da Europa.



- 1 Explique a importância, para os objetivos da política mercantilista, das colônias de exploração.
- 2 Qual era a vantagem, dentro da política mercantilista, do estabelecimento de monopólios comerciais?
- 3 Diversos cronistas do século XVI manifestaram, em suas impressões sobre as culturas indígenas, as ideias aqui expressas nas palavras do português Gabriel Soares de Sousa, em seu Tratado descritivo do Brasil, de 1587:

Faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L,R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem [...]. E se não têm L na sua pronúncia, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem [...]. E se não têm esta letra R na sua pronúncia, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeçam, nem obedecem a ninguém [...]. (SOUZA, 1971, p. 302).

Comente esta observação.

A ERA DAS REVOLUÇÕES

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- dimensionar o impacto da Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII no desenvolvimento da tecnologia e na transformação da visão de mundo dos europeus;
- compreender o impacto do Iluminismo para o pensamento político e econômico mundial, e entender seu caráter transformador das estruturas sociais;
- perceber as contradições do fenômeno conhecido como Despotismo Esclarecido e conhecer seus principais representantes;
- relacionar as causas e as motivações da Revolução Industrial, bem como seu impacto na sociedade;
- conhecer as circunstâncias que deram origem aos dois grandes movimentos políticos do final do século XVIII: a independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está organizada em quatro tópicos, sendo que, em cada um deles, você encontrará atividades para uma maior compreensão das informações apresentadas.

TÓPICO 1 – A REVOLUÇÃO FILOSÓFICA E CIENTÍFICA

TÓPICO 2 – O ILUMINISMO E O DESPOTISMO ESCLARECIDO

TÓPICO 3 – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

TÓPICO 4 – AS REVOLUÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XVIII



A REVOLUÇÃO FILOSÓFICA E CIENTÍFICA

1 INTRODUÇÃO

A Idade Moderna foi um período de extraordinárias transformações científicas e tecnológicas. Neste tópico vamos apresentar estas transformações, especialmente sobre a Astronomia. Mesmo que esta não seja uma área de seu interesse, analise com cuidado as teorias que serão apresentadas, de preferência tentando entendê-las no que elas têm (ou não) de científicas. Faça como quando apresentamos sobre a Reforma Religiosa: a nossa preocupação não é com as teorias em si, mas com as consequências delas para a História.

O ano de 1543 foi um momento decisivo para a ciência, por ter sido o ano de publicação de dois trabalhos fundamentais: *De revolutionibus orbium cælestium* (Sobre a revolução das esferas celestes), de Nicolau Copérnico, e *De humani corporis fabrica* (Sobre a fábrica do corpo humano), de Andreas Versalius. O primeiro introduziu o conceito de heliocentrismo, que dizia que o Sol, e não a Terra, estava situado no centro do Universo. O segundo foi o primeiro amplo tratado de anatomia humana surgido no Ocidente. A importância das duas obras reside nas transformações que elas causaram na noção de ciência da época e, dentro do conceito de modernidade, na desmistificação do papel que o ser humano desempenha no universo.

Portanto, neste tópico vamos analisar o desenvolvimento dessas ideias de modo a compreender a importância da Ciência para a constituição do sentido de modernidade.

2 AS ORIGENS ANTIGA E MEDIEVAL

As origens da ciência moderna podem ser encontradas nos estudos realizados pelos gregos, desde a época clássica, mas também em grande parte durante o período helenístico. Diversos estudiosos, como Aristóteles, Ptolomeu, Pitágoras, Hipócrates e dezenas de outros, preocuparam-se em investigar o mundo de um ponto de vista racional ou objetivo. Dentre eles, Aristóteles é um dos mais importantes, seja pela quantidade de áreas a que se dedicou, seja porque a sua concepção filosófica de mundo embasou o pensamento científico e filosófico futuro.



Prezado acadêmico, lembre-se de que os gregos não faziam o que hoje consideramos Ciência, embora tenham criado as bases filosóficas que dariam origem à ciência e ao método científico. O conceito de ciência envolve uma série de outras noções e métodos que seriam desenvolvidos apenas posteriormente, durante a Idade Média e a Idade Moderna. Para esse desenvolvimento concorreram não apenas o pensamento grego, mas também as contribuições dos árabes e dos próprios europeus do Renascimento.

2.1 A COSMOLOGIA ARISTOTÉLICO-PTOLEMAICA

De especial importância para o estudo da ciência moderna é a concepção cosmológica de Aristóteles (384-322 a.C.). O termo cosmologia, que significa descrição do universo, expressa a forma pela qual um filósofo ou um cientista entende o “funcionamento” do mundo. Como se verá, a cosmologia aristotélica é muito diferente da moderna, mas serviu de base para sua construção.

Na cosmologia aristotélica (desenvolvida a partir de premissas puramente filosóficas), a Terra estava localizada imóvel no centro do Universo, e todos os planetas e estrelas giravam em órbitas circulares ao nosso redor. A região terrestre era composta de quatro elementos — do centro para os extremos: terra, água, ar e fogo —, que eram sujeitos a mudanças constantes. Esses elementos, quando estivessem fora de seu lugar natural, se moveriam naturalmente para a direção correta. Dessa maneira, a terra e a água tenderiam a cair, o fogo e o ar subiriam. Já o mundo cósmico seria composto de um quinto elemento, o éter (chamado pelos romanos de quintessência), que, ao contrário dos elementos terrestres, era imutável e incorruptível e se movia (como componente dos corpos estelares) em trajetórias circulares ao redor da Terra. Portanto, o Universo, de acordo com o modelo aristotélico, era geocêntrico: a Terra seria esférica e estaria imóvel no centro do Universo, e ao redor dela girariam os planetas (inclusive o Sol e a Lua) e as estrelas.

O astrônomo Ptolomeu de Alexandria (83-161 d.C.) desenvolveu as ideias de Aristóteles, mas encontrou dificuldades para explicar alguns fenômenos inusitados, como a retrogradação dos planetas — o planeta parece se mover em uma direção, em seguida retrocede e, mais tarde, retorna à direção original. Ptolomeu concebeu um movimento em epiciclos: a órbita dos planetas não seria circular, mas eles orbitariam em uma trajetória circular ao redor de um ponto que, por sua vez, orbitaria em uma trajetória circular ao redor da Terra. Isso parecia resolver todos os problemas, pelo menos dentro do grau de precisão (baixo) com que as medições foram feitas na Antiguidade.

A obra de Ptolomeu foi muito apreciada durante a Antiguidade e pelos árabes, que a traduziram com o nome de Almagesto (latinização do termo em árabe que significa O Grande Livro). A cosmologia escolástica também se baseou nessa visão, que explicava perfeitamente por que o mundo seria um lugar de pecado: os elementos da região terrestre do universo, dos quais os seres são feitos, seriam eles próprios sujeitos a mudanças e corrupção; já os planetas e estrelas, imutáveis e incorruptíveis, seriam parte da perfeição divina. Não era muito abonadora a cosmologia escolástica.

2.2 A MEDICINA ANTIGA E MEDIEVAL

Os primeiros estudos de medicina antiga foram feitos por Hipócrates de Cós (460-370 a.C.). No período romano, Galeno (129-200 d.C.) insistia em uma abordagem racional para a medicina e fazia experiências de observação da fisiologia de animais. Seus trabalhos influenciaram muito a medicina árabe, e dessa forma passaram ao Ocidente a partir do século XII. No entanto, seu trabalho continha diversos equívocos – em grande parte porque a lei romana lhe impedia de analisar corpos humanos –, que foram sendo apontados pelos muçulmanos e depois pelos europeus.

O sistema fisiológico de Galeno compreendia três funções vitais, cada uma delas situada em um órgão: o cérebro era o centro do sistema nervoso, responsável pelas sensações do corpo; o coração e o fígado eram os centros, respectivamente, do sistema arterial e do sistema venoso (das veias), entendidos por ele como diferentes. Em sua concepção, as doenças eram um desequilíbrio entre os humores vitais (líquidos) do corpo, e a cura consistiria simplesmente em restaurar o equilíbrio entre eles.

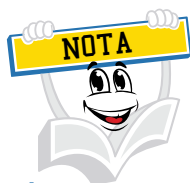
3 A CIÊNCIA MODERNA

Antes de apresentarmos mais sobre Ciência, é importante termos em mente o que esse conceito significa. Ciência não é qualquer tipo de experimentação, mas apenas a que for feita seguindo-se uma série de critérios objetivos e de acordo com um método determinado – o chamado método científico. Cada ciência tem as suas formas particulares de investigação, mas dentro das ciências que foram estabelecidas nos séculos XVI e XVII, a matematização ocupava (e ainda ocupa) um lugar preponderante, ao lado da observação criteriosa. Veremos mais sobre isso em seguida.

3.1 OS PRECURSORES DO MÉTODO CIENTÍFICO

O pensamento escolástico, impulsionado pelas obras da Antiguidade que haviam sido preservadas pelos árabes e bizantinos e pelas contribuições originais dos comentadores muçulmanos, promoveu o intercâmbio de ideias e a colaboração dos estudiosos das diversas universidades medievais, e foi essencial para a revitalização do pensamento europeu no final da Idade Média. No século XIII, as obras de alguns pensadores escolásticos já demonstravam preocupações que viriam a dar origem, posteriormente, ao método científico.

Robert Grosseteste (1175-1253) enfatizava a necessidade de se recorrer à matemática para a compreensão do mundo. O empirista Roger Bacon (1214-1294) elaborou estudos em diversas áreas de conhecimento, tais como ótica, matemática e alquimia, sempre baseados em observações cuidadosas. Guilherme de Occam (1288-1347) defendeu a ideia de que as hipóteses devem ser formuladas da maneira mais simples possível. Este princípio é conhecido como navalha de Occam. Juntas, essas três premissas — matematização, experimentação e simplicidade nas formulações — constituem os alicerces básicos das teorias científicas modernas.



Prezado acadêmico, você já estudou alguns fundamentos do método científico na disciplina de Metodologia do Trabalho Acadêmico. Portanto, não vamos entrar em muitos detalhes sobre isso. Nossa preocupação não é com o método científico em si, mas com os efeitos da ciência para a consolidação do pensamento moderno.

3.2 O MODELO HELIOCÊNTRICO

A publicação de *De revolutionibus orbium caelestium* (Sobre a revolução das esferas celestes), de Nicolau Copérnico, em 1543, foi um evento muito importante para a história da Ciência, nem tanto pela correção de sua teoria – mais tarde, verificou-se que o modelo de Copérnico continha vários equívocos –, mas por ela estar de acordo com os três princípios acima: foi proposta a partir de observações experimentais, fundamentada em cálculos matemáticos e explica os mesmos fenômenos de uma forma muito mais simples do que Ptolomeu havia feito. Comparando-se com o modelo anterior, elaborado a partir de premissas filosóficas, o modelo copernicano está muito mais próximo do que entendemos por Ciência.

A ideia central de Copérnico é que o modelo geocêntrico não prediz corretamente as medições experimentais das posições das estrelas, que haviam sido realizadas na sua época. Assim, Copérnico estabeleceu um modelo matemático para o universo, que considerava o Sol (e não a Terra, como dizia Aristóteles) o centro do Universo. A Terra seria mais um planeta, semelhante aos demais.



Se você quiser saber mais sobre a história da Astronomia no Renascimento, acesse o site: <<http://www.ca2000pt.com/educativo/historia/artigos/renascim/renascim.htm>>. O site tem também informações sobre a Astronomia em outros períodos.

Copérnico enfrentou problemas para conseguir a aceitação de sua teoria. A maior oposição não vinha, como talvez você possa imaginar, da Igreja Católica, mas sim dos estudiosos aristotélicos; foram eles que apresentaram as falhas do modelo copernicano de universo, e para muitas dessas questões Copérnico não tinha resposta. Para explicar as incongruências, Copérnico se viu forçado a adotar os epiciclos de Ptolomeu, sem nenhuma base científica para tal. Esta é a grande falha em seu modelo.



É muito importante, quando estamos lidando com as críticas à ciência moderna, termos em mente que os críticos não eram simplesmente pessoas ignorantes ou retrógradas que tentavam barrar o avanço da ciência “em direção à verdade”. Geralmente, as críticas eram feitas com base no conhecimento científico disponível na época, que tornava pouco defensáveis algumas teorias novas – foi o caso de Copérnico, que não dispunha de elementos suficientes para desqualificar o aristotelismo. Veja a discussão sobre o julgamento de Galileu, a seguir, para saber mais sobre isso.



SUGESTÃO DE LEITURA

Se você tiver interesse em saber mais sobre a polêmica entre Copérnico e seus críticos, do ponto de vista da teoria do conhecimento (epistemologia), leia: CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo, Brasiliense, 1993, o capítulo VI.

Apesar de tudo, as teorias de Copérnico tiveram boa aceitação na sua época, e somente seis décadas depois elas gerariam controvérsia. Em 1610, o físico, astrônomo, matemático e filósofo Galileu Galilei, fazendo observações com o telescópio (aparelho que havia aperfeiçoado), descobriu quatro luas de Júpiter. A ideia de que um outro planeta pudesse ter satélites contrariava o modelo aristotélico de universo e praticamente confirmava as teorias de Copérnico.

3.3 O JULGAMENTO DE GALILEU

Galileu, como tantos de sua época, também era um polímata: físico, matemático, filósofo, astrônomo. Sua contribuição para a história da Ciência é inestimável: aperfeiçoou o telescópio e com ele descobriu as luas de Júpiter e as manchas solares, desenvolveu equipamentos militares, estudou as leis da aceleração e vários outros princípios da Física Clássica, que mais tarde seria sistematizada por Isaac Newton.

Galileu é famoso também pela controvérsia com a Igreja Católica, que o levou a - sob a acusação de heresia e a ameaça de sofrer as punições cabíveis, que poderiam incluir a morte na fogueira - ser forçado a abjurar (negar) a sua defesa do modelo heliocêntrico de Copérnico diante do papa, em 1633. O julgamento de Galileu foi entendido como um sinal da rivalidade, impossível de ser resolvida, entre a ciência e a religião.

Mas não foi bem isso: não foi exatamente por suas ideias científicas que Galileu foi julgado. A cosmologia da Igreja não se importava muito com o heliocentrismo. Tanto é assim que o livro de Copérnico circulou por várias décadas e não se pensou em acusá-lo de herege. Já era consensual entre os teólogos que Deus, e não o homem, era o senhor do Universo; por isso, não havia por que a Terra estar exatamente no centro, e essas questões não diziam respeito à Igreja. Os maiores opositores, tanto de Copérnico como de Galileu, eram os eruditos aristotélicos.

Da mesma forma, Galileu não era ateu; muito pelo contrário, era profundamente católico e muito bem relacionado. Foi recebido pelo papa Clemente V, era amigo pessoal do cardeal Barberini, mais tarde papa Urbano VIII. Assim, quando propôs sua teoria, jamais teve a intenção de desafiar a autoridade da Igreja: estava apenas constatando o que as experimentações e os cálculos matemáticos afirmavam. O problema começou quando Galileu tentou explicar que o heliocentrismo estaria de acordo com as Escrituras, mas usando argumentos que entravam em choque com as doutrinas aceitas pela Igreja desde o Concílio de Trento.

Alguns religiosos, francamente adversários de Galileu por suas ideias, que eles interpretavam como “heréticas”, conseguiram ganhar a atenção da cúpula da Igreja para o tema e colocar Galileu diante da Inquisição. Foi um problema religioso, portanto, e também político, muito mais do que uma questão científica.

Convidado pelo papa Urbano VIII a retratar-se, Galileu publicou uma obra em forma de diálogo na qual um dos personagens manifestava as opiniões da Igreja (e repetia as palavras que o próprio papa havia dito) de um modo ridículo e simplório. Com essa ousadia (publicada em italiano, e não em latim, o que lhe dava um caráter de divulgação popular e não de teoria científica), Galileu perdeu seu maior aliado, o papa, e precisou enfrentar acusações de heresia. Conta-se que Galileu, após sair da sala do tribunal, teria dito *“e pur si muove”* (“E, no entanto, [a Terra] se move.”)

A Igreja continuaria por muito tempo admitindo o sistema geocêntrico, mas aos poucos o processo contra Galileu foi sendo revisto. No século XIX, todas as obras que defendiam o sistema copernicano foram removidas do Índice e, em 1992, o papa João Paulo II retratou-se pela forma como o processo contra Galileu foi conduzido.



CIÊNCIA x RELIGIÃO

Em razão dessa reação intensa da Igreja Católica às suas ideias, o julgamento de Galileu tornou-se, na noção popular, um dos exemplos mais dramáticos da oposição — que, na visão de alguns, é uma diferença irreconciliável — entre a ciência e a religião. Essa oposição colocaria, de um lado, a ciência progressista, aberta e livre de preconceitos, e de outro a religião, retrógrada e apenas preocupada em manter o seu poder a qualquer custo. Mas é importante analisarmos o julgamento de Galileu com cuidado, para podermos colocar essa discussão em termos mais precisos.

AUTOATIVIDADE



Prezado acadêmico, fica aqui uma sugestão de exercício: procure se informar sobre os argumentos que os criacionistas usam para justificar a sua oposição à teoria da evolução. Tente analisá-los a partir da sua própria lógica (ou seja, da teologia cristã), independentemente de sua opinião a respeito deles. Faça o mesmo com os argumentos da ciência. A seguir, tente refletir sobre os seguintes pontos: até que ponto, dentro da lógica criacionista, seus argumentos fazem sentido? E o conceito de evolução, por que é combatido por eles com tanta intensidade? E do ponto de vista estritamente científico, qual é o problema fundamental do criacionismo? Um cientista pode rejeitar o evolucionismo com base nos argumentos criacionistas? E, por fim, qual é a semelhança entre essa controvérsia e a oposição dos doutores da Igreja às teorias de Galileu?

3.4 O ÁPICE DA REVOLUÇÃO CIENTÍFICA: NEWTON

Isaac Newton nasceu no mesmo ano da morte de Galileu (1643) e foi, de certa forma, o continuador de sua obra. Também ele um polímata: Newton foi físico, filósofo, alquimista, teólogo e matemático e dirigiu a *Royal Society* de Londres, a mais prestigiada academia de ciências da Inglaterra. Suas contribuições para a Física são monumentais: entre várias outras coisas, estudou os fenômenos óticos, a gravitação, a hidrostática e sistematizou as leis do movimento (dinâmica) que levam o seu nome. Para fundamentar seus trabalhos, desenvolveu uma poderosa ferramenta matemática: o cálculo diferencial e integral.

Sua obra mais importante foi intitulada *Philosophiæ naturalis principia mathematica* (Princípios matemáticos da Filosofia Natural). Nos três volumes desta obra, Newton descreve as leis do movimento, da gravitação universal e os modelos matemáticos precisos que descrevem as leis dos movimentos dos planetas, que haviam sido elaboradas por Johannes Kepler (1571-1630). Os *Principia* são considerados uma das mais importantes obras científicas já escritas, e suas ideias estabeleceram os fundamentos da Física Clássica, que só seriam superados – mas não contestados – no início do século XX, com as teorias da Relatividade, de Einstein, e a Mecânica Quântica. Mas essas teorias só têm aplicação em casos extremos – para corpos com velocidades muito próximas à da luz no vácuo (300.000 km/s) e corpos muito pequenos (como átomos), respectivamente; para todos os casos da nossa realidade diária, a Física Clássica é perfeitamente adequada.

4 A FILOSOFIA DA REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

A Revolução Científica do século XVII pode ser entendida como a culminação de um longo processo de transformação da sociedade europeia — que terminou por influenciar, com variados graus de profundidade, o mundo todo —, não apenas dos pontos de vista econômico, político e religioso, mas também no terreno das mentalidades.

Retornemos agora, brevemente, às discussões do início da nossa disciplina, para esclarecer melhor esse ponto e tentar entender o significado que a Revolução Científica teve para o nosso mundo.

4.1 A MATEMATIZAÇÃO DA NATUREZA

Um elemento importante para a formulação dos conceitos da ciência moderna foi a descrição do mundo a partir de pressupostos matemáticos, o que permitiu a criação de modelos previsíveis e exatos para se entender a realidade.



Cuidado com os conceitos em ciência. Um modelo "exato" não significa necessariamente "correto", muito menos "perfeito", mas sim "preciso", ou seja, que consegue descrever um fenômeno com um grau bastante grande de precisão, e que tem coerência filosófica e matemática. Lembre-se de que a ciência não tem dogmas, apenas teorias; qualquer teoria, por mais antiga e bem estabelecida que esteja, pode ser questionada se os resultados observados não estiverem de acordo com o que ela prevê. Foi o caso das teorias de Newton, que, quase 300 anos depois, foram questionadas pela Relatividade de Einstein. Não existem certezas absolutas nem imutáveis em ciência, assim como não faz sentido falar em crenças científicas.

Um dos principais formuladores do conceito de matematização do mundo foi o filósofo e matemático francês René Descartes (1596-1650). Descartes, um dos maiores racionalistas modernos, entendia que seria possível deduzir, a partir de pressupostos puramente matemáticos, um conjunto lógico de conhecimentos que valeriam para todo o Universo. O método cartesiano, contido em seu famoso livro "O discurso do método" (1637), descrevia os passos para se chegar a tal conhecimento. Descartes concebia o mundo como um sistema mecânico perfeito, posto em funcionamento pela matemática (conforme Newton descreveria alguns anos depois), e que, portanto, poderia ser conhecido com exatidão.

Segundo Descartes (1973, p. 45-46), para identificar a verdade basta seguir quatro regras ou princípios, que são:

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir.

A influência de Descartes na filosofia e na matemática foi extraordinária; a partir dele, todas as principais obras faziam referência à sua, fosse para concordar ou para discordar de suas conclusões.

4.2 O EMPIRISMO

A experimentação é um dos métodos mais consagrados dentro da prática científica. Algumas áreas da ciência, por sinal, são extremamente experimentais: é o caso da Química, que sempre dependeu das experiências em laboratório para a formulação de suas teorias, e de diversos ramos da Física Clássica – algumas chegam mesmo a basear-se em equações muito simples e complementadas por diversos dados experimentais a serem medidos.

O método científico mais rígido estabelece que uma experiência, para ter o *status* de científica, precisa atender, entre outros, ao requisito de ter sido testada em experiências controladas e que possam ser reproduzidas à exatidão em qualquer lugar. Essa definição levou a um impasse em relação às chamadas Ciências Humanas (História, Sociologia, Antropologia etc.), pois dificilmente os dados com que elas trabalham podem ser medidos ou reproduzidos em laboratório; é impossível, por exemplo, repetir todos os elementos que levaram a um fato histórico, ou absolutamente todas as condições sociais envolvidas em um fato social – e igualmente impossível criar uma equação para descrever esses fatos. Portanto, pela definição mais tradicional de ciência, essas áreas do conhecimento não seriam consideradas científicas.

4.3 A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO

Alguns estudiosos recentes, como Michel Foucault (1926-1984) e Michel de Certeau (1925-1986), consideravam que uma das características da modernidade que mais aparece na ciência é a ideia de que, para dominar uma determinada atividade, é necessário descrevê-la com precisão, separar as suas diferentes partes (análise) e examiná-las uma a uma. Na medicina e na anatomia, essa “nomeação” e ocupação dos espaços é a regra desde o Renascimento.

Veja como Michel de Certeau (1982, p. 15) descreve a “interpretação do corpo”:

A medicina moderna é uma imagem decisiva deste processo, a partir do momento em que o corpo se torna um quadro legível e, portanto, traduzível naquilo que se pode escrever num espaço de linguagem. Graças ao desdobramento do corpo, diante do olhar, o que dele é visto e o que dele é sabido pode se superpor ou se intercambiar (se traduzir). O corpo é um código

à espera de ser decifrado. Do século XVII ao XVIII, o que torna possível a convertibilidade do corpo visto em corpo sabido, ou da organização espacial do corpo em organização semântica de um vocabulário – e inversamente –, é a transformação do corpo em extensão, em interioridade aberta como a de um livro, em cadáver mudo exposto ao olhar.

Ou seja, o que Certeau pretende dizer em sua linguagem difícil é que, do ponto de vista científico, o corpo só passa a existir no momento em que recebe nomes, em que cada uma de suas partes é definida com precisão. A partir deste momento, o corpo – e a saúde como um todo – passa a ser objeto de estudo da ciência e se sujeita aos mesmos critérios de investigação, formulação e verificação de hipóteses que os demais fenômenos da natureza.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, boa parte do debate teórico das ciências humanas atualmente se baseia na obra de Michel Foucault. Foucault desenvolveu um sistema teórico extremamente útil para o entendimento de questões como o poder, o significado do saber e o papel dos intelectuais, entre dezenas de outras. Embora escrevesse em uma linguagem complexa para os "não iniciados", sua leitura é insubstituível para se entender essas questões em profundidade. Se você tiver interesse em entender as concepções mais atuais de poder, é uma boa sugestão exercitar suas habilidades de leitura com alguns de seus textos. Uma das sugestões de leitura é: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

4.4 O DESENCANTAMENTO DO MUNDO

Por fim, uma das características da constituição da modernidade foi o processo de desencantamento do mundo. O imaginário medieval e renascentista era repleto de fenômenos inexplicáveis, monstros fabulosos e manifestações divinas. Isso fica bem claro nos relatos dos exploradores da América, que esperavam encontrar seres exóticos do outro lado do mundo (os antípodas) e locais fantásticos ou milagrosos nas novas terras (como a fonte da juventude). Aos poucos, a exploração dos territórios até então desconhecidos e o predomínio da razão sobre as especulações foram retirando do pensamento europeu esse componente mágico ou fantástico, e fenômenos que antes eram tidos como reais passaram a ser desqualificados como superstições. A Ciência, ao ser capaz de explicar (quase) todos os fenômenos, matematizar a realidade e nomear o desconhecido, criou um modelo previsível de universo, que passou a ser considerado a única forma aceitável de se entendê-lo.

A partir de então, as explicações do mundo passariam a se apoiar em razões materiais, não mais recorrendo a justificativas míticas ou mesmo religiosas. O anticlericalismo e o racionalismo iluministas, a “física social” do Positivismo e o materialismo histórico do Marxismo são fenômenos modernos, pois se baseiam no método científico para tecer suas descrições da sociedade.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você viu que:

- A ciência moderna, que teve o auge de seu desenvolvimento no século XVII, teve suas origens no pensamento escolástico medieval, influenciado pela investigação dos gregos, romanos e árabes.
- O método científico moderno se baseia em três ideias centrais: matematização, experimentação e simplicidade na formulação das hipóteses, noções que surgiram durante a Idade Média.
- Duas ciências foram fundamentais no desenvolvimento da ciência moderna: a Astronomia, que se baseava na obra de Aristóteles e Ptolomeu, e a Medicina, baseada em Hipócrates e Galeno.
- A Cosmologia aristotélico-ptolemaica foi contestada por Nicolau Copérnico no século XVI, e mais tarde Galileu Galilei enfrentou a Inquisição pela defesa que fez das ideias copernicanas.
- A condenação de Galileu, que costuma ser vista como uma “prova” de que Ciência e Religião não conseguem se entender, teve muito mais a ver com a crítica de Galileu à Igreja do que com as ideias científicas que defendia.
- Isaac Newton sistematizou as leis da Física Clássica e descreveu o universo a partir de pressupostos matemáticos; o pensamento newtoniano gerava a ideia de um universo que funcionava como uma máquina perfeita.
- A ciência moderna foi fundamental para o processo de “desencantamento do mundo” característico da modernidade, ao recusar as interpretações que não fossem racionais, eliminando a necessidade de elementos sobrenaturais.

AUTOATIVIDADE



- 1 De que forma a Astronomia e a Medicina, estabelecidas como ciências a partir do Renascimento, contribuíram para retirar o ser humano do lugar de “centro do universo”, que ele desfrutava desde a Idade Média?
- 2 Busque informações sobre Giordano Bruno e sua condenação à morte na fogueira pela Igreja Católica em 1600. Quais foram os motivos dessa condenação? Que diferenças e semelhanças esse processo guarda com o de Galileu, alguns anos depois?
- 3 Alguns dos grandes astrônomos do século XVII, como Newton e Kepler, eram também entusiastas da astrologia e profundamente religiosos. O que pode explicar essa aparente contradição?



O ILUMINISMO E O DESPOTISMO ESCLARECIDO

1 INTRODUÇÃO

O século XVIII foi palco de diversas revoluções. A Revolução Industrial transformou as formas de produção, aumentando a riqueza disponível no mundo e proporcionando uma época de prosperidade sem precedentes – ao lado de uma miséria que jamais havia sido vista. No final do século, dois movimentos políticos causaram uma enorme transformação política, derrubando o sistema absolutista baseado no direito divino e instituindo a noção de que o poder pertence ao povo e deve ser exercido em nome dele. Esses movimentos – a independência dos Estados Unidos da América e os levantes ocorridos na França a partir de 1789, que ficaram conhecidos como Revolução Francesa – foram possíveis graças a uma profunda transformação filosófica que vinha ocorrendo desde o início do século XVIII, e que levou à formulação de todas as teorias políticas que seriam postas em prática mais tarde. Essa transformação filosófica ganhou o nome de Iluminismo.

O Iluminismo foi mais do que um simples movimento de renovação filosófica; foi uma busca por libertação empreendida em nome do progresso da humanidade, que levou filósofos em várias regiões da Europa e da América a questionarem as estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes. A ideia central do Iluminismo era a de que os indivíduos deveriam ter o direito de desenvolver ao máximo as suas habilidades e de agir com pleno domínio sobre si próprios. Tratava-se, no dizer de Immanuel Kant (-), da “saída do homem de sua menoridade”; ou seja, os Iluministas desejavam a emancipação das pessoas, o seu amadurecimento como seres humanos, o que exigia que eles agissem com total responsabilidade.

Para que isso fosse possível, no entanto, os iluministas sentiam a necessidade de combater algumas estruturas sociais que, no seu entender, representavam entraves à libertação dos indivíduos. Dentre elas, as mais claras eram, no caso da França, o sistema de privilégios da nobreza e o grande poder político e ideológico da Igreja Católica. Por este motivo, o movimento do Iluminismo deu origem a uma série de questionamentos a essas estruturas e, mais tarde, movimentos baseados nesses ideais transformadores dariam origem a grandes revoluções políticas em diversas partes do mundo.

2 O CONTEXTO DO ILUMINISMO

O reinado de Luís XIV, que durou quase 70 anos, foi o auge do absolutismo francês. Nesse longo período, a França conseguiu deter a hegemonia espanhola no continente, afirmar-se como grande potência mundial e estabelecer uma ordem política interna bastante conveniente aos interesses da nobreza. A corte real de Versalhes mantinha os nobres sob controle e o poder real inatacado, mas custava uma enormidade de dinheiro aos cofres do país. Por muito tempo esses custos elevados não haviam sido um problema sério, mas após a morte de Luís XIV, em 1715, seus sucessores – seu bisneto Luís XV e o neto deste, Luís XVI – não tiveram o mesmo sucesso em manter uma corte harmoniosa.

2.1 UMA ÉPOCA DE PROSPERIDADE

Apesar disso, o século XVIII foi de relativa tranquilidade social. Resolvidos os sangrentos conflitos políticos e religiosos do século anterior, a população da Europa conheceu um crescimento extraordinário, chegando a 200 milhões de habitantes por volta de 1800. Esse aumento foi ao mesmo tempo causa e consequência de importantes transformações, como a melhoria dos sistemas de transportes e de comunicações, um novo impulso no comércio e o desenvolvimento da atividade manufatureira. A grande quantidade de ouro vinda da América Espanhola no século XVII e do Brasil no século XVIII provocou (como já afirmado anteriormente) uma enorme inflação por todo o continente. Com isso, o poder econômico dos burgueses cresceu, já que sempre era possível aumentar os preços de cada acordo. Mas para a nobreza, especialmente na França, onde ela ainda era sustentada pelos diversos privilégios feudais e mantida pela corte luxuosa e caríssima de Versalhes, os efeitos foram opostos: sem possibilidade de aumentar as suas rendas e cada vez necessitando de mais recursos para manter seu padrão de vida, os estratos privilegiados da sociedade francesa sofreram um visível desgaste de sua condição econômica, e o próprio Estado sentiu um aumento considerável em suas despesas, seja com luxo ou com as guerras.



Talvez você tenha se surpreendido com a manutenção de privilégios feudais em pleno século XVIII na França. Mas essa é uma das demonstrações de que algumas estruturas sociais demoram muito para morrer. Não esqueça, o Estado Nacional foi criado a partir de estruturas mais antigas, feudais, e herdou dessa época a sua organização. E dentro desse Estado baseado na nobreza, esses privilégios eram um elemento fundamental. Os privilégios de nobreza só foram abolidos, na França, com a Revolução de 1789.

Contudo, as transformações econômicas e sociais da época não foram acompanhadas de mudanças equivalentes do ponto de vista político. A estrutura política das monarquias europeias continuava inalterada, ainda baseada no princípio da desigualdade que caracteriza a sociedade da nobreza. A burguesia, cada vez mais próspera, começou aos poucos a sentir-se injustiçada dentro desse sistema, e ideias de transformação começaram a surgir.

2.2 OS EFEITOS DA REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

A Revolução Científica do século XVII, com sua ênfase na descrição da estrutura do Universo a partir de elementos matemáticos e leis naturais imutáveis, trouxe a ideia de que a natureza era lógica, racional e previsível. A filosofia e a matemática de René Descartes e, mais tarde, de Gottfried Leibniz, forneciam os fundamentos necessários para descrever essa natureza. As observações de Galileu Galilei e os cálculos de Johannes Kepler demonstravam que essa teoria tinha confirmação prática. A espantosa exatidão das teorias de Isaac Newton parecia confirmar a impressão de que o Universo funcionava como uma máquina, sem qualquer necessidade de uma força superior que regulasse o seu movimento, nem o recurso à magia ou interferências divinas milagrosas. Todas essas influências geravam um clima de profundo otimismo e uma sensação de que a natureza podia ser plenamente conhecida e controlada.



Apesar disso, o próprio Isaac Newton, que era profundamente religioso e escreveu mais em sua vida sobre religião do que sobre ciência, rejeitava essa ideia de um Universo sem Deus; em uma analogia que se tornou célebre, afirmou que se o Universo fosse um relógio, Deus seria o relojoeiro que o criou e o pôs em movimento.

2.3 O EMPIRISMO INGLÊS

A Revolução Científica exerceu também uma profunda influência sobre a filosofia inglesa. A contribuição de cientistas ingleses como Isaac Newton e Robert Hooke foi, no entanto, muito além de uma descrição matemática da natureza dentro da tradição cartesiana. Seus métodos de trabalho incluíam a experimentação e a formulação de hipóteses com base em observações da natureza – ou seja, a ciência continha um elemento fortemente empírico. Os filósofos da época sentiam que esse era um componente importante do conhecimento, e começaram aos poucos a afastar-se do pensamento cartesiano, que se concentrava na lógica e na razão e não

exigia experimentações. A noção de que as ideias existem independentemente dos fenômenos que elas descrevem, característica de Descartes, não fazia sentido para filósofos como John Locke e David Hume, que desejavam buscar na observação do mundo os elementos para compreendê-lo.

As revoluções inglesas do século XVII também foram um componente fundamental para a consolidação do empirismo inglês. As obras de Thomas Hobbes e de John Locke refletem muito bem as transformações pelas quais a Inglaterra passou nesse processo. Hobbes, escrevendo durante o conflito entre Carlos I e o Parlamento, afirmava que o ser humano dependia de um poder forte e centralizado na monarquia absolutista para poder viver em sociedade; já Locke, um ano depois da Revolução Gloriosa, entendia que os indivíduos se constituíram em sociedade porque decidiram abrir mão voluntariamente de sua liberdade absoluta e do seu “estado de natureza” em prol do bem comum. Assim, o Estado teria sido criado para garantir a eles a vida em sociedade e os direitos individuais, entre os quais o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Locke é o principal porta-voz da monarquia parlamentarista estabelecida na Inglaterra em 1688, e tanto seu pensamento como a forma política que o inspirou teriam uma influência marcante no pensamento político francês do século seguinte. Tanto um como outro trouxeram uma noção nova de liberdade para o pensamento europeu e serviram de estímulo para pensadores do continente que desejavam fazer transformações semelhantes em seus países.

3 O PENSAMENTO ILUMINISTA

Como já foi dito, havia uma sensação generalizada de que seria possível descrever o funcionamento de toda a natureza a partir do método científico, e não demorou muito até que essa crença fosse estendida ao funcionamento da sociedade humana. Sob a influência de pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Baruch Spinoza, surgiu a noção de que os seres humanos deveriam receber, através do Estado, as condições que lhes permitissem gozar dos direitos básicos: a vida e a liberdade. Se o universo poderia ser descrito racionalmente, também o ser humano deveria ser guiado pela razão; tudo o que fosse contrário à razão seria também contrário à humanidade. Afinal de contas, o ser humano está sujeito às leis naturais, e por essas leis não há distinção entre nobres e plebeus, nem o rei é um homem diferente dos outros. O poder do rei não viria, então, de Deus, mas sim do consentimento de seus governados, e era em benefício deles que deveria ser exercido. Dessa forma, todo o governante que não cumprisse o seu dever de garantir os direitos básicos aos homens não estaria sendo racional nem seguindo o rumo natural das coisas.

Foi com isso em mente que pensadores franceses, em geral provenientes da burguesia e descontentes com a pouca atenção que sua classe social continuava recebendo dos poderes monárquicos, entenderam que esses poderes, por oporem-se à prosperidade do país (que, como se percebe, eles nitidamente confundiam

com seus próprios interesses), deveriam ser transformados. De acordo com esses pensadores, a sociedade estava cega porque teria sido mantida na escuridão pelos poderes constituídos, controlados com mão de ferro pelo rei e doutrinados pela Igreja para a cegueira e a inconsciência. Seria, portanto, necessário remover as trevas da ignorância; ou seja, iluminar ou esclarecer o mundo.



Prezado acadêmico, se você quiser saber mais sobre o Iluminismo acesse o seguinte site: <<http://www.brasilecola.com/historiag/iluminismo.htm>>. Este site apresenta informações detalhadas sobre os precursores do movimento (no que chama de Pré-Iluminismo) e dos principais expoentes do Iluminismo francês.

3.1 RAZÃO E LIBERDADE

O princípio central das ideias iluministas era o recurso à razão como forma de se investigar qualquer aspecto da sociedade; nenhum tema deveria ser descartado como objeto de investigação, desde que fosse feito de acordo com um método racional, e nenhum estudo poderia se aproximar da verdade se não fosse executado e divulgado livremente. A liberdade era, assim, uma questão fundamental dentro desse pensamento: o homem deveria ser livre para pensar, para agir e para atuar politicamente. Não seria aceitável puni-lo por dizer o que pensa, por mais que suas ideias se chocassem com outras.

A busca incessante pela formulação das leis da natureza e da descrição dos fenômenos particulares levou também à constituição de uma filosofia individualista, que afirmava que os direitos individuais não precisavam ser fundados necessariamente na tradição. Este era mais um ponto de conflito entre os iluministas e os poderes constituídos – Estado absolutista e Igreja –, todos fundados em séculos de tradição e baseados em uma autoridade divina. O conceito cartesiano de sujeito pensante foi desenvolvido para representar o indivíduo que toma decisões com base na razão e sem se prender aos dogmas ou à tradição preestabelecida.

O grande símbolo do pensamento iluminista francês é François Marie Arouet, conhecido como Voltaire (1694-1778). Voltaire não chegou a elaborar um sistema organizado de ideias, como fizeram Rousseau, Montesquieu e outros, mas foi um dos mais ardorosos defensores da liberdade individual do período. Aos 32 anos de idade, Voltaire precisou exilar-se na Inglaterra, onde ficou fascinado pelas ideias de Locke e Newton. O modelo político do país lhe pareceu o ideal, e ele passou a defender ideias semelhantes para a França. Diversas vezes preso, de espírito contestador e fortemente anticlerical, ele exerceu uma influência profunda sobre os pensadores posteriores.

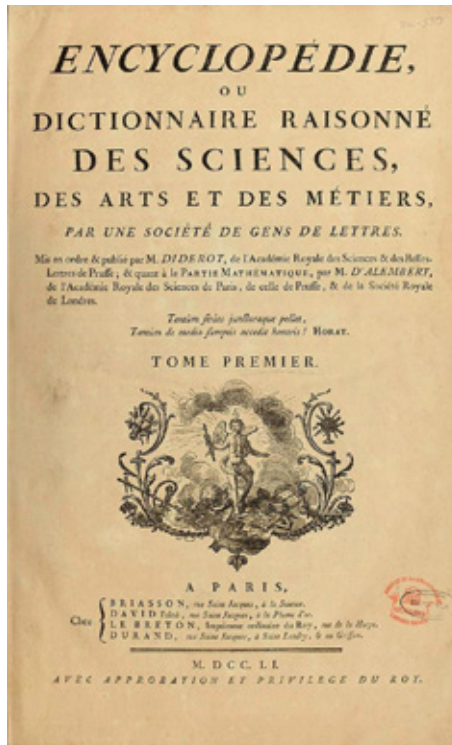
Também nas regiões alemãs as mudanças se faziam sentir. Mais para o final do século, um filósofo que vivia na pequena e remota Königsberg, na Prússia (hoje a cidade russa de Kaliningrado), exprimiu claramente a ambição iluminista de transformação da humanidade. Respondendo à pergunta “O que é *Aufklärung*” (o termo alemão para Iluminismo), Immanuel Kant definiu o movimento como “a saída do homem de sua própria menoridade, da qual ele próprio é culpado.” Menoridade, para ele, era a submissão voluntária a um dogma, uma crença ou uma dominação, à qual as pessoas se submetem por preguiça ou covardia, por ser mais cômodo deixar a outra pessoa a tarefa de decidir por elas. E conclamava: “*Sapere aude!*” (ousai saber!) Esta é a ambição central do pensamento iluminista.

Até mesmo nas colônias inglesas da América o pensamento iluminista exerceu uma grande influência no século XVIII. Os *Founding Fathers* (pais fundadores) dos Estados Unidos elaboraram conceitos bastante avançados de poder e de economia, baseados nas ideias que chegavam do outro lado do oceano. Essas ideias foram postas em prática com a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a elaboração da Constituição, que têm um conteúdo iluminista extremamente marcado. O filósofo político Thomas Jefferson, o cientista e teórico político Benjamin Franklin e James Madison, principal autor da Constituição dos EUA, estão entre as principais figuras do iluminismo norte-americano.

3.2 O ENCICLOPEDISMO

Uma das principais ferramentas de difusão do pensamento iluminista pelo mundo foi a *Encyclopédie*, publicada na França a partir de 1752. Esta obra monumental, que chegou a ter 17 volumes de artigos e 11 de ilustrações, e uma tiragem três vezes maior do que o normal para o século XVIII, alcançou uma enorme repercussão em grande parte do mundo. O objetivo da obra era contribuir para a sistematização e divulgação de todo o conhecimento acumulado até então, e seus organizadores, Jean le Rond D’Alembert e Dennis Diderot, tinham a intenção declarada de transformar o pensamento das pessoas. A obra reunia artigos de alguns dos principais pensadores da época, como o filósofo Condillac, os filósofos políticos Voltaire, Rousseau e Montesquieu, os economistas Turgot e Quesnay e muitos outros.

FIGURA 6 – FAC-SÍMILE DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA ENCYCLOPÉDIE FRANCESA



FONTE: <<http://pagesperso-orange.fr/stanislas/gastronomie/encyclopedie%20diderot.jpg>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

3.3 ○ LIBERALISMO

Os pensadores iluministas lutavam contra as amarras que a sociedade da época impunha ao pensamento e à atuação individual. Em sua defesa da liberdade em suas mais variadas formas, eles deram origem a um movimento conhecido por Liberalismo, que teve desdobramentos em diversas áreas diferentes. Essencialmente, o Liberalismo consistia em uma defesa apaixonada do direito individual e da liberdade total que as pessoas deveriam ter de se expressarem e atuarem em sociedade como achassem melhor – dentro, é claro, de alguns limites razoáveis, mas que eram muito mais flexíveis do que os rígidos impedimentos que a sociedade nobiliárquica impunha. Dependendo da área de atuação, o liberalismo teve desdobramentos na política, na economia e na sociedade e, de uma certa forma, constituiu-se no ponto central do Iluminismo.

As diversas explicações para o fenômeno do Liberalismo costumam vincular essa forma de pensamento à atuação da burguesia, que desejava um mercado livre de regulamentações excessivas e de restrições à produção. Embora os aspectos econômicos sejam parte importante da explicação, não se pode reduzir

o liberalismo (ou mesmo o Iluminismo) a uma luta de classes entre burguesia e nobreza; diversos outros elementos têm que ser levados em consideração para se compreender o fenômeno. A influência política inglesa foi certamente um elemento muito importante para o desenvolvimento do iluminismo e do liberalismo continentais, especialmente pela influência que exerceu sobre Voltaire. Igualmente importante foi a revolução científica, que, como já dissemos, proporcionou uma sensação de controle sobre a natureza e um entendimento do mundo sem a necessidade de se recorrer à tradição estabelecida.

3.3.1 O liberalismo político

As duas noções essenciais dentro do pensamento liberal eram a de liberdade e de individualidade. A sociedade era entendida, dentro dessa linha de pensamento, como sendo composta de uma reunião de pessoas, que se juntam em sociedade para o melhor benefício de cada uma delas, mas que têm o direito de preservar a sua individualidade. A função do Estado, dentro dessa perspectiva, deve se limitar a garantir a plena realização desses direitos.

Dos pensadores empiristas ingleses, o liberalismo retirou as reflexões sobre o papel do Estado em relação ao indivíduo. No entanto, as reflexões desses pensadores não pareciam suficientes para os franceses. Jean-Jacques Rousseau discordava de Hobbes ao negar que o contrato entre os indivíduos poria fim, por si só, ao estado de guerra entre eles. Ao mesmo tempo, não aceitava a tese de Locke de que a propriedade privada era um direito inegável do indivíduo. Para Rousseau, os pobres nada tinham a ganhar com isso, e os interesses egoístas dos indivíduos eram prejudiciais ao interesse geral. A sociedade só funcionaria adequadamente se o Contrato Social estabelecido entre os indivíduos fosse regido por uma inteligência superior, que não estivesse sujeita a interesses particulares, mas pudesse prevalecer sobre todos. Esta seria a função dos governos.

Para que essa independência dos governos pudesse ocorrer, seria necessário que ninguém pudesse concentrar poder demais em suas mãos. Este é o ponto central da argumentação de Charles Louis de Secondat, barão de Montesquieu (1689-1755), sobre a divisão tripartite (em três partes) dos poderes do Estado. O poder Legislativo, encarregado de determinar as leis que valeriam para toda a sociedade, deveria estar separado do poder Executivo, órgão encarregado de fazer cumprir essas leis. A essa ideia, que já estava em John Locke, Montesquieu reuniu um terceiro poder, o Judiciário, que fiscalizaria e puniria os que descumprissem as regras estabelecidas. De acordo com Montesquieu, se houvesse um desequilíbrio entre as atribuições desses três poderes, a sociedade degeneraria para um estado de dominação autoritária, pois um dos grupos de poder teria uma influência exagerada sobre a sociedade e conseguiria com mais facilidade impor seus interesses a uma sociedade indefesa.

Sendo o povo a fonte de legitimidade dos governos, era justo que lhe fosse dado o direito de escolher quem seriam os representantes desse governo. Portanto, o liberalismo político passou a defender a realização de eleições para se escolher esses representantes, vendo nelas a forma mais legítima de atuação política da população; se os governantes não estivessem de acordo com as aspirações daqueles que os elegeram, o povo teria o pleno direito de destituir aquele governo e estabelecer um novo que fosse mais adequado às suas necessidades.



Como veremos no próximo tópico, foi esta ideia que inspirou o movimento de independência dos Estados Unidos e a própria Revolução Francesa.

3.3.2 O liberalismo econômico

Do ponto de vista econômico, o pensamento liberal criticava as restrições estabelecidas ao livre comércio e pregava uma total liberdade de atuação econômica. A política mercantilista, para seus críticos, era contrária aos interesses do país, por não ser a melhor forma de se gerar os recursos necessários. O mercantilismo, por se basear em uma troca de produtos por dinheiro, não criava riqueza, apenas a redistribuía. As inúmeras restrições à saída de ouro e prata criavam uma situação antinatural, para eles, porque pressionava os preços artificialmente para cima, impedindo a aplicação do preço justo para cada mercadoria. Para François Quesnay, o principal desses pensadores, a verdadeira fonte de riqueza era a terra, pois era a partir da produção agrícola que se poderia gerar nova riqueza, em vez de simplesmente se redistribuir a que já existia. Por causa disso, eles passaram a ser conhecidos como fisiocratas (do grego *physis*, natureza, e *krátos*, poder). Os fisiocratas resumiram sua postura em relação à economia na célebre frase "*Laissez faire, laissez passer*" ("Deixe fazer, deixe passar").

Neste sentido, veja como François Quesnay (1981, p. 152) entende o pensamento liberal. Acompanhe!

Que o soberano e a nação nunca percam de vista que a terra é a última fonte de riquezas e que o agricultor que as multiplica [...]. Que a propriedade dos bens fundiários e das riquezas mobiliárias seja assegurada aos possuidores legítimos, pois a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem econômica da sociedade [...]. Que uma nação que tem um grande território a

cultivar e a facilidade de exercer um grande comércio dos gêneros agrícolas não alargue demasiadamente o emprego do dinheiro e dos homens às manufaturas e ao comércio de luxo, em prejuízo dos trabalhos e das despesas da agricultura; pois, preferentemente a tudo, o reino deve ser bem povoado de ricos cultivadores [...]. Que se favoreça a multiplicação dos gados, pois são eles que fornecem às terras o estrume que produz ricas colheitas [...]. Que cada um seja livre de cultivar no seu campo as produções que o seu interesse, as suas faculdades e a natureza do terreno lhe sugiram para obter maior produção possível [...]. Que se mantenha a mais inteira liberdade de comércio [...].



Para um entendimento maior sobre os fisiocratas e o papel da agricultura na história econômica, leia o artigo de CORAZZA, Gentil e MARTINELLI Jr., Orlando. Agricultura e questão agrária na História do pensamento econômico. Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, v. 10, n.19, novembro 2002. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n19_2002_art1.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2008.

Na Grã-Bretanha, o economista escocês Adam Smith (1723-1790) trouxe também uma contribuição fundamental para a ciência econômica que surgia, ao teorizar sobre as formas de produção e distribuição de riquezas. Para Smith, o trabalho era a força que gerava a riqueza de um país, pois era através da aplicação de trabalho sobre um objeto que ele poderia ser convertido em outro mais útil e, portanto, mais valioso. E a melhor forma de se aumentar a produtividade do trabalho seria dividi-lo em etapas especializadas, de modo que cada trabalhador se aperfeiçoasse em uma única etapa do processo a ponto de executá-la com maestria. Dessa forma, seria possível ter um produto mais bem elaborado, mais valioso e com o menor desperdício de recursos possível.

Adam Smith afirmava que os interesses pessoais dentro da sociedade, embora fossem conflitantes entre si, acabavam convergindo todos para um bem comum. Por exemplo, um padeiro não trabalha por devoção aos clientes, mas por desejar seu dinheiro; ao fazê-lo, atende também às necessidades da comunidade. Quanto ao preço de seu produto, será fruto de uma negociação entre ele e os consumidores: deverá ser alto o bastante para cobrir os custos de produção e de reprodução do produto (para se produzir mais), e baixo o bastante para que os consumidores possam pagar por ele. Qualquer tentativa externa de interferência, argumenta Smith, será contrária à lei natural, e será rejeitada pelos agentes econômicos; para ele, há uma “mão invisível” que regula os preços, sempre no melhor interesse de todos.

4 O DESPOTISMO ESCLARECIDO

Despotismo Esclarecido é uma forma de governo que foi adotada por diversos monarcas da Europa no século XVIII e tinha o propósito de promover reformas em seus países com base nas ideias iluministas. Esta forma de governo não se baseava apenas no direito absolutista, mas na ideia de um contrato entre os governados e o rei.

As principais reformas executadas pelos déspotas esclarecidos tratavam de limitar o poder da Igreja em seus territórios (especialmente nos países católicos, como a Áustria e Portugal), reformar os sistemas educacionais criando-se escolas públicas e aperfeiçoar os sistemas de arrecadação de tributos, de modo a garantir o equilíbrio do orçamento sempre que possível.

Alguns dos principais déspotas esclarecidos europeus foram (as datas se referem ao período de governo):

Pedro I, o Grande (1696-1725) e Catarina II da Rússia (1762-1796) promoveram extensas reformas na Rússia, conquistando a Sibéria e ocidentalizando o país.

José II da Áustria (1780-1790) tentou promover uma reforma agrária e diminuiu o poder da Igreja Católica no seu país.

Frederico II da Prússia (1740-1786) preparou a industrialização da Prússia ao construir canais de irrigação e transporte, reformular as estruturas tributária e educacional do país e dotá-lo de uma burocracia moderna. Também favoreceu a tolerância religiosa, tentando atrair talentos de todas as origens para seu reino. É considerado o grande modelo de déspota esclarecido.

Carlos III da Espanha (1716-1788) efetuou várias reformas administrativas e tributárias e combateu o poder da Igreja, suprimindo a Inquisição e expulsando os jesuítas.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1750-1777), foi o principal ministro do rei D. José I de Portugal, e governou em seu nome durante quase trinta anos. Pombal reconstruiu Lisboa após o terremoto de 1755 e promoveu várias reformas na estrutura do país: combateu o poder da Igreja, expulsou os jesuítas das colônias, criou escolas seculares (não ligadas à religião) e reformulou a estrutura de arrecadação dos impostos. Durante sua administração foi autorizada a criação de manufaturas e da imprensa nas colônias, o que mais tarde seria revogado pela rainha Maria I.

O fenômeno do despotismo esclarecido é complexo, e não pode ser resumido a um oportunismo de tiranos que desejavam manter o seu poder a todo custo. Havia, é claro, alguns que tinham esse como seu principal objetivo, e

certamente nenhum desses governantes era desapegado do poder. Mas é preciso ter em mente que os déspotas esclarecidos, por viverem em um período de grande efervescência cultural, foram de alguma forma influenciados por ela, e geralmente suas atitudes reformistas eram tomadas com base no que entendiam ser o melhor para seus países. E isso incluía, muitas vezes, desfazer-se de tradições ou instituições antigas, como a influência da Igreja, que, dentro de um pensamento mais alinhado com o Iluminista, teria uma interferência exagerada no poder.

Também não devemos condenar os déspotas esclarecidos por desejarem manter intacto seu poder. Raríssimos são os casos de governantes, especialmente os absolutistas, que abrem mão dele voluntariamente. A própria concentração de poder na mão desses governantess foi, justamente, o que permitiu que as reformas que eles propuseram pudessem ser executadas tão facilmente em vários casos. De qualquer forma, o despotismo esclarecido não deve ser entendido apenas como uma apropriação oportunista de algumas ideias iluministas, mas também como tentativas de se implantar algumas dessas ideias (mas não todas) a partir de cima, ou seja, antes que o clamor popular pelas reformas viesse a aparecer.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu que:

- O Iluminismo foi um movimento de renovação cultural ocorrido na Europa no século XVIII, caracterizado pelo racionalismo e pelo combate à autoridade absolutista dos reis e ao poder da Igreja.
- O Iluminismo ocorreu em um contexto de prosperidade econômica na Europa e de transformações culturais geradas pela Revolução Científica do século XVII.
- O pensamento iluminista foi muito influenciado pelos pensadores do século anterior, tanto dos que seguiam a tradição filosófica cartesiana como dos empiristas ingleses.
- Os grandes fundamentos do Iluminismo – racionalidade e liberdade individual – ganharam grande expressão no pensamento de filósofos como Voltaire e Kant.
- A Enciclopédia, obra que desejava reunir todo o conhecimento humano, teve papel fundamental na difusão dos ideais iluministas.
- A noção de liberdade individual deu origem à ideologia do liberalismo, que teve como principais vertentes o liberalismo político e o liberalismo econômico.
- O liberalismo político afirmava que a autoridade do governante vinha do povo e em seu nome deveria ser exercida. O povo teria o direito de escolher seus governantes, que não poderiam deter um poder excessivo e poderiam ser substituídos, caso não estivessem governando de acordo com o interesse popular.
- O liberalismo econômico desejava a derrubada das restrições ao comércio e dos monopólios mercantilistas. O lema do liberalismo econômico era “*laissez-faire, laissez passer*” (“deixe fazer, deixe passar”).
- O despotismo esclarecido foi uma atitude política de diversos governantes absolutistas do século XVIII de promover reformas em seus países com base nas ideias iluministas.

AUTOATIVIDADE



- 1 Qual a importância de Isaac Newton para o Iluminismo?
- 2 Relacione a frase a seguir aos aspectos do Antigo Regime considerados ultrapassados pelos iluministas:

“Sapere aude! Tem coragem de fazer uso do teu próprio entendimento, tal é o lema do Esclarecimento.” (Immanuel Kant, op. Cit., p. 100)



A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial recebeu esse nome porque gerou uma transformação radical em toda a capacidade produtiva do mundo, em especial na Inglaterra, Europa e Estados Unidos, os primeiros lugares onde ela aconteceu. Mas ela foi mais do que uma simples transformação econômica: foi um processo muito mais amplo, que alterou para sempre os grupos sociais e praticamente todos os outros aspectos dos países em que ocorreu. Isso nos parece óbvio quando pensamos nas classes operárias e nos industriais, mas mesmo os grupos aparentemente não relacionados a eles, como camponeses, nobres, artistas e escravos, tiveram seus modos de vida alterados de uma forma ou de outra. Várias formas novas de atuação política foram criadas sob sua influência – liberalismo econômico, marxismo, anarquismo e muitas outras.

Juntamente com o outro grande movimento revolucionário que acontecia no século XVIII – o Iluminismo –, a Revolução Industrial ajudou a criar uma sociedade bastante diferente da que existia até então, e forneceu as condições materiais para que as ideias iluministas fossem postas em prática. As novas necessidades criadas pela indústria nascente tornaram obsoletos alguns fundamentos da sociedade europeia dos séculos anteriores, como o princípio da desigualdade, característico da sociedade de nobreza, e a exploração colonial mercantilista. Durante o século XIX, a nova sociedade liberal, comandada econômica e politicamente pela burguesia, rejeitou aos poucos essas práticas, e estabeleceu uma nova ideologia, liberal, que prevaleceu sem grandes contestações até o início do século XX. Neste tópico vamos compreender o que foi a Revolução Industrial e algumas das consequências que ela trouxe para a sociedade.

2 AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Uma grande transformação nos meios produtivos, do alcance que teve a Revolução Industrial, não é uma coisa que aconteça com facilidade. Existe uma série de fatores que devem ser preenchidos para que isso seja possível, e a Inglaterra do século XVIII foi o primeiro lugar do mundo em que isso aconteceu. Vamos olhar com mais detalhes para isso.

2.1 O PIONEIRISMO EUROPEU E INGLÊS

Diversos estudiosos já se perguntaram os motivos que teriam levado a Revolução Industrial a surgir na Europa e não em outras partes do mundo, em épocas anteriores. É claro que não é possível dar uma resposta definitiva a essa pergunta, mas questionar-se sobre isso pode nos dar uma visão mais ampla das condições necessárias para a realização de uma revolução desse porte. Certamente, o dinheiro é essencial, mas não é suficiente; se fosse, ela poderia ter acontecido em qualquer época anterior. O dinheiro, para ter essa utilidade, precisaria ser aplicado com a função específica de desenvolver tecnologias que visem a melhorias na produção, e isso exige uma porção de outros fatores: uma lógica de acumulação capitalista, desenvolvimento tecnológico, capacidade científica e técnica e, talvez mais importante de tudo, a necessidade de se proceder dessa forma. Em geral, as sociedades antigas mais prósperas não tinham a acumulação capitalista como objetivo final, nem a necessidade de desenvolverem um progresso material contínuo. Inovações aconteceram em todas as épocas, mas apenas na era moderna elas passaram a ser usadas para superar ao máximo a necessidade imediata. Há relatos de mecanismos movidos a vapor no Egito romano do século I d.C. por Herão de Alexandria (a eolípila), e no Egito otomano do século XVI por Taqi al-Din, mas a organização econômica de suas sociedades não permitiu que esses inventos se tornassem comercialmente viáveis.

Como se vê, novas motivações econômicas, ideológicas e filosóficas moviam a sociedade europeia, e essas motivações foram parte importante do processo. Dentre todos os países europeus, a Inglaterra do século XVIII parecia o mais maduro para uma transformação do porte da Revolução Industrial. O país reunia condições quase ideais para isso, pois dispunha de praticamente todos os requisitos necessários: havia acumulado uma enorme quantidade de dinheiro, tendo se tornado o país mais rico do mundo no decorrer do século XVIII, o poder estava nas mãos de um grupo com uma forte mentalidade empreendedora, dispunha de mão de obra barata e abundante, capacidade técnica para desenvolver tecnologia e até os recursos naturais necessários – combustível, matéria-prima e ferro para o maquinário. Isso permitiu à Inglaterra iniciar uma gigantesca transformação produtiva, que consolidaria a posição do país como a potência hegemônica no mundo durante pelo menos um século.

2.2 A POLÍTICA INGLESA NO SÉCULO XVIII

A Inglaterra do século XVIII era um país em rápida transformação econômica e social. As antigas estruturas feudais desapareciam, substituídas por uma mentalidade econômica moderna. Muito desse processo teve a ver com os conflitos dos reis com o Parlamento desde João Sem Terra (século XIII), mas essa transformação é um fenômeno bastante complexo. As revoluções políticas do século XVII acabaram com o poder absoluto dos reis, que, como vimos, tinha suas origens na Idade Média; o período republicano de Cromwell e a Revolução Gloriosa estabeleceram uma nova forma de autoridade e uma nova ideologia dominante. Os *Whigs* (liberais) valorizavam a prosperidade econômica e desejavam um Estado que lutasse pela preservação da propriedade privada a qualquer custo. Na década de 1720, alguns ataques pouco relevantes a propriedades florestais do rei e de membros da alta nobreza levaram à aprovação de uma lei que estabelecia mais de 50 crimes capitais (puníveis com a pena de morte) em um país onde até então essa pena era raríssima.



SUGESTÃO DE LEITURA

O historiador britânico Edward P. Thompson estudou profundamente os efeitos dessa lei em seu livro *Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra*. Na historiografia brasileira das últimas décadas, especialmente nos estudos sobre escravidão, esse livro tem sido muito usado como fonte de reflexão sobre o significado da lei e das formas de resistências a legislações claramente injustas.

2.3 A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A prosperidade das colônias e das manufaturas inglesas do final do século XVIII havia transformado o país em uma grande potência. O processo que levou a isso foi longo e bem administrado (embora não tenha sido planejado nem muito menos pacífico); a Inglaterra foi o primeiro país a abandonar as estruturas feudais e, após as disputas dos séculos XVI a XVIII, conseguiu sobressair-se e dominar o cenário colonial. Vamos tratar com mais detalhes desses elementos.

2.3.1 O Cercamento dos campos

Uma das principais transformações econômicas da Inglaterra foram os cercamentos dos campos, um processo que destruiu o sistema tipicamente feudal de agricultura comunal inglesa. Desde o século XII, alguns proprietários de terras mais poderosos cercavam as terras comunais e proibiam o acesso dos lavradores a elas, passando a ter exclusividade sobre seu cultivo. Durante a dinastia Tudor (século XVI), o processo de cercamento se tornou mais comum e mais violento, e levou a uma enorme concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Os cercamentos eram alvos de duras críticas, principalmente por roubar terras da agricultura e destiná-las à criação de ovelhas para produção de lã, gerando como subproduto uma enorme massa de camponeses sem recursos. Leis foram baixadas tentando evitar esse movimento e houve muitas rebeliões camponesas em protesto. Mas a verdadeira causa do processo só seria entendida mais tarde: buscando aumentar seus rendimentos, o rei desvalorizava a moeda, diminuindo seu teor de ouro e prata; os proprietários rurais, tentando evitar o prejuízo, trataram de assegurar o controle sobre as terras comunais para garantir o fornecimento da lã, que tinha um excelente mercado no exterior.

No século XVII, com a Revolução Gloriosa e a ideologia *Whig* no poder, os cercamentos passaram a ser aceitos pelo Parlamento, fiel ao objetivo de se acabar com a posse comunal de terras no país; foi a época em que os cercamentos foram mais comuns. Desta vez, o destino das terras cercadas não era mais a produção de lã, mas a agricultura modernizada, que atingiu níveis de produtividade inimagináveis até então. O auge do processo de cercamentos foi o final do século XVIII até cerca de 1830; a coincidência desse processo com a Revolução Industrial não escapou a estudiosos como Marx e seus seguidores, que entenderam que a intensa desigualdade social e o empobrecimento acentuado da população do campo gerado pelos cercamentos teriam forçado os camponeses a migrar para as cidades, onde se tornariam os operários nas indústrias que surgiam.



O termo *Whig* costuma ser traduzido por liberal, mas temos que ter cuidado para não confundir o liberalismo inglês do século XVIII com o liberalismo francês da mesma época. Este último era mais voltado à ideia da livre iniciativa (o *laissez-faire*), e não tinha uma fixação tão grande na preservação da propriedade privada a qualquer custo, como na Inglaterra.

2.3.2 Os Efeitos do Colonialismo

Também o sistema colonial criado pela Inglaterra dava bons frutos e contribuía para a prosperidade da Metrópole. Desde o início do século XVII, a Inglaterra estabeleceu colônias na região do Caribe, onde se produzia açúcar da mesma forma que no Brasil. O interesse em não mais depender dos barcos holandeses para vender o produto e trazer os escravos da África levou a uma série de confrontos entre os dois países e terminou por garantir a supremacia inglesa no Atlântico. Mais ao norte estabeleceram-se colônias com um formato diferente, que não estavam necessariamente inseridas na lógica mercantilista e de *plantation*. Várias dessas colônias dariam origem, mais tarde, aos Estados Unidos. De todas as colônias inglesas, no entanto, a Índia era a mais lucrativa. O subcontinente indiano proporcionava aos ingleses um lucro fabuloso com a venda de chá no mercado europeu e norte-americano, um posto avançado para a intermediação de outros produtos do Oriente e um gigantesco mercado consumidor em potencial. O algodão indiano e o norte-americano também propiciavam um bom lucro, pois alimentavam as manufaturas inglesas e, depois, passariam a alimentar as fábricas.



Vamos estudar brevemente a colonização dos Estados Unidos no próximo tópico.

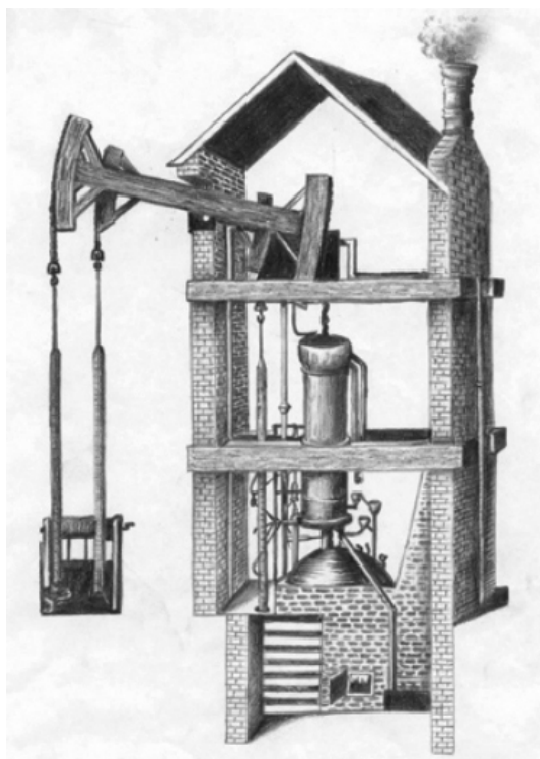
A supremacia inglesa no mercado colonial do século XVIII foi consolidada e evidenciada com os acordos feitos com Portugal no início do século. O Tratado de Methuen, de 1703, colocou os portugueses praticamente sob a tutela econômica da Inglaterra, e o déficit português só era compensado pela boa quantidade de ouro que vinha do Brasil nesse período. Ou seja, parte dos recursos utilizados para promover a Revolução Industrial era ouro vindo do Brasil.

2.4 AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

A Inglaterra tinha, além de todos esses recursos à disposição, uma das melhores capacidades técnicas da época. Cientistas do porte de Isaac Newton e Robert Hooke ajudaram muito no desenvolvimento da Física no século XVII, e diversos inventores se aproveitaram das descobertas para criar máquinas mais eficientes. Houve melhorias na metalurgia, com a utilização de carvão mineral nas forjas, que permite temperaturas mais altas. James Hargreaves desenvolveu uma roca que fiava vários novelos de uma vez só; Richard Arkwright criou a primeira fábrica desenhada para abrigar fiandeiras movidas a água. Diversos

tipos de máquinas a vapor vinham sendo criadas, e Thomas Newcomen, em 1712, foi o primeiro a dar uma utilidade comercial para elas. Cerca de 50 anos depois, James Watt apresentou um modelo aperfeiçoado da máquina de Newcomen, cinco vezes mais eficiente; mais tarde, o invento foi aperfeiçoado com o uso de vapor a alta pressão. A essa altura, o engenho já era eficiente o bastante para ser utilizado para mover máquinas, realizando o serviço de várias pessoas ao mesmo tempo.

FIGURA 7 – MÁQUINA DE NEWCOMEN



FONTE: <<http://www.motoresdecombustao.eng.br/Textos/Ilustracoes/HistoricoE05.jpg>>. Acesso em: 16 fev. 2008.

2.5 OS RECURSOS NATURAIS

Para completar, um pouco de sorte. Além de todos esses recursos, a Inglaterra tinha, ainda, toda a matéria-prima necessária para fabricar e operar máquinas. Carvão e ferro eram facilmente encontrados no subsolo inglês em quantidade e qualidade adequadas. A produção têxtil dependia de algodão ou lã, que eram amplamente produzidos no país; produtos feitos de lã representavam cerca de 25% da exportação britânica no século XVIII, e o beneficiamento de algodão, embora tivesse uma escala muito menor, crescia assombrosamente.

3 AS PRIMEIRAS INDÚSTRIAS

Os engenhos foram utilizados inicialmente para extrair a água das minas de carvão, o que aumentou consideravelmente o seu potencial de expansão. Mas o motor a vapor logo se mostrou útil no desenvolvimento industrial. A primeira indústria a se beneficiar do motor a vapor foi a indústria têxtil, cujo enorme mercado consumidor tornava-a bastante atraente para uma produção em grande escala. Várias outras indústrias se desenvolveram paralelamente a esta, como a mineração e metalurgia e a indústria química, que contribuíram para um rápido aperfeiçoamento da produção têxtil. Os subprodutos do carvão gaseificado eram usados para produção de gás destinado à iluminação, e isso acabou por trazer efeitos notáveis para a sociedade: permitiu o desenvolvimento da iluminação pública, favoreceu a vida noturna e, claro, possibilitou o funcionamento das fábricas em turnos ininterruptos. Outra área que se beneficiou da utilização das novas tecnologias, e que também ajudou a desenvolvê-las, foi a indústria de vidro, que, aperfeiçoado, possibilitou o projeto de edifícios mais amplos.

3.1 O PROLETARIADO

Os operários das fábricas tinham condições de vida e de trabalho bastante precárias, para os padrões atuais. Não havia, na legislação inglesa, qualquer tipo de regulamentação das relações de trabalho, muito ao contrário: a ideologia liberal pregava que essas questões deveriam ficar a cargo exclusivamente dos proprietários das fábricas. Assim, as jornadas de trabalho chegavam facilmente a dezesseis ou dezoito horas, os salários eram os mais baixos possíveis (o que muitas vezes significava serem o mínimo estritamente necessário para permitir ao trabalhador manter-se vivo) e as condições de trabalho eram insalubres. As fábricas comportavam centenas de trabalhadores, reunidos em um ambiente mal iluminado, úmido, quente e barulhento. As doenças e os acidentes de trabalho eram frequentes, e o trabalhador acidentado era dispensado sumariamente.

Condições tão duras eram possíveis porque havia uma quantidade enorme de pessoas empobrecidas pelos cercamentos e pela melhoria da produção agrícola, que agora exigia menos braços para o cultivo. Sem perspectivas no meio rural, essas pessoas não tinham escolha senão irem para as cidades em busca da sobrevivência. Karl Marx descreveu essa massa de pessoas como uma mercadoria pouco valorizada: pessoas sem nenhuma qualificação ou produto para vender a não ser sua capacidade de trabalho precisavam oferecer sua “mercadoria” a preços irrisórios, e corriam sempre o risco de perderem tudo. Mulheres e crianças, tidas como mais dóceis, recebiam salários muito mais baixos que os homens. O processo de industrialização, que gerava lucros fabulosos aos proprietários das fábricas e ao governo inglês, criava, ao mesmo tempo, uma massa gigantesca de pessoas empobrecidas, sem qualquer perspectiva de melhoria de vida.

A esse grupo de pessoas, no entendimento de Marx, havia pouquíssima possibilidade de acumulação capitalista, ou seja, de aumento de sua capacidade de ganhar dinheiro com o tempo. Sem condições de exigir um pagamento maior pelo serviço que executavam, sem possibilidade de melhorar a qualidade desse serviço e sem poderem mudar de ocupação, a esses trabalhadores havia uma única possibilidade de aumentar o rendimento: ter filhos (prole), e por isso Marx os chama de proletários.

3.2 OS PROTESTOS CONTRA AS TRANSFORMAÇÕES

Mas é claro que os proletários não aceitavam passivamente a sua situação. Sentiam a dificuldade de suas vidas, e sabiam a quem dirigir sua revolta: a grande culpada de sua miséria só poderia ser a máquina em que trabalhavam, que executava o serviço de dezenas de trabalhadores e empregava um único para sua operação. A expressão *sabotage* teria surgido quando trabalhadores colocaram seus tamancos (em francês, *sabot*) nas engrenagens da máquina, destruindo-a. Na Inglaterra, grupos de trabalhadores que destruíam as máquinas ficaram conhecidos como Luditas, em uma referência a um certo Ned Ludd, que teria inspirado o movimento (embora não haja provas de que Ludd tenha de fato existido).

Mas esses protestos logo se mostraram ineficazes: os sabotadores eram demitidos, presos ou mortos, a máquina era repostada e o trabalho reiniciava. Não era a máquina a culpada pela miséria dos proletários, mas sim a sua falta de proteção legal, que dava aos donos das fábricas totais poderes para determinar as condições de trabalho. Para tentar reverter a situação, os trabalhadores começaram a se reunir em sindicatos e a organizar greves, reprimidas com grande violência. Na década de 1830, o movimento Cartista chegou a reunir cerca de três milhões de assinaturas para pedir reformas na legislação e contemplar interesses dos trabalhadores, mas o Parlamento rejeitou as propostas sem considerá-las. Em 1842, uma greve geral organizada pelos cartistas parou a produção em toda a Inglaterra. A partir de então, os trabalhadores começaram a conquistar lentamente seus direitos, geralmente à custa de muitas greves, sempre severamente reprimidas.

4 AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO

Como se pode ver, a utilização do motor a vapor se tornou generalizada, e diversas atividades foram facilitadas ou viabilizadas por ele. Os transportes passaram por uma transformação radical: colocando-se uma máquina a vapor sobre trilhos, surgiu a locomotiva, que era capaz de transportar grandes quantidades de carga por terra, com rapidez e segurança; os barcos a vapor livraram o transporte aquático da dependência dos ventos, e o transporte podia ser feito com regularidade e precisão. Bombas d'água a vapor permitiram a

drenagem de pântanos, e era possível agora arar as terras melhor e mais rápido e construir canais para irrigar terrenos com mais facilidade ou, ainda mais largos, para a circulação de embarcações. A Inglaterra criou um sistema extremamente intrincado de canais de navegação, que facilitaram os transportes e a comunicação dentro do país e para o exterior. As prensas a vapor baratearam muito o custo de impressão de documentos, e jornais diários e livros se tornaram acessíveis à população.

Outro efeito colateral da Revolução Industrial foi o desenvolvimento acelerado das cidades, que passaram a concentrar enormes contingentes populacionais em bairros escuros, sujos e perigosos. As chaminés das fábricas poluíam o ar com fuligem e davam às grandes cidades industriais um aspecto assustador para as pessoas da época. As casas dos operários eram precárias, e as péssimas condições de higiene causavam epidemias frequentes de cólera, febre tifoide e varíola. Os mineiros enfrentavam ainda o sério risco de contraírem doenças pulmonares, que eram uma grande causa de mortalidade até o século XX.



SUGESTÃO DE LEITURA

Alguns escritores célebres descreveram as condições dos trabalhadores em detalhes. Charles Dickens ambientou alguns de seus mais renomados clássicos em cidades industriais do século XIX, e é uma referência extraordinária para se tomar contato com a cultura e as mazelas da sociedade inglesa da época. O jornalista George Orwell, famoso por seu livro *1984*, descreveu em *A caminho de Wigan* (1937) o cotidiano de uma cidade operária no norte da Inglaterra da década de 1930; a situação das pessoas ainda era quase tão precária quanto havia sido um século antes.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você viu que:

- A Revolução Industrial promoveu uma transformação completa na capacidade produtiva.
- A Revolução Industrial aconteceu inicialmente na Inglaterra, no final do século XVIII, e se espalhou no século seguinte por vários países, especialmente na Europa e os EUA.
- Dentre as razões para o pioneirismo inglês estão uma grande disponibilidade de capital, uma mentalidade empreendedora, mão de obra barata e abundante, capacidade técnica para desenvolver inovações e os recursos naturais necessários.
- O capital necessário para o desenvolvimento industrial havia sido acumulado pelo processo de cercamento dos campos e pela exploração colonial.
- O desenvolvimento da Física, no século XVII, permitiu a melhoria tecnológica, com o desenvolvimento da metalurgia, o aperfeiçoamento das manufaturas e da máquina a vapor.
- As máquinas a vapor foram usadas, inicialmente, nas minas de carvão e na indústria têxtil, que se desenvolveram lado a lado e permitiram a criação de várias outras atividades econômicas.
- As condições extremamente precárias de trabalho, jornadas elevadíssimas e salários irrisórios geraram uma massa de trabalhadores empobrecidos, chamados de proletários.
- Os protestos contra as condições de trabalho dos proletários foram, inicialmente, a sabotagem das máquinas e depois as lutas políticas através de greves e do movimento cartista.
- A utilização da máquina a vapor permitiu o desenvolvimento da locomotiva e do navio a vapor, a drenagem de pântanos e a melhoria geral da infraestrutura de comunicação. No entanto, trouxe também a poluição, condições precárias de moradia e de saúde para os trabalhadores.

AUTOATIVIDADE



- 1 Busque informações sobre a situação das corporações de ofício da manufatura têxtil na Inglaterra no início do século XVIII. De que forma essa situação favoreceu o desenvolvimento da indústria têxtil com máquinas a vapor, no início da Revolução Industrial?
- 2 Escreva um pequeno artigo (cerca de 20 a 30 linhas), explicando o porquê do pioneirismo inglês na Revolução Industrial.
- 3 Compare os protestos dos luditas e dos cartistas. Por que os resultados obtidos foram diferentes?
- 4 Descreva cinco transformações, na sociedade, geradas pela Revolução Industrial.



AS REVOLUÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XVIII

1 INTRODUÇÃO

O final do século XVIII foi um período de grandes transformações políticas no mundo ocidental. O pensamento iluminista, que se tornava predominante na França e na Inglaterra, influenciou dois movimentos de enorme repercussão: a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Em comum, esses movimentos tiveram a valorização do ideal de liberdades individuais e a luta pela garantia desses direitos. Tiveram, também, a peculiaridade de terem sido pensados antes de serem executados: ambos os movimentos obedeceram a teorias sobre o funcionamento do Estado e o papel do indivíduo dentro dele, e aconteceram como uma forma de se tentar realizar essas concepções teóricas.

Se o Iluminismo nos proporcionou uma teoria sobre o funcionamento da política – e essa teoria é, ainda hoje, a base da organização dos nossos países –, as revoluções políticas analisadas a seguir nos deixaram uma coisa igualmente importante: a demonstração de que essas teorias podem ser postas em prática, e que podem criar países que, ainda que não consigam executar plenamente os ideais de liberdade e igualdade pregados pelo Iluminismo, têm como objetivo fundamental buscar essas garantias em benefício de toda a população.



Prezado acadêmico, é claro que sabemos que esses ideais não foram atingidos, e que ainda falta muito para a "liberdade, igualdade e fraternidade" prevalecerem no mundo todo – se é que isso de fato vai acontecer algum dia. Mas, nos seus estudos das próximas disciplinas, você verá que as ideias criadas nesses movimentos estiveram sempre no centro das discussões políticas dali em diante. É por isso que se considera que esses movimentos deram origem a um novo período histórico, a História Contemporânea.

2 A INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

No final do século XVIII começou a surgir, entre os intelectuais de algumas colônias inglesas da América do Norte, a noção de que a dominação exercida pelo rei da Inglaterra era abusiva e contrária aos seus próprios interesses. Para nós, olhando em retrospecto, essa poderia ser uma noção relativamente óbvia, pois é justamente esse o princípio da exploração colonial: a metrópole retirava da colônia tudo o que pudesse lhe proporcionar algum lucro, sem se preocupar muito em repartir essa prosperidade com os moradores das colônias. No entanto, os colonos americanos não entendiam o lugar onde moravam como colônias a serem exploradas, mas como regiões pertencentes ao reino da Inglaterra situadas do outro lado do oceano, sujeitas à autoridade real da mesma forma que as demais regiões do reino.

Dessa forma, a decisão de romper os laços com o reino britânico em 1776 – formalizando uma situação de guerra aberta que já ocorria desde o ano anterior – foi um acontecimento muito importante, não apenas para as próprias colônias, mas para o próprio conceito de autonomia política da época. A ideia de que colônias pudessem separar-se de suas metrópoles alegando abuso de autoridade e o direito à autodeterminação dos povos, conceitos tipicamente iluministas, foi uma noção revolucionária, que teve um papel determinante na forma pela qual os países passaram a ser entendidos e incentivou movimentos equivalentes em outras colônias. Nesse sentido, os Estados Unidos foram o primeiro exemplo de um país criado a partir das ideias iluministas, e sua independência constituiu-se em uma verdadeira revolução.

2.1 A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS INGLESAS

Como vimos anteriormente, a América do Norte foi povoada mais tarde do que as demais regiões do continente, e por uma quantidade maior de países. As guerras religiosas dos séculos XVI-XVII tiveram um papel bastante relevante nessa ocupação. Na Inglaterra, especialmente, onde todos os grupos religiosos foram, em algum momento, perseguidos – católicos sob os Tudor, protestantes sob James I, puritanos e demais denominações em todos os períodos –, muitas pessoas procuraram estabelecer-se em regiões onde houvesse tolerância religiosa, ou criar colônias em que suas denominações religiosas fossem majoritárias. Os reis não viam problema nisso, pelo contrário: era uma forma de conquistar territórios para a coroa e, ao mesmo tempo, livrar o país de um problema social. Além disso, as tradições do direito inglês permitiam que cada região seguisse os seus costumes, e não havia problema em se estabelecer costumes próprios para regiões até então desocupadas.

As colônias da chamada Nova Inglaterra, na parte norte dos Estados Unidos – Connecticut, Massachussets, Rhode Island e New Hampshire (ver mapa p. 159) –, foram criadas em grande parte por fugitivos da perseguição religiosa na Inglaterra, e várias delas estabeleceram a liberdade de culto em seus territórios. Esses imigrantes não tinham qualquer pretensão de retornar à Inglaterra. No entanto, como já dissemos, eles não se viam como exploradores, mas como súditos do rei da Inglaterra ocupando a nova fronteira do reino – a América.

Mais ao sul, as condições climáticas se mostraram favoráveis ao cultivo de algodão e tabaco. As colônias da Virgínia, Carolina (depois dividida) e Geórgia (veja o mapa a seguir) passaram a ser ocupadas por *plantations* muito extensas e com trabalho baseado em servos contratados e, posteriormente, escravos africanos. A estrutura dessas colônias era relativamente semelhante à das colônias produtoras de açúcar no Brasil.

FIGURA 8 – AS 13 COLÔNIAS INGLESAS



FONTE: Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: FAE, 1997. p. 125.

2.1.1 As Treze Colônias

Na época da independência dos Estados Unidos – final do século XVIII – a região estava dividida em treze colônias, que, por sua vez, podem ser agrupadas em três regiões distintas:

As colônias do norte: também chamadas de Nova Inglaterra, foram ocupadas, em geral, por fugitivos das guerras religiosas. Eram formadas por pequenos vilarejos, agrupados ao redor de uma vila central, onde imperava um forte senso de comunidade. Havia pouco uso de trabalho escravo – contrário aos rígidos preceitos morais puritanos –, e ele foi abolido bastante cedo na maioria das regiões.

As colônias do centro: a maioria delas originalmente foi criada por imigrantes de outros países – entre eles holandeses, suecos e escoceses. Havia uma grande diversidade cultural e religiosa. A região tornou-se o grande centro produtor das Treze Colônias, especialmente de alimentos e produtos manufaturados. Essas colônias se estendiam de Nova York até Maryland (ver mapa p. 159).

As colônias do sul: foram ocupadas em sistema de *plantation*, com larga utilização de trabalho escravo e uma ocupação muito esparsa (espalhada) do território. Mas a produção de algodão e de fumo voltada à exportação tornava essas colônias as mais ricas de todas no final do século XVIII. A maioria dos colonos mais ricos na época da independência dos Estados Unidos era composta de fazendeiros das colônias do sul, ferrenhos defensores da escravidão.



É importante observar que os ingleses tinham também outras colônias na América nessa época. Elas ficavam ao norte da Nova Inglaterra e, juntamente com as colônias conquistadas dos franceses em meados do século XVIII (o Quebec), viriam a constituir no século seguinte o território do Canadá. Essas colônias não fizeram nenhuma menção de aderir ao movimento da independência das Treze Colônias.

2.2 A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

2.2.1 Os Atos de navegação

Durante a *Commonwealth* (o período republicano sob a proteção de Oliver Cromwell), as disputas pelo domínio marítimo entre Inglaterra e Holanda atingiram seu auge. As doutrinas mercantilistas em voga na Inglaterra afirmavam que era prejudicial ao país depender de navios holandeses para o transporte e comercialização de seus produtos. Assim, em 1651, a Inglaterra estabeleceu os Atos de Navegação, que levariam à deflagração das três Guerras Anglo-Holandesas. A lei foi reeditada sob Carlos II em 1660, mas desta vez prevendo consequências prejudiciais às colônias, ao obrigar todas as mercadorias com origem ou destino nas colônias a serem inspecionadas e taxadas na Grã-Bretanha, encarecendo assim seus custos. Essa lei, continuamente violada pelos colonos, foi complementada em diversas ocasiões nos cem anos seguintes. Em 1761, a oposição às leis começava a aumentar, e a recusa do rei a entendê-las como contrárias aos direitos constitucionais dos colonos se tornou um dos principais focos de descontentamento contra a coroa inglesa.



Prezado acadêmico, perceba o significado simbólico dessa oposição: no século XVIII, novas doutrinas econômicas haviam questionado o pensamento mercantilista, e a tentativa da coroa de manter essa lógica econômica em funcionamento passou a ser contestada com mais veemência. Podemos entender o processo de independência dos Estados Unidos como um duro golpe ao mercantilismo, que, após isso, deixou de ser a lógica econômica predominante na Inglaterra – apesar de o país ainda manter colônias.

2.2.2 As ideias iluministas

As ideias iluministas surgidas na Europa repercutiam com força nas colônias americanas. Eram muito populares as doutrinas de John Locke e, em menor medida, de Jean-Jacques Rousseau, sobre o Contrato Social. De acordo com essas doutrinas, como vimos, os governos obtinham seu poder da concessão do povo, que os elegia para a tarefa de garantir os direitos individuais dos cidadãos. Se os governos instituídos dessa forma não correspondessem à aspiração popular ou não fossem competentes o bastante para a incumbência que receberam, os governados teriam todo o direito de substituí-los por outros mais adequados.

2.2.3 O ideal republicano

Ao mesmo tempo, surgia uma ideologia republicanista entre os colonos, que atribuía a origem de todos os males políticos aos vícios dos governos e identificava na coroa britânica e no regime de privilégios que ela sustentava uma grande fonte de corrupção. Os republicanistas, então, passaram a pregar a austeridade e a retidão moral na política, da mesma forma que os puritanos lidavam com a ética pessoal. Dentre os partidários dessa ideologia estavam os principais líderes do processo de independência dos Estados Unidos, caso de Thomas Paine, Benjamin Franklin, George Washington e Thomas Jefferson, entre outros.

O pensamento republicano se tornou hegemônico entre os colonos americanos após as ações do governo da Inglaterra (que serão mencionadas em seguida), consideradas provocações hostis de um governante corrupto e incompetente. Com a consolidação da independência, os novos governantes entenderam que não haveria nenhum sentido em se adotar qualquer outra forma de governo que não a republicana, já que a monarquia representava tudo aquilo contra o qual eles levantaram armas.

2.2.4 A confrontação com a Inglaterra

A relação entre as colônias americanas e a coroa da Inglaterra era menos próxima do que a que outros países mantinham com suas colônias. A coroa inglesa adotava uma política de “negligência salutar” – ou seja, as colônias eram deixadas geralmente à própria sorte, sem maiores interferências, embora os colonos se considerassem súditos do rei da Inglaterra, com todos os direitos dos demais. Mas a situação se alterou completamente após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), travada entre a França e a Inglaterra, que terminou por consolidar o domínio inglês como grande potência colonial da época. A guerra envolveu praticamente todos os países do continente, até mesmo os que tentavam se manter neutros, como Portugal e a Holanda, e foi travada tanto na Europa quanto nas colônias. Com a vitória, a Inglaterra conquistou as colônias francesas no Canadá, a Flórida espanhola e vastos territórios indígenas até então reclamados pelos franceses entre as Treze Colônias e o rio Mississippi.

Apesar da vitória, as enormes despesas de guerra causaram grandes danos às finanças inglesas. Alegando que a guerra também beneficiou os colonos americanos, por ter afastado os colonos franceses de suas fronteiras, o rei da Inglaterra pretendeu exigir dos colonos uma contribuição maior para a reconstrução das finanças do país. A exigência da coroa repercutiu muito mal entre os colonos, que a consideraram elevada, e reclamaram principalmente de não terem sido consultados para a sua aprovação. Não havia, alegavam, representantes das colônias no Parlamento Inglês e, portanto, os americanos não teriam a obrigação de obedecer a uma lei de cuja elaboração não participaram. “*No taxation without representation*” (‘sem representação não há imposto’) se tornou o mote dos opositores da lei.

A reação da coroa inglesa foi a criação de ainda mais impostos, em um pequeno intervalo de tempo, o que enfureceu os colonos americanos. O *Sugar Act* (Lei do Açúcar) e o *Currency Act* (Lei da Moeda), criados em 1764, motivaram um boicote de produtos ingleses nas Treze Colônias, e o *Stamp Act* (Lei do Selo), do ano seguinte, foi sistematicamente desobedecido. A Lei do Selo motivou a criação de um parlamento nas colônias para debater a questão e propor um acordo ao rei, que acabou sendo rejeitado. Motivou também a formação de um grupo radical de patriotas, os Filhos da Liberdade, que desejavam romper os vínculos com a Inglaterra a qualquer custo.

2.2.5 A Lei do Chá e o Boston Tea Party

O clima de insatisfação com a Inglaterra ficou muito claro em 1773, quando a coroa inglesa passou o *Tea Act* (Lei do Chá). Na época, o chá era a bebida mais consumida em todo o império Britânico, inclusive nas Américas (onde depois foi substituído pelo café). As colônias pagavam muito caro pelo chá que consumiam, pois este não vinha diretamente da Índia: era tributado em Londres antes de seguir para a América. A lei do Chá acabava com essa obrigação, barateando, assim, o produto. O objetivo da lei era ajudar as finanças da Companhia Inglesa das Índias Orientais e, ao mesmo tempo, agradar aos colonos americanos para que eles abandonassem o contrabando e os boicotes aos produtos ingleses, que já prejudicavam a economia da metrópole.

Embora o chá ficasse mais barato, muitos colonos se recusavam a consumir o chá vindo da Índia, por entenderem que ele representava a submissão à Inglaterra. Em dezembro de 1774, alguns colonos (que se acredita serem membros dos Filhos da Liberdade) invadiram um navio ancorado no porto de Boston fantasiados de índios e jogaram ao mar um enorme carregamento de chá em protesto contra a medida. O episódio, conhecido como *Boston Tea Party* (às vezes mal traduzido como A Festa do Chá de Boston), passou ao imaginário norte-americano como um dos episódios centrais na deflagração da independência do país.

2.3 AS LEIS INTOLERÁVEIS E A INDEPENDÊNCIA

A resposta da coroa britânica foi uma série de leis restritivas (conhecidas nos EUA como Leis Intoleráveis), que só fizeram piorar a relação com os colonos. As leis fechavam o porto de Boston, restringiam a autonomia política das colônias e davam mais mobilidade aos soldados ingleses na América. Em resposta, os colonos se organizaram em um Congresso Continental no final de 1774, que tinha o objetivo de estabelecer mais boicotes à Inglaterra; no ano seguinte, a tensão entre as colônias e a Inglaterra levou o Segundo Congresso Continental a preparar a guerra. Em 4 de julho de 1776, o Congresso assinou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, argumentando que os direitos dos colonos haviam sido desrespeitados e proclamando que eles, portanto, não deviam mais obediência ao rei da Inglaterra. A grande importância histórica deste documento

está no fato de ele ter sido o primeiro que buscou pôr em prática as doutrinas iluministas do liberalismo político, ao criar um Estado independente com base nesses pressupostos teóricos.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, leia o texto da Declaração de Independência dos Estados Unidos na Leitura Complementar 1, no final deste tópico.

2.3.1 A Guerra de Independência

Quando o Congresso Continental assinou a Declaração de Independência, as Treze Colônias já estavam em guerra contra o exército inglês. A batalha era desigual, pois colocava frente a frente um exército profissional e bem preparado e colonos com pouco treinamento militar e que de vez em quando abandonavam a guerra para cuidarem de seus afazeres. Mas o conhecimento do terreno e a providencial ajuda do exército francês, que tentava aproveitar a oportunidade para enfraquecer seus adversários ingleses, acabou virando o conflito a favor dos norte-americanos, que conseguiram vencer e expulsar os ingleses em 1783, oito anos após o início dos conflitos.



Prezado acadêmico, existem diversos filmes a respeito da independência dos Estados Unidos. Um dos mais recentes é O Patriota (EUA, 2000). Outros filmes sobre o tema incluem The Crossing (2000) e Revolution (1985).

2.4 A ORGANIZAÇÃO DO PAÍS E A CONSTITUIÇÃO

Após a assinatura da paz, as antigas Treze Colônias, agora independentes, precisavam organizar-se politicamente. O Congresso Continental, que durante a guerra havia funcionado como um governo provisório, havia imaginado a região como uma confederação, ou seja, uma aliança relativamente frouxa de Estados

independentes (chamada Estados Unidos da América), que uniriam seus esforços para tratar das questões que dissessem respeito a todos eles, e manteriam total autonomia nas demais situações. Mas os Artigos da Confederação, de 1777, não eram capazes de estabelecer um governo politicamente viável, e um novo debate foi necessário para se rever a situação do país. Em 1788, após mais de um ano de discussões, a nova Constituição dos Estados Unidos foi aprovada, garantindo uma autoridade central mais forte do que a prevista anteriormente, mas ainda assim reservando a maior parte das decisões para os estados. Essa Constituição, com várias emendas, está até hoje em vigor.

A Constituição dos Estados Unidos costuma ser colocada, juntamente com a Declaração de Independência e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, entre os documentos políticos mais importantes do século XVIII, porque conseguiu estabelecer um equilíbrio entre os poderes federais e a autonomia local, garantindo ao mesmo tempo os interesses dos grandes e dos pequenos estados. O modelo político criado pela Constituição repercutiu muito entre os revolucionários franceses da década seguinte e serviu de referência para praticamente todas as Constituições posteriores em outros países.

Contudo, a Constituição dos Estados Unidos continha algumas contradições, que refletiam as divisões internas do país na época, e a mais importante era a escravidão. As divergências de opinião entre os grandes proprietários de escravos, especialmente nos Estados do sul, e os grupos antiescravistas concentrados no norte, quase comprometeram a aprovação da Constituição. Para evitar maiores tensões, Thomas Jefferson (o redator do texto) preferiu não fazer referência explícita à escravidão, deixando-a a cargo de cada Estado e contradizendo os ideais de liberdade individual pregados na Declaração de Independência.

3 A REVOLUÇÃO FRANCESA

No final do século XVIII, o pensamento iluminista tinha ampla difusão na França, país onde havia surgido várias décadas antes. Apesar do seu impacto cultural, os efeitos práticos de toda essa transformação, sob o ponto de vista político, haviam sido bastante modestos, resumindo-se na influência em algumas reformas estritamente necessárias e sempre muito modestas. Mesmo em países distantes dos grandes centros difusores de cultura, o pensamento iluminista, sob a forma do despotismo esclarecido, parecia ser mais influente na política.

Isso tudo estava prestes a mudar, em parte por pressões econômicas e em parte pelo exemplo que a Independência dos Estados Unidos havia gerado, ao postular que um governo mais justo e menos opressor seria perfeitamente legítimo. Assim, uma série de protestos organizados pela burguesia esclarecida acabou gerando um movimento transformador, que deixou profundas marcas

na França e em toda a sociedade ocidental. Esse movimento, conhecido como Revolução Francesa, teve tamanho alcance que foi escolhido para marcar o início de uma nova etapa histórica, a Idade Contemporânea. Vejamos agora, em detalhes, como isso se deu.

3.1 A CRISE DO ANTIGO REGIME FRANCÊS

Como já vimos, os historiadores denominaram de Antigo Regime o período da história francesa correspondente à Idade Moderna. Era uma sociedade baseada no princípio da desigualdade, já mencionado, que considerava que religiosos, nobres e plebeus eram pessoas essencialmente diferentes e, por isso, precisavam ser tratados de modos distintos. A estrutura social do Antigo Regime buscava espelhar a estrutura celestial: o rei, como um legítimo representante de Deus na Terra, reinaria absoluto sobre seus súditos, apoiado pelo poder da Igreja.

A realidade, no entanto, não era tão absoluta. O poder dos reis dificilmente era tão grande quanto eles gostariam que fosse, pois suas decisões só tinham valor se seguissem o direito tradicional. Até mesmo Luís XIV teve limites a seu poder, e os nobres já não eram uma ameaça tão grande à sua autoridade quanto haviam sido no reinado de seu pai. Da mesma forma, os reis franceses do século XVIII – Luís XV e Luís XVI – não eram tão avessos ao pensamento iluminista quanto pode parecer, e chegaram frequentemente a solicitar o conselho dos sábios da época em suas decisões de governo. De certa forma, esse aconselhamento era mesmo necessário, pois o estado francês, cada vez maior e mais complexo, exigia a constituição de uma burocracia tão eficiente quanto possível. Mas é claro que as mudanças eram sempre muito tímidas, e que a tradição de privilégios da nobreza e as tentativas reais de concentrar todo o poder em suas mãos mantinham o Estado em um estágio bastante ineficiente.



Prezado acadêmico, como você pode perceber, a noção que temos no senso comum sobre a sociedade do "Antigo Regime" é equivocada e tendenciosa. Nada era tão simples (ou tão simplista) quanto pode parecer. Não será difícil perceber que essa visão foi criada pelos revolucionários burgueses, que desejavam justamente abolir aquele estado de coisas, e exageraram um pouco nos tons. Mas é claro, também, que as críticas não eram totalmente infundadas: continue lendo e você verá que havia muita coisa a ser transformada no país.

Ao mesmo tempo, as enormes despesas da administração – que iam muitíssimo além do luxo desfrutado pelos nobres em Versalhes – demandavam uma reordenação completa da economia do país. Uma das causas da desorganização econômica francesa no século XVIII era o aumento dramático da população: a diminuição das doenças e das guerras elevou o número de franceses de 20 milhões para cerca de 25 a 30 milhões durante esse período. Desses, cerca de 80% viviam no campo, e Paris era a única cidade realmente grande no final do século, ainda que Lyons, Bordeaux e Marselha tivessem mais de 100 mil habitantes cada. As técnicas agrícolas rudimentares e o sistema de dependência quase feudal que ainda vigorava em diversas partes do país causavam uma baixa produtividade e frequentes surtos de escassez de alimentos entre a população.

A expansão do capitalismo comercial causava, por vezes, um agravamento da situação, porque as colheitas ruins de um determinado produto agrícola geravam um aumento de seu preço em todo o país, inclusive nas regiões onde ele não faltava. A população não compreendia a razão dos aumentos de preços, atribuindo-os à ganância dos mais ricos. Nas cidades, o controle regulador das corporações de ofício também restringia o acesso da população a alguns produtos ou, principalmente, à formação necessária para produzi-los. As corporações costumavam transmitir por herança o acesso ao aprendizado, o que tornava a França um país extremamente estratificado: não apenas na tradicional divisão em três Estados – clero, nobreza e plebeus, mas, muitas vezes mesmo entre estes últimos, por atividade profissional. Isso gerava diferenciações sociais dentro do Terceiro Estado, onde havia uma burguesia mais rica, ao lado de burgueses menos abastados (a pequena burguesia) e pessoas com menos posses – os *sans-coulottes*, referência às vestimentas finas usadas pelos nobres e mais ricos.

É nesse contexto que surge, entre segmentos da burguesia, a noção iluminista de igualdade entre os homens – o Liberalismo político e econômico, que, como vimos, desejava abolir as muitas restrições à mobilidade social e à livre atividade econômica no país. A ideia de igualdade começou a ser divulgada cada vez mais abertamente, e o desejo de transformá-la em realidade política cresceu no final do século XVIII. A independência dos Estados Unidos contribuiu para isso, já que, como vimos, os colonos americanos basearam-se nesses princípios para fundar o seu país; ao mesmo tempo, o apoio francês aos rebeldes significava que, implicitamente, o rei da França aceitava as ideias de liberdade que baseavam a revolta, e seria um contrassenso negá-las aos próprios súditos.

3.2 OS ESTADOS-GERAIS DE 1789

Em meados do século XVIII, a situação econômica da França atingiu um ponto crítico. As colheitas ruins e as guerras francesas na Europa e nas colônias (como a Guerra dos Sete Anos, contra a Inglaterra, que daria início ao processo de independência dos EUA) só pioravam a situação. A Revolução Industrial inglesa trouxe sérias dificuldades à manufatura têxtil da França e agravou o desemprego

e a miséria no país. Os acordos para compra de têxteis ingleses geravam para os cofres franceses (a exemplo do que acontecia em outros países, como Portugal) um enorme déficit comercial todos os anos. Somado com as despesas para a manutenção da corte de Versalhes e de toda a burocracia real, esse déficit deixava a França muito perto da bancarrota.

A única solução à vista para o rei Luís XVI era a criação de novos impostos para tentar conter a grave crise. Na impossibilidade de aumentar ainda mais os impostos do Terceiro Estado, o rei ameaçou romper a tradição e passar a cobrá-los do clero e da nobreza. Sentindo-se ameaçados em seus privilégios, a nobreza e o clero exigiram a convocação da assembleia consultiva da monarquia, os Estados Gerais, que não se reuniam havia 175 anos. O objetivo era obrigar o Terceiro Estado a assumir os novos encargos; para isso, clero e nobreza contavam com a tradicional forma de decisão dos Estados Gerais, que estabelecia um voto para cada Estado. Como muitos dos membros do clero eram de origem nobre, e como se tratava de manter privilégios desfrutados pelos dois Estados, a tendência seria, como costumava ser, que o Terceiro Estado ficasse em desvantagem.

No entanto, as novas ideias de igualdade entre os homens e de repúdio aos privilégios de nobreza que corriam entre os representantes do Terceiro Estado levaram-nos a exigir uma nova forma de representatividade: em vez de um voto por Estado, o Terceiro Estado exigia o voto *per capita*, ou seja, que cada deputado contasse individualmente. Como a quantidade de representantes do Terceiro Estado era superior à soma dos outros dois (o que era de se esperar, pois o Terceiro Estado correspondia a mais de 95% da população do país), a nova fórmula lhes daria a capacidade de fazer valer os seus interesses reformistas.



Note que a discussão sobre os votos de cada Estado tinha implicações mais profundas do que simplesmente quem venceria as disputas. A nova forma de eleição proposta pelo Terceiro Estado se opunha ao princípio da desigualdade, ao considerar que todos os homens têm os mesmos direitos fundamentais e, portanto, precisam ser ouvidos como semelhantes. Nesse sentido, era uma forma revolucionária de atuação.

3.3 A CONSTITUINTE E A QUEDA DA BASTILHA

Em 17 de junho de 1789, as discussões sobre a forma de votação culminaram com a revolta dos representantes do Terceiro Estado, que se proclamaram Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição que desejavam elaborar limitaria o poder do rei e aboliria privilégios da nobreza e do clero. As tentativas do rei de conter o movimento foram frustradas pela repercussão que o gesto ganhou entre a população, que tomou as ruas em protesto e invadiu a fortaleza-prisão da Bastilha, nos arredores de Paris, no dia 14 de julho de 1789. A partir desse momento, Luís XVI se viu forçado a reconhecer a autoridade da Assembleia Constituinte.

A Assembleia Constituinte passou a adotar uma atitude revolucionária, ou seja, que contrariava completamente a estrutura estabelecida no país. As medidas mais importantes adotadas durante e após a elaboração da Constituição (que ficou pronta em 1791) foram a separação entre Igreja e Estado, com o confisco de terras da Igreja e a submissão do clero à autoridade do Estado, a separação entre os poderes – divididos em Legislativo, Executivo e Judiciário –, a igualdade jurídica entre todos os cidadãos e a garantia das liberdades de produção, circulação e comercialização de produtos em toda a França.



Prezado acadêmico, perceba que essas medidas já constavam da Constituição dos Estados Unidos, promulgada em 1787 e, portanto, vinham sendo debatidas e testadas em diversos lugares ao mesmo tempo. É importante termos sempre em mente que a circulação de ideias entre os dois lados do Atlântico era intensa, e os ideais revolucionários eram semelhantes, embora com algumas diferenças locais.

A própria autoridade do rei foi limitada, encerrando-se o domínio absolutista: a partir de 1791, as decisões reais não poderiam contrariar o que estivesse estabelecido na Constituição. O poder absoluto sonhado pelos monarcas franceses, concedido a eles pela graça divina, reduzia-se naquele momento a um poder limitado pelos interesses da população, e por ela concedido ao monarca. É de se imaginar que o rei da França tenha ficado inconformado e que os soberanos dos países vizinhos tenham se preocupado muito com os rumos que tomava a Revolução.

3.4 A FRANÇA REVOLUCIONÁRIA

Neste item, abordaremos a guerra contra a Rússia, a abolição da monarquia com a execução de Luís XVI e a transformação da França em República.

3.4.1 A Execução do Rei e a Guerra contra a Prússia

O rei Luís XVI, desejando retomar o controle do país, passou a conspirar com nobres franceses exilados e com os monarcas dos países vizinhos para derrotar o movimento. Em julho de 1791, o rei tentou fugir da França para reunir-se às forças contrarrevolucionárias no exterior, mas foi descoberto e mantido sob vigilância em Paris. No ano seguinte, o rei propôs guerra contra a Prússia, a Áustria e outras regiões, mas as sucessivas derrotas do exército francês reforçavam a suspeita de que o rei estivesse traíndo o país. Em agosto de 1792, o rei foi preso, deposto e levado a julgamento. Considerado culpado de alta traição à França, o rei Luís XVI foi condenado à morte e executado na guilhotina em 1793.

A invasão do exército prussiano acabou sendo rechaçada pela população francesa, desorganizada e sem treinamento militar, mas inflamada pelo ardor revolucionário. A guerra foi praticamente contínua entre 1792 e 1815.

3.4.2 A República Francesa

Com a prisão e posterior execução de Luís XVI, os revolucionários franceses aboliram a monarquia constitucional e transformaram a França em uma República. O poder passou a ser exercido por uma nova assembleia, a Convenção Nacional. As diferenças políticas começaram a surgir: do lado direito da Convenção, sentava-se o grupo dos Girondinos, grupo moderado que defendia os interesses dos burgueses mais ricos e pregava o estabelecimento de uma república liberal baseada no respeito à propriedade privada. Do lado esquerdo, grupos como os Jacobinos, mais radicais, em geral oriundos da pequena burguesia e dos *sans-coulottes*, que defendiam uma democracia igualitária. As posições assumidas pelos dois grupos deram origem aos conceitos de direita e esquerda políticas, usados até hoje.



Com o objetivo explícito de declarar o controle sobre o tempo e apagar as marcas do passado, especialmente da religião, os republicanos franceses adotaram um calendário completamente novo, que começava a contar a partir de 22 de setembro de 1792, data da proclamação da República francesa. O ano era composto por 12 meses de 30 dias cada, e os cinco dias restantes (seis, nos anos bissextos) eram reservados a celebrações cívicas. O calendário sofreu uma feroz oposição da Igreja Católica por substituir a semana por um período de dez dias, o que contrariava as Escrituras.

Os meses do ano eram baseados nos ciclos da natureza. Pela ordem, eram: Vindimário, Brumário, Frimário (meses de outono), Nivoso, Pluvioso, Ventoso (inverno), Germinal, Floreal, Prairial (primavera), Messidor, Termidor e Frutidor (verão). Dois deles batizaram golpes de Estado ocorridos nos anos seguintes e outro deu nome a um clássico do escritor Émile Zola. Você consegue identificá-los?

3.5 OS JACOBINOS E O TERROR

Os girondinos assumiram o poder sob uma grave crise econômica, motivada em parte por sua visão ideológica, que desfavorecia as camadas pequeno-burguesas e os *sans-coulottes*. Mas os jacobinos, apoiados pelos *sans-coulottes* e com sua influência política em alta após a execução do rei, organizaram um golpe e tomaram o poder em 2 de junho de 1793. Sob a liderança de Maximilien de Robespierre, os jacobinos organizaram uma nova Constituição, ainda mais democrática do que a anterior. A escravidão foi abolida nas colônias (o que gerou uma retração na economia francesa, muito dependente delas) e, para conter a crise, os preços foram tabelados.

Mas os problemas não demoraram a aparecer: a nobreza contrarrevolucionária e os países estrangeiros ameaçavam a Revolução, e o governo suspendeu as garantias democráticas. Os julgamentos passaram a ser sumários, e a simples suspeita de conspiração contra o governo era suficiente para levar alguém à guilhotina. Por isso, o período jacobino ficou conhecido como o Terror. A situação chegou ao cúmulo quando lideranças populares jacobinas foram executadas, e Robespierre perdeu o apoio que tinha. Em 27 de julho de 1794 (9 Termidor, pelo calendário revolucionário), ele foi preso com as demais lideranças jacobinas e sumariamente executado.

3.6 O DIRETÓRIO E O 18 BRUMÁRIO

Morto Robespierre, organizou-se o Diretório, comandado por cinco diretores. A constituição jacobina foi abolida e a escravidão restaurada, os preços foram liberados (o que gerou protestos populares) e os jacobinos foram perseguidos. O novo governo reunia girondinos e representantes da antiga classe dirigente, mas sofria oposição da extrema esquerda (jacobinos) e da extrema direita (monarquistas). Uma rebelião monarquista em 1795 foi contida pelo general Napoleão Bonaparte. No ano seguinte, uma revolta jacobina foi novamente contida por Napoleão, que ganhou assim grande prestígio no governo.

Em seguida, Napoleão foi designado para combater na guerra contra as potências rivais, que se tornava mais intensa e ameaçava o Diretório. As campanhas comandadas por ele contra a Áustria na Itália lhe deram ainda mais força e garantiram à França uma posição segura. Nem o fracasso da campanha contra a Inglaterra no Egito abalou o prestígio do jovem general. Percebendo a situação caótica do governo e o desejo da população por estabilidade, Napoleão retornou a Paris e, com o apoio de vários setores da sociedade e mesmo de dentro do governo, organizou um golpe de estado que derrubou o Diretório no dia 18 Brumário (9 de novembro de 1799). O novo governo teria por principais objetivos estabilizar politicamente a França e promover o desenvolvimento do capitalismo em seu território.



Caro acadêmico!

No texto da leitura complementar que segue é mantida a escrita original de Portugal.

LEITURA COMPLEMENTAR I**A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1776)**

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno às opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade. Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagrar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidas injúrias e usurpações, tendo todos por objetivo direto o estabelecimento da tirania absoluta sobre estes Estados. Para prová-lo, permitam-nos submeter os fatos a um mundo cândido.

Recusou assentimento a leis das mais salutareas e necessárias ao bem público.

Proibiu aos governadores a promulgação de leis de importância imediata e urgente, a menos que a aplicação fosse suspensa até que se obtivesse o seu assentimento, e, uma vez suspensas, deixou inteiramente de dispensar-lhes atenção.

Recusou promulgar outras leis para o bem-estar de grandes distritos de povo, a menos que abandonassem o direito de representação no legislativo, direito inestimável para eles e temível apenas para os tiranos.

Convocou os corpos legislativos a lugares não usuais, sem conforto e distantes dos locais em que se encontram os arquivos públicos, com o único fito de arrancar-lhes, pela fadiga, o assentimento às medidas que lhe conviessem.

Dissolveu Câmaras de Representantes repetidamente porque se opunham com máscula firmeza às invasões dos direitos do povo.

Recusou por muito tempo, depois de tais dissoluções, fazer com que outros fossem eleitos; em virtude do que os poderes legislativos incapazes de aniquilação voltaram ao povo em geral para que os exercesse; ficando durante esse tempo o Estado exposto a todos os perigos de invasão externa ou convulsão interna.

Procurou impedir o povoamento destes estados, obstruindo para esse fim as leis de naturalização de estrangeiros, recusando promulgar outras que animassem as migrações para cá e complicando as condições para novas apropriações de terras.

Dificultou a administração da justiça pela recusa de assentimento a leis que estabeleciam poderes judiciários.

Tornou os juízes dependentes apenas da vontade dele para gozo do cargo e valor e pagamento dos respectivos salários.

Criou uma multidão de novos cargos e para eles enviou enxames de funcionários para perseguir o povo e devorar-nos a substância. Manteve entre nós, em tempo de paz, exércitos permanentes sem o consentimento dos nossos corpos legislativos.

Tentou tornar o militar independente do poder civil e a ele superior. Combinou com outros sujeitar-nos a uma jurisdição estranha à nossa Constituição e não reconhecida pelas nossas leis, dando assentimento aos seus atos de pretensa legislação:

- para aquartelar grandes corpos de tropas entre nós;
- para protegê-las por meio de julgamentos simulados, de punição por assassinatos que viessem a cometer contra os habitantes destes estados;
- para fazer cessar o nosso comércio com todas as partes do mundo;
- por lançar impostos sem nosso consentimento;
- por privar-nos, em muitos casos, dos benefícios do julgamento pelo júri;
- por transportar-nos por mar para julgamento por pretensas ofensas;
- por abolir o sistema livre de leis inglesas em província vizinha, aí estabelecendo governo arbitrário e ampliando-lhe os limites, de sorte a torná-lo, de imediato, exemplo e instrumento apropriado para a introdução do mesmo domínio absoluto nestas colónias;
- por tirar-nos nossas cartas, abolindo as nossas leis mais valiosas e alterando fundamentalmente a forma do nosso governo;
- por suspender os nossos corpos legislativos, declarando-se investido do poder de legislar para nós em todos e quaisquer casos.

Abdicou do governo aqui por declarar-nos fora de sua protecção e fazendo-nos guerra.

Saqueou os nossos mares, devastou as nossas costas, incendiou as nossas cidades e destruiu a vida do nosso povo.

Está, agora mesmo, a transportar grandes exércitos de mercenários estrangeiros para completar a obra de morte, desolação e tirania, já iniciada em circunstâncias de crueldade e perfídia raramente igualadas nas idades mais bárbaras e totalmente indignas do chefe de uma nação civilizada.

Obrigou os nossos concidadãos aprisionados no mar alto a tomarem armas contra a própria pátria, para que se tornassem algozes dos amigos e irmãos ou para que caíssem em suas mãos.

Provocou insurreições internas entre nós e procurou trazer contra os habitantes das fronteiras os índios selvagens e impiedosos, cuja regra sabida de guerra é a destruição sem distinção de idade, sexo e condições.

Em cada fase dessas opressões solicitamos reparação nos termos mais humildes; responderam a nossas petições apenas com repetido agravo.

Um príncipe cujo carácter se assinala deste modo por todos os atos capazes de definir um tirano não está em condições de governar um povo livre. Tampouco deixamos de chamar a atenção de nossos irmãos britânicos. De tempos em tempos, os advertimos sobre as tentativas do Legislativo deles de estender sobre nós uma jurisdição insustentável. Lembramos-lhes das circunstâncias de nossa migração e estabelecimento aqui. Apelamos para a justiça natural e para a magnanimidade, e conjuramo-los, pelos laços de nosso parentesco comum, a repudiarem essas usurpações que interromperiam, inevitavelmente, nossas ligações e a nossa correspondência. Permaneceram também surdos à voz da justiça e da consanguinidade. Temos, portanto, de aceitar a necessidade de denunciar nossa separação e considerá-los, como consideramos o restante dos homens, inimigos na guerra e amigos na paz.

Nós, por conseguinte, representantes dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, reunidos em CONGRESSO GERAL, apelando para o Juiz Supremo do mundo pela retidão das nossas intenções, em nome e por autoridade do bom povo destas colônias, publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são e de direito têm de ser ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES; que estão desobrigados de qualquer vassalagem para com a Coroa Britânica, e que todo vínculo político entre elas e a Grã-Bretanha está e deve ficar totalmente dissolvido; e que, como ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES, têm inteiro poder para declarar a guerra, concluir a paz, contrair alianças, estabelecer comércio e praticar todos os atos e ações a que têm direito os estados independentes. E em apoio desta declaração, plenos de firme confiança na proteção da Divina Providência, empenhamos mutuamente nossas vidas, nossas fortunas e nossa sagrada honra.

FONTE: WIKISOURCE, a biblioteca livre. Declaração da Independência dos Estados Unidos da América. Disponível em: < http://pt.wikisource.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_da_Independ%C3%Aancia_dos_Estados_Unidos_da_Am%C3%A9rica>. Acesso em: 17 fev. 2008.

LEITURA COMPLEMENTAR II**A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO**

França, 26 de agosto de 1789

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5º. A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 7º. Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.

Art. 8º. A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9º. Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art. 12º. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13º. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art. 14º. Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art. 15º. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art. 16º. A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

Art. 17º. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

FONTE: USP. Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Doc_Histo/texto/Direitos_homem_cidad.html>. Acesso em: 20 fev. 2008

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico você viu que:

- O Iluminismo nos proporcionou uma teoria sobre o funcionamento da política – e essa teoria é, ainda hoje, a base da organização dos nossos países.
- No final do século XVIII começou a surgir, entre os intelectuais de algumas colônias inglesas da América do Norte, a noção de que a dominação exercida pelo rei da Inglaterra era abusiva e contrária aos seus próprios interesses.
- Muitas pessoas procuraram estabelecer-se em regiões onde houvesse tolerância religiosa, ou criar colônias em que suas denominações religiosas fossem majoritárias.
- Na época da independência dos Estados Unidos - final do século XVIII - a região estava dividida em treze colônias.
- Durante a *Commonwealth*, as disputas pelo domínio marítimo entre Inglaterra e Holanda atingiram seu auge, deflagrando três Guerras Anglo-Holandesas.
- As ideias iluministas surgidas na Europa repercutiam com força nas colônias americanas, surgindo, ao mesmo tempo, uma ideologia republicana entre os colonos.
- Com a consolidação da independência, os novos governantes entenderam que não haveria nenhum sentido em se adotar qualquer outra forma de governo que não a republicana.
- A resposta da coroa britânica foi uma série de leis restritivas, que só fizeram piorar a relação com os colonos.
- Quando o Congresso Continental assinou a Declaração de Independência, as Treze Colônias já estavam em guerra contra a Inglaterra.
- Após a assinatura da paz, as antigas Treze Colônias, agora independentes, precisavam organizar-se politicamente.
- Em 1788, após mais de um ano de discussões, a nova Constituição dos Estados Unidos foi aprovada, estando até hoje em vigor.
- No final do século XVIII, o pensamento iluminista tinha ampla difusão na França, país onde havia surgido várias décadas antes.

- A situação econômica da França atingiu um ponto crítico, culminando com a Revolução Francesa e o fim da Monarquia (queda da Bastilha), transformando a França em uma República.
- Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem.

AUTOATIVIDADE



- 1 Relacione os pontos comuns entre a Declaração de Independência dos Estados Unidos (Leitura Complementar 1) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão (Leitura Complementar 2).
- 2 Busque o texto da Constituição Brasileira de 1988 (especialmente os artigos iniciais) e tente relacionar alguns dos princípios fundamentais com os direitos listados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão (Leitura Complementar 2).
- 3 Estabeleça uma comparação entre as revoluções políticas inglesas do século XVII e a Revolução Francesa do século seguinte. De que formas esta foi influenciada por aquela?

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DESCARTES, René. Discurso do Método. In: **Os Pensadores: Descartes**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis: Vozes, 1977.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

QUESNAY, François. Máximas Gerais do governo econômico de um Reino Agrícola. In: NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Nacional e EDUSP, 1971.

VIANNA, Alexander Martins. As 95 Teses de Martin Lutero. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 34, Mar., 2004.

